



Camila Dabrowski de Araújo Mendonça

**TRIBUNAIS MISTOS À LUZ DA COMPLEMENTARIDADE  
POSITIVA**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Direito da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Direito  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle  
Annoni

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mendonça, Camila Dabrowski de Araújo  
Tribunais Mistos à luz da Complementaridade Positiva /  
Camila Dabrowski de Araújo Mendonça ; orientadora, Danielle  
Annoni - Florianópolis, SC, 2014.  
136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-  
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Princípio da Complementaridade. 3.  
Complementaridade Positiva. 4. Tribunais Mistos. I.  
Annoni, Danielle. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

Camila Dabrowski de Araújo Mendonça

## **TRIBUNAIS MISTOS À LUZ DA COMPLEMENTARIDADE POSITIVA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Direito.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2014.

---

Prof. Dr. Luís Otávio Pimentel  
Coordenador do PPGD-UFSC

### **Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Annoni  
Orientadora  
PPGD-UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Anne Pamplona  
PUC/PR

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro  
UNOESC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karine de Souza Silva  
PPGD-UFSC



Dedico este trabalho a meus pais,  
pessoas fantásticas que me ensinaram  
a olhar além.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, cujos ensinamentos foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Agradeço também aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, da biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas e da Biblioteca Central, que me ajudaram com os problemas do cotidiano.

Agradeço especialmente a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Danielle Annoni que aceitou ser minha orientadora, me acompanhando nessa jornada. Agradeço também por toda a experiência em sala de aula e no Observatório de Direitos Humanos.

Agradeço as professoras Danielle Anne Pamplona e Karine de Souza Silva pela participação na banca de avaliação. E a professora Daniela Mengoti pelas importantes reflexões na banca de qualificação e por ter aceitado novamente o convite e participar da banca de avaliação.

Agradeço aos queridos amigos que ganhei com o mestrado. Luiza Zuanazzi França, Chiara Mafrica Biazi, Rafael de Miranda Santos, Gabriela Werner Oliveira, vocês são especiais. Meus companheiros de cafés, eventos e telefonemas. Amigos para a vida toda.

Agradeço a toda minha família, que mais uma vez me apoiou para a conquista desse objetivo e compreendeu minhas ausências.

Agradeço ao Diego, por entender e aceitar minha louca rotina e por estar sempre ao meu lado, para comemorar e para elaborar estratégias de como superar as dificuldades do caminho.

Agradeço especialmente aos meus pais, Nelcy e Ivan, pelo apoio incondicional, pela confiança, pelo carinho.





We often go on discussing problems in terms of old ideas when the solution of the problem depends upon getting rid of the old ideas, and putting in their place concepts more in accord with the present state of ideas and knowledge.

John Dewey, 1926



## RESUMO

O princípio da complementaridade surge no âmbito do Tribunal Penal Internacional (TPI) como a forma de relação entre a jurisdição internacional e as jurisdições nacionais. Com base nesse princípio, delimitou-se que a atuação do TPI se dará de forma complementar aos procedimentos nacionais, restrita às situações delimitadas no artigo 17 do Estatuto de Roma que versa sobre a admissibilidade de casos. Surge, no âmbito do TPI, uma nova abordagem da complementaridade, a complementaridade positiva, segundo a qual deveriam ser realizadas atividades para o fortalecimento dos sistemas judiciários nacionais. Em paralelo à criação do TPI, surge um outro tipo de mecanismo no cenário internacional, os tribunais mistos, caracterizados pela existência de elementos nacionais e internacionais em sua composição. Criados em situações nas quais o sistema judiciário do Estado em questão estava enfraquecido, o objetivo desses tribunais mistos é o fortalecimento das instituições judiciárias nacionais visando o combate a impunidade dos responsáveis por graves crimes que afetam toda a comunidade internacional. O problema de pesquisa é, então, verificar se os tribunais mistos poderiam ser uma resposta a complementaridade positiva no âmbito do TPI. Para tanto apresenta-se, em primeiro lugar, o princípio da complementaridade enquanto requisito de admissibilidade no âmbito do TPI e, na sequência, a complementaridade positiva, desde sua origem, até formas possíveis de atuação tomando-a por base. Em segundo lugar, analisa-se os tribunais mistos existentes, identificando dois elementos definidores desse tipo de tribunal: a participação de juízes nacionais e internacional conjuntamente e a possibilidade de exercício de jurisdição sobre pelo menos um crime internacional. Por fim, analisa-se como as duas dimensões da complementaridade, no âmbito do TPI, podem ser utilizadas para definir a forma de relacionamento entre o TPI e os tribunais misto, tanto os já existentes quanto as futuras possibilidades. O método de abordagem utilizado para a realização da pesquisa foi o indutivo. A técnica de pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica, tanto em documentos oficiais do Tribunal Penal Internacional e das Nações Unidas, quanto na doutrina. Concluiu-se que, apesar da inexistência de um conceito amplamente aceito de tribunais mistos, é possível identificar alguns elementos que caracterizam e que definem esse tipo de tribunal. Conclui-se também que os objetivos que fundamentam tanto a atuação do TPI com base na complementaridade positiva quanto a criação de tribunais mistos são similares, no sentido que ambos almejam o fortalecimento dos sistemas

judiciários nacionais e o combate à impunidade e que, apesar de existirem limitações, o TPI pode auxiliar na criação e no funcionamento de novos tribunais mistos. Futuras pesquisas devem acompanhar o desenvolvimento desse novo tipo de tribunal, analisando, entre outros, a forma de atuação do TPI e o tipo de relacionamento que se estabelecerá entre essas jurisdições.

**Palavras-chave:** Princípio da Complementaridade. Complementaridade Positiva. Tribunais Mistos.

## ABSTRACT

The complementarity principle is created with the International Criminal Court (ICC) as a way to regulate the relationship between the international jurisdiction and the national jurisdictions. This principle defines that the ICC shall be complementary to the national procedures, acting only in the situations described in article 17 of the Rome Statute, about the admissibility criteria. A new approach to complementarity is created in the framework of the ICC, the positive complementarity, according to which activities with the purpose of strengthening the national capacities should be encouraged. Alongside the creation of the ICC, another kind of mechanism emerges in the international stage, the mixed tribunals, characterized by the existence of national and international elements in their composition. Created in situations in which the national judiciary system of the State was weakened, the goal of these mixed tribunals was the strengthening of national judiciary institutions, aiming for the fight against impunity of the responsible for grave crimes that affect the whole international community. The research main question was whether the mixed tribunals were an answer to the positive complementarity in the ICC's framework. Both dimensions of complementarity were analyzed, as well as the existing mixed tribunals to answer the research problem. The approach method was the inductive. The research technique was bibliographical research, both in official documents of the International Criminal Court and in the juridical doctrine. One of the conclusions is that, despite the inexistence of a broadly accepted concept of mixed tribunals, it is possible to identify some elements that characterize and define this kind of tribunal. Another conclusion is that the goals of both the performance of the ICC based on positive complementarity and the creation of mixed tribunals are similar, in the sense that both aims to strengthening national judiciary systems and fight impunity, and despite limitations, the ICC may aid in the creation and functioning of new mixed courts. Future researches must follow the development of this new type of tribunal, analyzing, among other, how will the ICC act and the kind of relations that will be established between this jurisdictions.

**Keywords:** Principle of Complementarity. Positive Complementarity. Mixed Courts.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- TPI – Tribunal Penal Internacional
- ONU – Organização das Nações Unidas
- TPII – Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia
- TPIR – Tribunal Penal Internacional para Ruanda
- ASP – Assembly of States Party (Assembleia dos Estados Parte)
- RC – Review Conference (Conferência de Revisão)
- UNAMET – United Nations Mission on East Timor (Missão das Nações Unidas no Timor Leste)
- INTERFET – International Force for East Timor (Força Internacional no Timor Leste)
- UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor (Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste)
- SPSC – Special Panels for Serious Crimes in East Timor (Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste)
- UNMISSET – United Nations Mission of Support in East Timor (Missão das Nações Unidas de Apoio ao Timor Leste)
- UNMIT – United Nations Mission in Timor Leste (Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste)
- STIC – Serious Crimes Investigation Team (Equipe de Investigação de Crimes Graves)
- PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- UNMIK – United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo)
- CIJ – Corte Internacional de Justiça
- IJPP – International Judges and Prosecutors Programme in Kosovo (Programa de Juízes e Promotores Internacionais)
- EULEX – European Union Rule of Law Mission (Missão da União Europeia para Promover o Estado de Direito no Kosovo)
- WCC – War Crimes Chamber (Câmara de Crimes de Guerra)
- UNOMSIL – United Nations Observer Mission in Sierra Leone (Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa)
- UNAMSIL – United Nations Mission in Sierra Leone (Missão das Nações Unidas em Serra Leoa)
- SCSL – Special Court for Sierra Leone (Corte Especial para Serra Leoa)



UNTAC – United Nations Transitional Authority in Cambodia  
(Autoridade Transitória da Organização das Nações Unidas no  
Camboja)

ECCC – Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia (Câmaras  
Extraordinárias nas Cortes do Camboja)

UNIIC – United Nations International Independent Investigation  
Commission (Comissão Internacional Independente de  
Investigação das Nações Unidas)

STL – Special Tribunal for Lebanon (Tribunal Especial para o Líbano)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2 DA COMPLEMENTARIDADE À COMPLEMENTARIDADE POSITIVA: AVANÇOS NA ATUAÇÃO DO TPI.....</b>	<b>23</b>
2.1 DA PRIMAZIA À COMPLEMENTARIDADE: FORMAS DE RELACIONAMENTO ENTRE JURISDIÇÕES PENAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS .....	28
2.1.1 Primazia dos tribunais penais internacionais <i>ad hoc</i> sobre jurisdições penais nacionais .....	29
2.1.2 O Tribunal Penal Internacional como jurisdição penal internacional complementar às jurisdições penais nacionais .....	35
2.2 COMPLEMENTARIDADE COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL .....	39
2.2.1 Situações Inadmissíveis de acordo com o artigo 17 do Estatuto de Roma .....	40
2.2.1.1 O caso é objeto de inquérito ou procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição .....	41
2.2.1.2 O caso foi objeto de inquérito mas o Estado não deu continuidade ao procedimento criminal .....	41
2.2.1.3 A pessoa em causa já tiver sido julgada pela conduta a que se refere a denúncia.....	42
2.2.1.4 O caso não é de suficiente gravidade .....	43
2.2.2 Conceituação de Falta de Vontade e Incapacidade no Estatuto de Roma .....	43
2.2.2.1 Falta de Vontade de agir por parte de um Estado .....	44
2.2.2.2 Incapacidade de um Estado para agir .....	47
2.3 COMPLEMENTARIDADE POSITIVA.....	52
2.3.1 Origem da Complementaridade Positiva .....	52
2.3.2 Definição de Complementaridade Positiva .....	55
2.3.3 Possíveis formas de atuação com base na complementaridade positiva .....	60
<b>3 TRIBUNAIS MISTOS .....</b>	<b>63</b>
3.1 TRIBUNAIS MISTOS EXISTENTES.....	67
3.1.1 Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste .....	67
3.1.2 Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo .....	71
3.1.3 Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia-Herzegovina.....	74
3.1.4 Corte Especial para Serra Leoa .....	75

3.1.5 Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja .....	78
3.1.6 Tribunal Especial para o Líbano .....	80
3.2 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DOS TRIBUNAIS MISTOS EXISTENTES .....	81
3.2.1 Exercício de Função Judicial Penal .....	83
3.2.2 Caráter temporário ou <i>ad hoc</i> .....	83
3.2.3 Participação Conjunta de Pessoal Nacional e Internacional .....	84
3.2.4 Localização do tribunal .....	86
3.2.5 Envolvimento da Comunidade Internacional na criação e funcionamento do tribunal .....	87
3.2.6 Formas de Financiamento .....	88
3.2.7 Base Jurídica .....	89
3.2.8 Norma Aplicável .....	89
3.3 TRIBUNAL MISTO: DEFINIÇÃO EM CONSTRUÇÃO .....	92
<b>4 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E OS TRIBUNAIS MISTOS .....</b>	<b>97</b>
4.1 TRIBUNAIS MISTOS E O PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE .....	97
4.1.1 Jurisdição e lacunas jurisdicionais do TPI .....	98
4.1.2 Possibilidade de jurisdições concorrentes? .....	102
4.2 TRIBUNAIS MISTOS E A COMPLEMENTARIDADE POSITIVA .....	107
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO A – Mapa do Timor Leste (Regiões) .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO B – Mapa da região do Kosovo .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO C – Mapa da Bósnia-Herzegovina .....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO D – Mapa de Serra Leoa .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO E – Mapa do Camboja .....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO F – Mapa do Líbano .....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

A criação de uma jurisdição penal internacional permanente foi percebida pela comunidade internacional como uma necessidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial, paralelamente a criação dos Tribunais de Nuremberg e Tóquio. A efetivação do Tribunal Penal Internacional (TPI) em 1998, representa, assim, a consolidação de uma resposta a uma questão já antiga. A percepção da necessidade de responsabilização dos perpetradores de crimes que afetam a comunidade internacional como um todo surge em face dos horrores cometidos nas duas Guerras Mundiais e, posteriormente, em diversos conflitos regionais após o fim da Guerra Fria.

A atuação do TPI atualmente, no entanto, é limitada em diversos sentidos. Por um lado, a competência do TPI não abrange todas as violações de direitos humanos e direito internacional humanitário. Visando o respeito ao princípio da irretroatividade da lei, sua competência temporal é limitada a crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma, ou seja, após 1º de julho de 2002. Sua competência material também é limitada, uma vez que abrange os crimes internacionais mais graves, quais sejam, o crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e o crime de agressão. Por outro lado, destaca-se que diferentemente dos tribunais penais internacionais *ad hoc* criados na década de 1990, que possuíam primazia sobre os tribunais nacionais, o TPI é baseado no princípio da complementaridade, ou seja, sua atuação ocorrerá somente em casos específicos, com base nos critérios definidos no artigo 17 do Estatuto de Roma.

Sendo inicialmente a forma de relação a ser estabelecida entre os Estados e o TPI, a complementaridade pode ser descrita como um requisito de admissibilidade. No âmbito do TPI, contudo, surge uma segunda abordagem da complementaridade, a complementaridade positiva. Sua origem remete aos trabalhos do Gabinete do Procurador do TPI que, ao implantar o princípio da complementaridade para avaliar a possibilidade de atuação do TPI em diversas situações, identificou uma fragilidade na atuação estatal em relação à responsabilização dos perpetradores de crimes graves. Nesse sentido, os diversos órgãos do TPI reconheceram que era preciso atuar de forma a incentivar os procedimentos nacionais, consolidando então a complementaridade positiva.

Assim sendo, fica evidente que a existência de um tribunal penal internacional permanente não é suficiente para lidar com todas as

situações de graves violações de direitos humanos e direito internacional humanitário. Frente a essas lacunas jurisdicionais do Tribunal Penal Internacional (TPI), a comunidade internacional buscou outros mecanismos que pudessem ser utilizados. A criação de tribunais internacionais como o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) tornou-se pouco provável em decorrência do alto custo de manutenção desses tribunais, da demora na realização dos procedimentos e no pouco impacto que causaram nas sociedades afetadas. Visando superar essas dificuldades e atuar em relação a situações em que ocorreram graves violações de Direitos Humanos e Direito Humanitário, foram criados os tribunais mistos. Essas novas jurisdições penais são constituídas por uma mistura de elementos nacionais e internacionais, diferenciando-se, portanto, tanto das jurisdições puramente nacionais quanto das jurisdições puramente internacionais.

Se por um lado temos a ação do TPI com base na complementaridade positiva visando o incentivo de procedimentos nacionais, por outro lado temos a criação de um novo tipo de jurisdição penal, os tribunais mistos, mais próximos dos sistemas judiciários nacionais, o que possibilita atingir resultados mais sustentáveis no nível nacional do que os alcançados pelos tribunais *ad hoc*, puramente internacionais.

O questionamento que se fez, frente a esse panorama, foi se os tribunais mistos atendem à complementaridade positiva, no âmbito do TPI. A hipótese central responde positivamente à questão, uma vez que os objetivos do TPI, ao agir com base na complementaridade positiva, e dos tribunais mistos são o fortalecimento dos sistemas judiciários nacionais e o combate à impunidade dos perpetradores de graves crimes que afetam a comunidade internacional como um todo.

O método de abordagem utilizado para a realização da pesquisa foi o indutivo. A técnica de pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica, tanto em documentos oficiais do Tribunal Penal Internacional e das Nações Unidas, quanto na doutrina.

Visando responder ao problema de pesquisa, os resultados da pesquisa foram apresentados da seguinte forma. O foco do primeiro capítulo é sobre a complementaridade do Tribunal Penal Internacional. Nesse sentido, primeiro propõe-se uma análise do princípio da complementaridade enquanto requisito de admissibilidade de casos pelo TPI, conforme a previsão do artigo 17 do Estatuto de Roma, o qual indica as situações em que os casos são inadmissíveis. Avalia-se, portanto, as exceções, ou seja, as situações em que um caso pode ser

admitido pela jurisdição internacional. No segundo momento, a análise volta-se para a complementaridade positiva, uma outra abordagem da complementaridade que surge a partir das atividades do Gabinete do Procurador do TPI. Após a identificação das origens dessa nova abordagem da complementaridade e de suas transformações até se consolidar no entendimento que se tem atualmente, serão indicadas algumas formas possíveis de atuação com base na complementaridade positiva.

O segundo capítulo volta-se para a questão dos tribunais mistos. Inicialmente é preciso contextualizar a criação desse tipo de tribunal, destacando suas possíveis vantagens para o combate à impunidade. Na sequência, serão apresentado o contexto de criação e as principais características dos tribunais híbridos e internacionalizados existentes, quais sejam, os Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste, o Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo, a Corte Especial para Serra Leoa, Tribunal Especial para o Líbano, Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja e a Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia. A partir das características desses tribunais, discute-se a existência ou não de um conceito definidor de tribunais mistos.

Por fim, no terceiro capítulo, busca-se responder ao problema de pesquisa proposto, ou seja, se os tribunais mistos são respostas possíveis à complementaridade positiva enquanto forma de atuação do TPI. Para tanto, primeiro propõe-se uma análise dos tribunais híbridos e internacionalizados frente ao teste de admissibilidade do TPI, avaliando tanto os casos existentes quanto situações possíveis nas quais existisse concorrência de jurisdição entre os tribunais mistos e o TPI. Na sequência, os tribunais híbridos e internacionalizados são analisados frente à complementaridade positiva, visando responder ao questionamento que originou o presente trabalho.

Destaca-se que a pesquisa parte de perspectiva do direito internacional, em especial do direito penal internacional. Assim sendo, mais do que analisar as atividades realizadas no nível nacional e os resultados advindos dessas atividades, o estudo do princípio da complementaridade do TPI e dos tribunais mistos aqui proposto é enfocado na dimensão internacional de sua criação e funcionamento.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Este trabalho é fruto das pesquisas e ponderações de sua autora. As conclusões aqui apresentadas não simbolizam as opiniões da orientadora ou do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC.



## **2 DA COMPLEMENTARIDADE À COMPLEMENTARIDADE POSITIVA: AVANÇOS NA ATUAÇÃO DO TPI**

Desde a Antiguidade a humanidade sentiu a necessidade de regulamentar e punir condutas criminais. Em 1280 a.C., por exemplo, a ideia de extradição já estava presente no Tratado de Paz firmado entre Ramsés II, do Egito e Hatussilli, rei dos Hititas (JAPIASSÚ, 2009, p. 1-2). Dentre as formas mais modernas de criminalização de condutas, pode-se destacar as leis internacionais contra a pirataria e, em especial, os mecanismos criados após as duas guerras mundiais (LIMA; BRINA, 2006, p. 21-23).

Após a Primeira Guerra Mundial, manifestou-se entre os Estados a vontade de criar um tribunal penal internacional para julgar o Kaiser Guilherme II e outros criminosos de guerra alemães. Conforme previsão no Tratado de Versalhes de 1919, a Alemanha deveria reconhecer a competência desse tribunal e entregar documentos e dados importantes que possibilitassem o julgamento dos acusados (JANKOV, 2009, p. 23). Porém, em decorrência de questões políticas, inclusive a fragilidade da República de Weimar, o que havia sido determinado no Tratado de Versalhes foi descumprido. O Kaiser Guilherme II se refugiou na Holanda, onde foi considerado perseguido por crimes políticos e teve sua extradição negada. Além disso, o tribunal previsto para julgar crimes de guerra cometidos por outros alemães também não foi criado. Nesse momento, pode-se avaliar que questões políticas foram sopesadas, em detrimento da realização da justiça (JAPIASSÚ, 2009, p. 67).

Tentou-se também, por meio da Liga das Nações e diversos tratados internacionais, evitar o surgimento de novos conflitos de proporções globais (LIMA; BRINA, 2006, p. 26). Esses instrumentos, contudo, não puderam evitar a Segunda Guerra Mundial. As atrocidades cometidas durante o segundo conflito de nível global foram ainda mais graves do que as ações na Primeira Guerra, levando a comunidade internacional a buscar formas mais efetivas e eficazes de responsabilização por crimes graves. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, criam-se, então, dois tribunais militares internacionais, o primeiro para julgar crimes cometidos pelo regime nazista alemão e o segundo para julgar crimes cometidos pelo Império Japonês.

Assim, em 1945, por meio do Acordo de Londres, as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos, União Soviética, França e Grã-Bretanha, criam o Tribunal Internacional Militar, também referido como Tribunal de Nuremberg, cidade na qual



os julgamentos foram realizados. Seu objetivo era julgar os grandes criminosos de guerra alemães, responsabilizados pelas atrocidades cometidas durante o regime nazista. O Tribunal de Nuremberg tinha competência para julgar crimes de guerra, crimes contra a paz e crimes contra a humanidade. A criação de dois tipos penais, os crimes contra a paz e crimes contra a humanidade, foi uma das grandes inovações desse tribunal e também um dos principais elementos de críticas contra ele, pois feria o princípio da irretroatividade da lei. Outro elemento de destaque foi a implementação da responsabilidade penal individual, ou seja, a possibilidade de julgar indivíduos como responsáveis por crimes internacionais, desconsiderado, inclusive, a imunidade de representantes estatais (JAPIASSÚ, p. 69-76; LIMA; BRINA, 2006, p. 28-33).

Com base no Tribunal de Nuremberg, em 1946 foi instaurado o Tribunal Militar para o Extremo Oriente, também conhecido como Tribunal de Tóquio. Estando o Japão sob ocupação dos Estados Unidos, o general norte-americano MacArthur foi o responsável pela implementação do Tribunal. O objetivo deste tribunal era o julgamento dos criminosos de guerra japoneses, contudo, o Imperador Hirohito não foi levado a julgamento, bem como outros acusados, em sua maioria industriais e homens de negócios japoneses. O Imperador foi mantido no poder, mas quem de fato passou a governar o país foi o general norte-americano MacArthur, e os industriais e homens de negócios passaram a ser os principais aliados para a entrada de capital norte-americano no país. Fica evidente que escolhas políticas e estratégicas mais uma vez receberam mais destaque, em detrimento da realização da justiça (JAPIASSÚ, p. 77- 79; LIMA; BRINA, 2006, p. 29-33).

Apesar das críticas dirigidas a esses tribunais no pós-Segunda Guerra, em especial o desrespeito ao princípio da irretroatividade da lei e da realização de “justiça dos vencedores”, uma vez que somente os criminosos das potências derrotadas foram julgados, optou-se pela responsabilização de grandes criminosos de guerra. Assim sendo, além da criação de novos tipos penais internacionais, a atuação desses tribunais abriu o precedente da responsabilidade penal individual. Os tribunais militares, representam, portanto, o primeiro passo da comunidade internacional na defesa efetiva dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, reconhecendo-os como valores fundamentais, que devem ser protegidos (CASSESE, 2013, p. 258; LIMA; BRINA, 2006, p. 30-33; PIOVESAN, 2006, p. 37).

Após a criação dos tribunais de Nuremberg e Tóquio, observa-se pouca atividade da comunidade internacional no sentido de dar continuidade ao processo de desenvolvimento de normas internacionais

penais. O surgimento do conflito político-ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética na Guerra Fria atuou como uma barreira para discussões sobre a criação de normas internacionais penais que pudessem restringir a atuação internacional, bem como os trabalhos visando a criação de um tribunal penal internacional permanente. Somente na década de 1990 as discussões sobre o Direito Penal Internacional foram retomadas (LIMA; BRINA, 2006, 33-34; MAIA, 2001, p. 50-53; JAPIASSÚ, 2009, p. 82-91; JANKOV, 2009, p. 25-27).

O fim da Guerra Fria fez eclodir uma série de conflitos regionais, controlados até então pelas potências em suas respectivas áreas de influência. Duas dessas situações receberam atenção especial, o conflito que levou ao esfacelamento da Iugoslávia e o conflito entre Hutus e Tutsis em Ruanda (CASSESE, 2013, p. 258; LIMA; BRINA, 2006, p. 34). Para responder a cada uma dessas situações, consideradas como ameaças à paz e a segurança internacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou tribunais penais internacionais *ad hoc* por meio de resoluções com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) foram criados com competências territorial, temporal e material para lidar especificamente com os crimes cometidos durante os respectivos conflitos. O legado deixado pelos tribunais militares do pós-Segunda Guerra foi aproveitado pelos tribunais *ad hoc*, que desenvolveram a jurisprudência relativa aos crimes contra a humanidade e aplicaram o princípio da responsabilidade penal internacional individual (LIMA; BRINA, 2006, p. 33-39).

Em paralelo a este processo que culminou com a criação dos dois tribunais *ad hoc*, retomou-se, na década de 1990, a discussão a respeito da criação de um tribunal penal internacional permanente, questão posta já ao fim da Segunda Guerra Mundial (CASSESE, 2013, p. 261-262; JAPIASSÚ, 2009, p. 82-83). A criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), em 1998, representa a consolidação de uma necessidade percebida já no fim da Segunda Guerra Mundial e que, desde então, encontrou no posicionamento dos Estados a maior barreira para sua efetivação.

A questão de definição da forma de relacionamento entre jurisdições internacionais e nacionais surge com a própria criação destas jurisdições internacionais. Especificamente no âmbito penal, os Estados detinham o monopólio do poder de punição daqueles a ele submetidos. Cassese (2013, p. 291) ressalta que não há problema quando os crimes encontram-se somente sob jurisdição nacional, pois não há concorrência.

Porém quando as jurisdições são concorrentes não há nenhuma regra de direito internacional costumeiro <sup>1</sup> que determine qual deverá ter preferência de atuação. Assim sendo, foi preciso desenvolver, especificamente em relação às cortes penais internacionais, mecanismos para solucionar essa questão. Nesse sentido, é no instrumento constitutivo <sup>2</sup> de cada tribunal ou corte internacional que se tem apresentado a forma pela qual essa jurisdição internacional específica se relacionará com as jurisdições nacionais. Os conflitos de jurisdição, portanto, tem sido solucionados caso a caso. Williams (2012) sugere que havia uma preferência da comunidade internacional pela realização de procedimentos a nível internacional, representada pela adoção da primazia das jurisdições penais internacionais sobre as cortes nacionais, mas que, recentemente, pode-se observar uma crescente tendência que direciona a preferência no sentido de julgamentos nacionais. Essa mudança de percepção pode ser identificada na análise das formas de relacionamento entre as diferentes jurisdições penais internacionais e nacionais.

O princípio da complementaridade surge no âmbito das negociações do Estatuto de Roma como a definição da relação entre as jurisdições nacionais e a jurisdição penal internacional a ser criada, relação esta que em situações anteriores, havia sido pautada pela opção pela primazia das jurisdições internacionais. As análises a respeito da complementaridade pautavam-se, nesse momento, na diferenciação entre a relação de primazia e a de complementaridade da jurisdição penal internacional em relação às jurisdições nacionais.

Com a adoção do Estatuto de Roma e o início dos trabalhos do TPI, consolidou-se a natureza complementar da jurisdição internacional,

---

<sup>1</sup> Por direito internacional costumeiro ou costume internacional entende-se “uma prática geral, aceita como sendo direito”, conforme o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, o qual inclui o costume internacional entre as fontes do direito internacional. O costume internacional é caracterizado pelo “cumprimento repetido de actos denominados ‘precedentes’: é o elemento *material ou consuetudo*, que pode não passar de um simples uso no processo. O segundo é constituído pela convicção dos sujeitos de direito, de que o cumprimento de tais actos é obrigatório porque o direito o exige: daí a qualificação de elemento *psicológico* ou o recurso à fórmula latina da *opinio juris sive necessitatis*.”. (DINH; DAILLIER; PELLET, 2003, p. 329).

<sup>2</sup> Por instrumento constitutivo entende-se o instrumento jurídico que dá origem a tal instituição. No caso de organizações internacionais é comum que seu instrumento constitutivo seja um tratado internacional que delimite sua estrutura, escopo e forma de atuação.

o princípio da complementaridade passou a ser analisado com base na disposição do artigo 17 do Estatuto, o qual prevê os critérios de admissibilidade de casos pelo TPI <sup>3</sup>. Os trabalhos iniciais do Gabinete

---

<sup>3</sup> O Estatuto de Roma foi promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 4.388, de 25 de Setembro de 2002, que promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tpi.htm>>. Acesso em 17 de maio de 2011.

“Artigo 17 - Questões Relativas à Admissibilidade

1. Tendo em consideração o décimo parágrafo do preâmbulo e o artigo 1º, o Tribunal decidirá sobre a não admissibilidade de um caso se:

- a) O caso for objeto de inquérito ou de procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição sobre o mesmo, salvo se este não tiver vontade de levar a cabo o inquérito ou o procedimento ou, não tenha capacidade para o fazer;
- b) O caso tiver sido objeto de inquérito por um Estado com jurisdição sobre ele e tal Estado tenha decidido não dar seguimento ao procedimento criminal contra a pessoa em causa, a menos que esta decisão resulte do fato de esse Estado não ter vontade de proceder criminalmente ou da sua incapacidade real para o fazer;
- c) A pessoa em causa já tiver sido julgada pela conduta a que se refere a denúncia, e não puder ser julgada pelo Tribunal em virtude do disposto no parágrafo 3º do artigo 20;
- d) O caso não for suficientemente grave para justificar a ulterior intervenção do Tribunal.

2. A fim de determinar se há ou não vontade de agir num determinado caso, o Tribunal, tendo em consideração as garantias de um processo equitativo reconhecidas pelo direito internacional, verificará a existência de uma ou mais das seguintes circunstâncias:

- a) O processo ter sido instaurado ou estar pendente ou a decisão ter sido proferida no Estado com o propósito de subtrair a pessoa em causa à sua responsabilidade criminal por crimes da competência do Tribunal, nos termos do disposto no artigo 5º;
- b) Ter havido demora injustificada no processamento, a qual, dadas as circunstâncias, se mostra incompatível com a intenção de fazer responder a pessoa em causa perante a justiça;
- c) O processo não ter sido ou não estar sendo conduzido de maneira independente ou imparcial, e ter estado ou estar sendo conduzido de uma maneira que, dadas as circunstâncias, seja incompatível com a intenção de levar a pessoa em causa perante a justiça;

3. A fim de determinar se há incapacidade de agir num determinado caso, o Tribunal verificará se o Estado, por colapso total ou substancial da respectiva administração da justiça ou por indisponibilidade desta, não estará em condições de fazer comparecer o acusado, de reunir os meios de prova e depoimentos necessários ou não estará, por outros motivos, em condições de concluir o processo.”

do Procurador com base nessa perspectiva indicaram, porém, uma realidade diferente da esperada. Ao invés da necessidade de complementar os procedimentos nacionais, o Procurador identificou um espaço de atuação muito amplo, uma vez que encontrou-se em um cenário de inatividade por parte dos Estados. Surgiu, assim, a preocupação com o fortalecimento e capacitação dos sistemas judiciários nacionais para que estes pudessem atuar efetivamente, caracterizando, enfim, a natureza complementar do TPI (PISANI, 2012, p. 230).

Essa percepção se transformou inicialmente em uma abordagem positiva da complementaridade, para, na sequência, transformar-se novamente e tornar-se a complementaridade positiva. Nesse momento a percepção da necessidade de fortalecer o âmbito nacional para que se pudesse atingir o objetivo de combate à impunidade torna-se uma preocupação institucional do TPI. O aprofundamento dos debates levou a uma nova abordagem da complementaridade positiva, agora percebida como uma outra dimensão da complementaridade, distinta do conceito de complementaridade como critério de admissibilidade.

O debate sobre a complementaridade positiva ganhou fôlego e extrapolou os limites do próprio TPI, ganhando espaço nas discussões acadêmicas e tornando-se um objeto de interesse de outros atores. Contudo, o TPI indica que há limitações para sua atuação no sentido da complementaridade positiva e sugere que outros atores interessados realizem atividades para o fortalecimento das instituições judiciárias nacionais, uma vez que o objetivo último, o combate à impunidade dos responsáveis por graves crimes internacionais, é do interesse de toda a comunidade internacional e só pode ser atingido por meio da cooperação.

## 2.1 DA PRIMAZIA À COMPLEMENTARIDADE: FORMAS DE RELACIONAMENTO ENTRE JURISDIÇÕES PENAIS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Apesar de haverem sido criados tribunais penais anteriormente, como o Tribunal Militar Internacional e o Tribunal Militar para o Extremo Oriente ao fim da Segunda Guerra Mundial, o recorte temporal da presente análise inicia-se com os tribunais penais internacionais criados após o fim da Guerra Fria. Nesse sentido, definiu-se que os tribunais internacionais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para Ruanda teriam primazia sobre as jurisdições nacionais. Posteriormente, com a adoção do princípio da complementaridade para regular o

relacionamento entre o Tribunal Penal Internacional (TPI) e os sistemas judiciários nacionais, observa-se a mudança de perspectiva, que passa a enfatizar a atuação das jurisdições nacionais, como se verá a seguir.

### **2.1.1 Primazia dos tribunais penais internacionais *ad hoc* sobre jurisdições penais nacionais**

Em resposta ao conflito que se alastrou pelo território da ex-Iugoslávia, o Conselho de Segurança <sup>4</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU), com base nos poderes conferidos pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas <sup>5</sup>, cria por meio da Resolução 827, de 25 de maio de 1993 <sup>6</sup>, o Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) <sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> A Organização das Nações Unidas é constituída por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Secretariado, o Conselho de Tutela, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Segurança. É o Capítulo V da Carta da ONU que regula a constituição, estrutura, objetivos e forma de votação do Conselho de Segurança. A principal atribuição deste órgão é a manutenção e, quando necessário, restabelecimento da paz e da segurança internacionais. As atribuições específicas para o cumprimento desse dever estão dispostos nos Capítulos VI, VII, VIII e XII da Carta. O Conselho de Segurança é composto por quinze membros, cinco permanente e dez rotativos. Os cinco permanentes são Estados Unidos, França, China, Inglaterra e Rússia. Os outros dez membros são escolhidos a cada dois anos pela Assembleia Geral, sem possibilidade de reeleição para mandato contínuo. Atualmente os membros rotativos são: Argentina, Austrália, Chade, Chile, Jordânia, Lituânia, Luxemburgo, Nigéria, República da Coreia e Ruanda. O Brasil já atuou dez vezes enquanto membro rotativo (nos anos de 1946 – 1947, 1951 – 1952, 1954 – 1955, 1963 – 1964, 1967 – 1968, 1988 – 1989, 1993 – 1994, 1998 – 1999, 2004 – 2005, e 2010 – 2011).

<sup>5</sup> A Carta das Nações Unidas ou Carta de São Francisco de 1945 é o instrumento constitutivo da Organização das Nações Unidas. O Capítulo VII da Carta, composto pelos artigos 39 a 51, versa sobre as ações a serem tomadas pelo Conselho de Segurança em relação a situações de ameaça a paz e a segurança internacional.

<sup>6</sup> “2. Decides hereby to establish an international tribunal for the sole purpose of prosecuting persons responsible for serious violations of international humanitarian law committed in the territory of the former Yugoslavia between 1 January 1991 and a date to be determined by the Security Council upon the restoration of peace and to this end to adopt the Statute of the International Tribunal annexed to the above-mentioned report.” SECURITY COUNCIL. *Resolution 827 - Adopted by the Security Council at its 3217th meeting, on 25 May 1993*. Grifo no original.

Esse tribunal penal internacional *ad hoc*, com sede na Haia, foi criado com objetivo julgar pessoas responsáveis por graves violações do direito internacional humanitário cometidas no território da ex-Iugoslávia entre 1 de janeiro de 1999 e uma data a ser determinada pelo Conselho de Segurança quando a paz fosse restaurada.

A partir do desmembramento da República Socialista Federativa da Iugoslávia surgem novos Estados <sup>8</sup>, cujos sistemas judiciários foram considerados, pelo Conselho de Segurança, incapazes de responder adequadamente às necessidades judiciárias decorrentes do conflito. A impunidade dos responsáveis por essas graves violações é analisada como uma ameaça à paz e a segurança internacional, uma vez que a região poderia permanecer instável em decorrência da ausência de justiça. Decide-se, portanto, pela criação de um tribunal internacional que pudesse garantir a realização de julgamentos justos, respeitando padrões internacionais <sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Até janeiro de 2014, o TPII indiciou 161 pessoas. Destas, 74 foram condenadas, 18 absolvidas, 13 casos foram transferidos para jurisdições nacionais de Estados da ex-Iugoslávia (10 para a Bósnia, 1 para a Sérvia, 2 para a Croácia), 20 casos ainda estão em aberto (entre eles, os de Radovan Karadžić e Ratko Mladić) e 36 procedimentos foram encerrados. Informações disponíveis no site oficial: <[www.icty.org](http://www.icty.org)>.

<sup>8</sup> A República Socialista Federativa da Iugoslávia desmembrou-se primeiramente em Eslovênia (independência em 1991), Croácia (independência em 1991), Bósnia e Herzegovina (independência em 1992), Macedônia (independência em 1992) e República Federal da Iugoslávia (Estado sucessor da federação). Posteriormente, em 2003, a República Federal da Iugoslávia é renomeada Sérvia e Montenegro. Em 2006 Montenegro torna-se independente da Sérvia, que passa a ser o Estado sucessor. Em 2008 o Kosovo, província da Sérvia, declara unilateralmente sua independência.

<sup>9</sup> “[...] Expressing once again its grave alarm at continuing reports of widespread and flagrant violations of international humanitarian law occurring within the territory of the former Yugoslavia, and especially in the Republic of Bosnia and Herzegovina, including reports of mass killings, massive, organized and systematic detention and rape of women, and the continuance of the practice of “ethnic cleansing”, including for the acquisition and holding of territory, Determining that this situation continues to constitute a threat to international peace and security, Determined to put an end to such crimes and to take effective measures to bring to justice the persons who are responsible for them, Convinced that in the particular circumstances of the former Yugoslavia the establishment as an ad hoc measure by the Security Council of an international tribunal and the prosecution of persons responsible for serious violations of

Nos mesmos moldes, em 1994, para julgar atrocidades cometidas na guerra civil de Ruanda, o Conselho de Segurança cria o segundo tribunal *ad hoc*, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), por meio da Resolução 955, de 8 de novembro de 1994<sup>10</sup>. Com

---

international humanitarian law would enable this aim to be achieved and would contribute to the restoration and maintenance of peace,  
Believing that the establishment of an international tribunal and the prosecution of persons responsible for the above-mentioned violations of international humanitarian law will contribute to ensuring that such violations are halted and effectively redressed, [...]”.SECURITY COUNCIL. *Resolution 827 - Adopted by the Security Council at its 3217th meeting. on 25 May 1993*. Grifos no original.

<sup>10</sup> “[...] Expressing once again its grave concern at the reports indicating that genocide and other systematic, widespread and flagrant violations of international humanitarian law have been committed in Rwanda,  
Determining that this situation continues to constitute a threat to international peace and security,  
Determined to put an end to such crimes and to take effective measures to bring to justice the persons who are responsible for them,  
Convinced that in the particular circumstances of Rwanda, the prosecution of persons responsible for serious violations of international humanitarian law would enable this aim to be achieved and would contribute to the process of national reconciliation and to the restoration and maintenance of peace,  
Believing that the establishment of an international tribunal for the prosecution of persons responsible for genocide and the other above-mentioned violations of international humanitarian law will contribute to ensuring that such violations are halted and effectively redressed,  
Stressing also the need for international cooperation to strengthen the courts and judicial system of Rwanda, having regard in particular to the necessity for those courts to deal with large numbers of suspects,  
 [...]”

1. Decides hereby, having received the request of the Government of Rwanda (S/1994/1115), to establish an international tribunal for the sole purpose of prosecuting persons responsible for genocide and other serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994 and to this end to adopt the Statute of the International Criminal Tribunal for Rwanda annexed hereto; [...]”.SECURITY COUNCIL. *Resolution 955 - Adopted by the Security Council at its 3453rd meeting. on 8 November 1994*. Grifos no original.



sede em Arusha <sup>11</sup>, na Tanzânia, o TPIR foi criado com o objetivo de julgar os responsáveis por atos de genocídio e outras graves violações do direito internacional humanitário cometidas no território de Ruanda e por nacionais de Ruanda no território de Estados vizinhos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1994 <sup>12</sup>.

Os Estatutos de ambos os tribunais apresentam em seu texto a definição da forma pela qual se dá a relação de cada tribunal com as jurisdições nacionais. Nesse sentido, o artigo 9 do Estatuto do TPII e o artigo 8 do Estatuto do TPIR apresentam redação semelhante, afirmando que os tribunais internacionais e as jurisdições nacionais são competentes para julgar os crimes em questão; são, portanto, jurisdições concorrentes as nacionais. Porém, adiciona no parágrafo segundo dos respectivos artigos, que o tribunal internacional terá primazia sobre as jurisdições nacionais <sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> “Decides that, subject to the conclusion of appropriate arrangements between the United Nations and the Government of the United Republic of Tanzania, the International Tribunal for Rwanda shall have its seat at Arusha.”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 977 - Adopted by the Security Council at its 3502nd meeting. on 22 February 1995*. Grifo no original.

<sup>12</sup> Conforme o site oficial do TPIR, o tribunal indiciou mais de 70 pessoas. Destas, 47 foram condenadas, 16 casos estão em fase de apelação, 12 foram absolvidos, 2 procedimentos foram encerrados em decorrência da morte dos acusados e 10 casos foram transferidos para jurisdições nacionais. Há ainda 9 acusados foragidos. Informações disponíveis no site oficial: <<http://www.unict.org/>>.

<sup>13</sup> “Article 9 - Concurrent jurisdiction

1. The International Tribunal and national courts shall have concurrent jurisdiction to prosecute persons for serious violations of international humanitarian law committed in the territory of the former Yugoslavia since 1 January 1991.

2. The International Tribunal shall have primacy over national courts. At any stage of the procedure, the International Tribunal may formally request national courts to defer to the competence of the International Tribunal in accordance with the present Statute and the Rules of Procedure and Evidence of the International Tribunal.”. *Resolution 827 - Adopted by the Security Council at its 3217th meeting. on 25 May 1993*.

“Article 8 - Concurrent jurisdiction

1. The International Tribunal for Rwanda and national courts shall have concurrent jurisdiction to prosecute persons for serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and Rwandan citizens for such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994.

A análise da conjuntura na qual ambos os tribunais foram criados permite afirmar que, em ambas as situações, era preciso que os tribunais internacionais tivessem primazia sobre as jurisdições nacionais <sup>14</sup>, para que pudessem efetivamente reduzir a impunidade e garantir que os julgamentos fossem realizados de forma adequada. No caso da ex-Iugoslávia, o conflito armado, ainda em andamento, tornava improvável que as cortes nacionais fossem capazes ou tivessem vontade de conduzir julgamentos justos. Acreditava-se que os governos nacionais poderiam tentar proteger seus nacionais, ao mesmo tempo em que julgamentos de nacionais de outros Estados provavelmente seriam tendenciosos. No caso de Ruanda, além da situação similar de conflito armado interno, o sistema judiciário nacional entrou em colapso e, conseqüentemente, era incapaz de levar os responsáveis à justiça (CASSESE, 2013, p. 293).

Apesar de indicar a primazia das jurisdições internacionais, ambos os Estatutos não descrevem a forma de seu exercício. Assim sendo, coube aos juízes do próprio tribunal delimitar essa questão. Decidiu-se por algumas limitações da primazia dos tribunais *ad hoc*, ou seja, estes poderiam solicitar às jurisdições nacionais que casos lhe fossem remetidos em determinadas situações. Em primeiro lugar, o tribunal penal internacional pode solicitar o caso se o acusado estivesse sendo julgado por uma conduta caracterizada como crime ordinário ao invés de um dos crimes internacionais de competência do tribunal <sup>15</sup>, denotando a intenção de diminuir a gravidade do crime cometido pelo

---

2. The International Tribunal for Rwanda shall have primacy over the national courts of all States. At any stage of the procedure, the International Tribunal for Rwanda may formally request national courts to defer to its competence in accordance with the present Statute and the Rules of Procedure and Evidence of the International Tribunal for Rwanda.”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 955 - Adopted by the Security Council at its 3453rd meeting, on 8 November 1994*.

<sup>14</sup> Ressalta-se que, sendo os tribunais criados por meio de resoluções do Conselho de Segurança com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a primazia dos tribunais internacionais em relação às jurisdições nacionais se aplica não somente aos Estados afetados em cada caso, ex-Iugoslávia e Ruanda, mas a todos os Estados Parte das Nações Unidas.

<sup>15</sup> O TPII tem competência para julgar graves violações às Convenções de Genebra de 1949, outras violações de das leis e costumes de guerra, o crime de genocídio e crimes contra a humanidade. O TPIR tem competência para julgar o crime de genocídio, crimes contra a humanidade e violações ao artigo 3º Comum as Convenções de Genebra de 1949 e ao Segundo Protocolo Adicional de 1977.

acusado. Em segundo lugar, se fosse verificado que o procedimento nacional foi conduzido de maneira a proteger o acusado da justiça. E, por fim, em terceiro lugar, quando, mesmo sendo conduzido de maneira adequada pelo judiciário nacional, o tribunal internacional entender que o caso é ou pode ser de grande relevância para outras investigações e casos que estiver conduzindo (CASSESE, 2013, p. 293; ACQUAVIVA, 2009, p. 461) <sup>16</sup>.

A requisição de casos das jurisdições nacionais, contudo, não foi uma prática frequente dos tribunais internacionais <sup>17</sup>. O que se tem observado mais recentemente é um movimento contrário à ideia da primazia, ao invés de requisitar casos das jurisdições nacionais, os tribunais *ad hoc*, em algumas situações, remeteram casos a elas <sup>18</sup>.

Desde sua criação, o TPII e o TPIR foram delimitados como tribunais temporários, já que específicos para determinada situação, não como substitutos dos tribunais nacionais. Paralelamente ao funcionamento das jurisdições penais internacionais, os sistemas judiciários nacionais em questão se reestruturaram e se fortaleceram, tornando-se novamente capazes de lidar com as situações que se apresentam.

Percebendo que a conjuntura estava se transformando, o próprio TPII propõe uma estratégia de conclusão <sup>19</sup> de suas atividades. Consolidada na Resolução 1503, adotada pelo Conselho de Segurança em 28 de agosto de 2003, essa estratégia de conclusão, válida também para o TPIR, prevê que, dentre outras medidas, casos fossem remetidos às jurisdições nacionais que, nas palavras de Pocar, é onde eles pertencem (POCAR, 2008, p. 661). Essa estratégia de conclusão visa o encerramento das atividades dos tribunais *ad hoc* tanto pelo reenvio de casos para as jurisdições nacionais, principalmente os casos que

---

<sup>16</sup> William W. Burke-White se refere a esse tipo de situação por meio do termo “Exceção Kunarac”, o qual faz referência ao caso do TPII contra o sérvio Dragoljub Kunarac, que criou um importante precedente internacional a respeito da consideração de estupro como um crimes contra a humanidade. Ver BURKE-WHITE, William Whitney. A Community of Courts: Towards a System of International Criminal Law Enforcement. *Michigan Journal of International Law*, Lansing, vol. 24, nº. 1, p. 1-101, 2002. p. 92-93.

<sup>17</sup> O TPII solicitou, por exemplo, que a Alemanha transferisse o caso contra Duško Tadić para sua jurisdição.

<sup>18</sup> O TPII transferiu 13 casos para jurisdições nacionais (10 para Bósnia, 2 para Croácia e 1 para Sérvia). O TPIR transferiu 10 casos para jurisdições nacionais (8 para Ruanda e 2 para França).

<sup>19</sup> Tradução livre do termo “completion strategy”.

envolvem acusados de menor relevância militar e política, quanto pela finalização de casos pendentes, nos casos que envolveram acusados de alto escalão. Paralelamente, por meio da Resolução 1966, de 22 de dezembro de 2010 <sup>20</sup>, cria-se o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais <sup>21</sup>, instituição que passará a exercer as obrigações residuais de ambos os tribunais, tais quais procedimentos de apelação, arquivamento de evidências, entre outros <sup>22</sup>.

### **2.1.2 O Tribunal Penal Internacional como jurisdição penal internacional complementar às jurisdições penais nacionais**

A proposta de criação de um tribunal penal internacional permanente surge juntamente com a criação dos tribunais de Nuremberg e Tóquio ao final da Segunda Guerra Mundial. Contudo esta discussão não foi aprofundada até meados da década de 1990. Já em 1947, a Assembleia Geral da ONU solicitou que a Comissão de Direito Internacional (CDI) elaborasse uma proposta para a criação de um Estatuto de um Tribunal Penal Internacional permanente. Na década de 1950 a CDI apresentou uma proposta, porém, a já mencionada tensão da Guerra Fria impôs uma barreira a continuidade dos trabalhos naquele momento. Somente na década de 1970 a proposta da CDI seria revisada

---

<sup>20</sup> “1. *Decides* to establish the International Residual Mechanism for Criminal Tribunals (“the Mechanism”) with two branches, which shall commence functioning on 1 July 2012 (branch for the ICTR) and 1 July 2013 (branch for the ICTY), respectively (“commencement dates”), and to this end *decides* to adopt the Statute of the Mechanism in Annex 1 to this resolution; [...]

4. *Decides* that, as of the commencement date of each branch referred to in paragraph 1, the Mechanism shall continue the jurisdiction, rights and obligations and essential functions of the ICTY and the ICTR, respectively, subject to the provisions of this resolution and the Statute of the Mechanism, and all contracts and international agreements concluded by the United Nations in relation to the ICTY and the ICTR, and still in force as of the relevant commencement date, shall continue in force *mutatis mutandis* in relation to the Mechanism;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1966 - Adopted by the Security Council at its 6463rd meeting, on 22 December 2010*. Grifos no original.

<sup>21</sup> Tradução livre do termo “International Residual Mechanism for Criminal Tribunals”.

<sup>22</sup> Destaca-se que o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais manterá a primazia em relação a jurisdições nacionais no exercício de suas funções.

e apenas vinte anos mais tarde, simultaneamente à criação dos tribunais internacionais *ad hoc*, a proposta de criação de uma corte penal internacional permanente foi levada adiante.

Na década de 1990, solicita-se à CDI a elaboração de um novo projeto de Estatuto, finalizado em 1994. Após a apreciação da Assembleia Geral da ONU, esta criou um Comitê Especial, no qual poderiam participar todos os Estados membros da ONU, com o objetivo de analisar e ajustar algumas questões relativas ao projeto elaborado pela CDI, para que, enfim, fosse convocada uma Conferência Internacional de Plenipotenciários. Em 1995, o Comitê Especial emite um relatório e, no mesmo ano, a Assembleia Geral decide pela criação de um Comitê Preparatório, encarregado de elaborar um texto final para o Estatuto, a ser apresentado na Conferência de Plenipotenciários.

Tendo realizado seis reuniões entre 1996 e 1998, o Comitê Preparatório elaborou um anteprojeto final, apresentado na Conferência Diplomática de Plenipotenciários para o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional, realizada em Roma entre 15 de junho e 17 de julho de 1998. Ao fim desta Conferência, e após algumas modificações realizadas no texto elaborado pelo Comitê Preparatório, a criação do Tribunal Penal Internacional foi aprovada, com o voto favorável de 120 delegações, o voto contrário de 7 delegações e a abstenção de 21 delegações. Trazendo em seu texto o mecanismo para sua entrada em vigor, o Estatuto de Roma <sup>23</sup> obteve em 11 de abril de 2002 o número mínimo de ratificações para sua entrada em vigor, que seu deu em 1º de julho de 2002.

O Estatuto de Roma delimitou também que o relacionamento entre o TPI e as jurisdições nacionais se daria por meio do princípio da complementaridade. Nesse sentido, o parágrafo 10 do Preâmbulo do texto estatutário afirma que “o Tribunal Penal Internacional [...] será complementar às jurisdições penais nacionais” e o artigo 1º, que “o Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será complementar às jurisdições penais nacionais”.

Pretendendo ser um tribunal permanente e de abrangência universal, o TPI foi criado com objetivos diferentes daqueles que orientavam a atuação do TPII e do TPIR. Assim sendo, a complementaridade foi adotada como forma de relacionamento entre o

---

<sup>23</sup> Ao longo do presente trabalho, o Estatuto de Roma de 1998 pode ser referido também pelos termos “Estatuto de Roma” e “Estatuto”.

TPI e as jurisdições nacionais. Sendo o combate à impunidade dos responsáveis por graves crimes que afetam a comunidade internacional como um todo um dos principais objetivos do Estatuto de Roma, o princípio da complementaridade deixa claro que este deve ser realizado tanto no âmbito nacional quanto no internacional, enfatizando que o fim da impunidade não será atingido por apenas um deles, é preciso que ambos atuem conjuntamente. Pode-se depreender, portanto, que o princípio da complementaridade embasa um sistema de direito penal internacional, no qual os Estados tem a responsabilidade primária tanto de punir os responsáveis por crimes internacionais quanto de evitar que esses crimes sejam cometidos novamente <sup>24</sup> (KLEFFNER, 2008, p. 100-101).

Ainda que o próprio Estatuto não apresente uma definição do conceito de “complementaridade”, o termo foi adotado tanto pelos negociadores do tratado <sup>25</sup> quanto pela doutrina (BENZING, 2003, p. 592). Cassese, por exemplo, afirma que a natureza complementar do TPI em relação às cortes nacionais significa que essas cortes desfrutam de prioridade no exercício de jurisdição, a não ser em circunstâncias específicas (CASSESE, 2003, p. 351).

Outros autores aprofundam ainda mais a análise da natureza da complementaridade. Para Nerlich, a natureza complementar do TPI indica também que essa jurisdição internacional não tem como objetivo substituir as cortes nacionais, mas sim oferecer um foro alternativo, que pode atuar quando as instituições judiciárias domésticas falharem em

---

<sup>24</sup> Nesse sentido, Lima e Brina (2006, p. 17), “Mesmo que a finalidade repressiva seja a mais recorrentemente apontada, o Direito Internacional Penal a ela não se limita. Possui ainda funções preventiva, dissuasiva e até mesmo pedagógica. Suas normas visam não apenas à incriminação de condutas lesivas à humanidade, mas também objetivam inibir a prática dos atos nelas proibidos, até mesmo porque a extensão dos danos causados pela prática de referidas condutas é tamanha que torna inatingível a reparação destes. É ainda finalidade das normas de Direito Internacional Penal educar as gerações futuras para que, tendo em vista os horrores cometidos no passado, não suportem resquícios de impunidade e juntem esforços para a efetiva concretização da justiça penal internacional.”.

<sup>25</sup> Dinh, Daillier e Pellet definem tratado da seguinte forma: “*O tratado designa qualquer acordo concluído entre dois ou mais sujeitos de direito internacional, destinado a produzir efeito de direito e regulado pelo direito internacional*” (2003, p. 120). Grifo no original. Destaca-se que o Estatuto de Roma é um tratado internacional multilateral que constitui o Tribunal Penal Internacional bem como delimita sua estrutura e funcionamento.

submeter à ação da justiça os suspeitos de terem cometido os crimes sob jurisdição do TPI (NERLICH, 2009, p. 346-347).

Cassese indica dois grandes motivos para a opção pela complementaridade em detrimento da primazia da jurisdição penal internacional, como havia sido estabelecido para os tribunais *ad hoc*. Em primeiro lugar, ao elaborar o Estatuto de Roma, os Estados reconheceram que não seria interessante que a nova jurisdição penal internacional ficasse sobrecarregada, portanto não deveria ter primazia sobre a jurisdição dos Estados. Em segundo lugar, a complementaridade surge como uma forma de respeitar a soberania estatal, indicando somente alguns casos que poderiam ser levados ao TPI (CASSESE, 2003, p. 351).

Lima e Brina complementam essa análise, acrescentando aos dois motivos anteriores, que a opção pelo caráter complementar do TPI facilitou a aceitação, pelos Estados, do Tratado de Roma de 1998, auxiliando na expansão do Direito Penal Internacional. As autoras destacam ainda, que a prioridade nacional para o exercício de jurisdição permite a redução nos custos do processo, uma vez que as cortes penais nacionais dispõem de facilidades <sup>26</sup> para realizar as investigações e o julgamento (LIMA; BRINA, 2006, p. 91-92).

Benzing identifica quatro motivações principais para a adoção da complementaridade. Da mesma forma que os autores supracitados, Benzing destaca o interesse no respeito à soberania estatal; o reconhecimento por parte dos Estados de que o TPI dispõe de recursos limitados, portanto ficaria sobrecarregado se recebesse muitos casos; as facilidades encontradas pelas jurisdições nacionais de conduzir tanto o inquérito quanto o procedimento criminal; e, por fim, o interesse da comunidade internacional de combater a impunidade (BENZING, 2003, p. 595-600). Essa última motivação justifica, para o autor, a escolha da complementaridade como uma forma de balancear o interesse internacional – o combate à impunidade – com os interesses nacionais – a proteção da soberania <sup>27</sup>. A natureza complementar do TPI possibilita que ambos os interesses sejam satisfeitos.

---

<sup>26</sup> No que diz respeito ao inquérito e procedimento criminal, as vantagens de sua realização em âmbito nacional envolvem a facilidade de acesso à evidência, à vítimas e testemunhas e ao acusado, seja pela proximidade da corte com o local onde o crime foi cometido, seja pela existência de poder coercitivo estatal para obter tais recursos.

<sup>27</sup> Não se quer afirmar, contudo, que os Estados, individualmente, não tenham interesse em combater a impunidade de perpetradores de graves crimes

## 2.2 COMPLEMENTARIDADE COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

O princípio da complementaridade é o fundamento das questões relativas à admissibilidade de casos pelo TPI, apresentadas no artigo 17 do Estatuto de Roma, que regula os critérios que devem ser avaliados para definir se um caso é admissível ou não. Nesse sentido, pode-se dizer que o princípio da complementaridade não afeta a existência de jurisdição pelo TPI, mas sim define em relação à quais casos essa jurisdição pode ser exercida (BENZING, 2003, p. 594).

Destaca-se que a redação do parágrafo primeiro do artigo 17 se dá na forma negativa, no qual se lê que “o Tribunal decidirá sobre a não admissibilidade de um caso”, ou seja, o Estatuto define quando um caso não será admissível. Entende-se, portanto que qualquer caso pode ser admitido pelo TPI, a não ser quando seja enquadrado nas limitações previstas no artigo 17 do Estatuto de Roma. Assim sendo, as quatro alíneas do parágrafo primeiro estabelecem uma lista exaustiva dos critérios de inadmissibilidade, quais sejam, se o caso já é objeto de inquérito ou procedimento criminal por um Estado que tenha jurisdição, se o caso tiver sido objeto de inquérito e o Estado tenha optado por não dar continuidade ao procedimento criminal, se a pessoa em causa já tiver sido julgada pela conduta a que se refere a denúncia <sup>28</sup> ou caso a

---

internacionais. A contraposição dos elementos diz respeito às situações nas quais, frente à possibilidade de intervenção internacional os Estados tendam a defender suas prerrogativas soberanas, como por exemplo, o poder de julgar aquelas pessoas que estejam sob sua jurisdição.

<sup>28</sup> Respeitando o princípio do *ne bis in idem*, conforme previsão no artigo 20 do Estatuto de Roma, “1. Salvo disposição contrária do presente Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.

2. Nenhuma pessoa poderá ser julgada por outro tribunal por um crime mencionado no artigo 5º, relativamente ao qual já tenha sido condenada ou absolvida pelo Tribunal.

3. O Tribunal não poderá julgar uma pessoa que já tenha sido julgada por outro tribunal, por atos também punidos pelos artigos 6º, 7º ou 8º, a menos que o processo nesse outro tribunal:

- a) Tenha tido por objetivo subtrair o acusado à sua responsabilidade criminal por crimes da competência do Tribunal; ou
- b) Não tenha sido conduzido de forma independente ou imparcial, em conformidade com as garantias de um processo equitativo reconhecidas pelo direito internacional, ou tenha sido conduzido de uma maneira que, no caso



situação não seja de suficiente gravidade para justificar a atuação da jurisdição internacional. Em qualquer uma destas situações os casos não poderão ser admitidos pelo TPI. Há, contudo, exceções, descritas nos parágrafos segundo e terceiro. Caso os procedimentos nacionais que refreiam a atuação do TPI sejam conduzidos de forma incompatível com o propósito de levar o acusado a justiça, seja por falta de vontade seja por incapacidade, os casos tornam-se admissíveis para o TPI.

Ressalta-se que o texto do artigo 17 deixa claro que a decisão a respeito da admissibilidade ou não de um caso é feita pelo Tribunal, ou seja, mesmo que um Estado denuncie um caso para o TPI ou que esteja realizando procedimentos nacionais, é o TPI, não o Estado, que decidirá sobre a admissibilidade ou não do caso (KLEFFNER, 2008, p. 102).

Outra questão que pode ser colocada diz respeito aos casos em que o Estado não iniciou nenhuma investigação, mantendo-se totalmente inativo. Uma vez que o artigo 17 é escrito na forma negativa, isto é, declara a inadmissibilidade, entende-se que o Estatuto do TPI é baseado na premissa de que os casos são admissíveis, a não ser nas situações descritas no artigo 17 (KLEFFNER, 2008, p. 104). Assim sendo, a total inatividade de um Estado permite que o TPI admita o caso, sem mesmo recorrer à análise de admissibilidade<sup>29</sup> uma vez que o artigo 17 requer que o Estado tenha, ao menos, iniciado uma investigação.

### **2.2.1 Situações Inadmissíveis de acordo com o artigo 17 do Estatuto de Roma**

De forma geral, o artigo 17 apresenta, em primeiro lugar, as quatro situações em que um caso é inadmissível para o TPI, sendo que duas delas apresentam exceções caracterizadas pela falta de vontade ou incapacidade de realizar o inquérito ou o procedimento criminal por parte do Estado que tenha jurisdição sobre o caso. Na sequência, são definidos os conceitos de falta de vontade e incapacidade que caracterizam as exceções.

---

concreto, se revele incompatível com a intenção de submeter a pessoa à ação da justiça.”.

<sup>29</sup> A não ser no que diz respeito à análise de gravidade do caso.

### 2.2.1.1 O caso é objeto de inquérito ou procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição

A primeira possibilidade de que um caso seja inadmissível pelo TPI é definida na alínea (a) do parágrafo 1º, segundo a qual, a caso não poderá ser admissível quando “for objeto de inquérito ou de procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição sobre o mesmo”. O primeiro elemento necessário é que o caso seja objeto de um inquérito ou que tenha sido iniciado um procedimento criminal, ou seja, que o Estado não esteja inativo em relação ao caso. O segundo elemento necessário é que o Estado que esteja realizando o inquérito ou o procedimento criminal tenha jurisdição sobre o caso.

Essa situação, no entanto, pode ser admissível pelo TPI caso o Estado “não tiver vontade de levar a cabo o inquérito ou o procedimento ou, não tenha capacidade para o fazer”. Essa exceção indica que, mesmo que o caso estiver sendo objeto de inquérito ou procedimento criminal, se estes não forem realizados seriamente, com o objetivo de levar os criminosos internacionais à justiça, o TPI poderá considerar o caso admissível (BENZING, 2003, p. 601-605; KLEFFNER, 2008, p. 110-116)<sup>30</sup>.

### 2.2.1.2 O caso foi objeto de inquérito mas o Estado não deu continuidade ao procedimento criminal

A alínea (b) do parágrafo 1º apresenta a segunda situação em que um caso é considerado inadmissível pelo TPI. Enquanto a alínea anterior considerava inadmissíveis os casos que fossem objeto de investigação ou procedimento criminal em andamento, a segunda situação de inadmissibilidade prevista pelo Estatuto de Roma versa a respeito de casos que foram objetos de inquérito, porém o Estado que tinha jurisdição sobre o mesmo decidiu não dar continuidade ao procedimento criminal. Assim sendo, a primeira parte do texto indica a

---

<sup>30</sup> Diferente da previsão existente no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que exige o esgotamento dos recursos internos antes de admitir um caso, no âmbito do TPI a jurisdição internacional pode atuar sem esse requisito. Assim sendo, desde o início do inquérito ou do procedimento criminal, se comprovada a ocorrência de falta de vontade ou incapacidade do Estado, tornando o procedimento incompatível com o objetivo de levar o acusado a justiça, o TPI poderá iniciar uma investigação e solicitar ao Estado que entregue a pessoa em questão para julgá-la.

necessidade de dois elementos: a realização de uma investigação, e que a mesma tenha sido completada, e a decisão de não prosseguir com o procedimento criminal.

A segunda parte do texto apresenta as mesmas exceções previstas na alínea (a), ou seja, caso a decisão de não realizar um procedimento criminal após o término do inquérito seja decorrente de falta de vontade ou incapacidade do Estado de o fazer, o caso torna-se admissível para o TPI.

### 2.2.1.3 A pessoa em causa já tiver sido julgada pela conduta a que se refere a denúncia

A terceira situação de inadmissibilidade de um caso, descrita na alínea (c), ocorre quando “a pessoa em causa já tiver sido julgada pela conduta a que se refere a denúncia, e não puder ser julgada pelo Tribunal em virtude do disposto no parágrafo 3º do artigo 20”<sup>31</sup>. Nessa situação é necessário, em primeiro lugar, que já tenha ocorrido um julgamento e que este tenha sido finalizado. Em segundo lugar, o texto, ao fazer referência ao artigo 20, requer que se leve em consideração o princípio do *ne bis in idem*, especialmente o previsto no parágrafo 3º do artigo 20, que define que o TPI não poderá julgar novamente “uma pessoa que já tenha sido julgada por outro tribunal, por atos também punidos pelos artigos 6º, 7º ou 8º”<sup>32</sup>. As alíneas (a) e (b) desse parágrafo, contudo, indicam situações de exceção, nas quais o TPI poderia realizar um novo julgamento. Nesse sentido, se o caso foi julgado, porém “tenha tido por objetivo subtrair o acusado à sua responsabilidade criminal”, conforme a alínea (a), ou “não tenha sido conduzido de forma independente ou imparcial, em conformidade com as garantias de um processo equitativo reconhecidas pelo direito internacional, ou tenha sido conduzido de uma maneira que, no caso concreto, se revele incompatível com a intenção de submeter a pessoa à ação da justiça”, conforme a alínea (b), o TPI pode admitir o caso e julgá-lo novamente. A terceira situação de inadmissibilidade ocorre, portanto, quando o caso já foi julgado, com exceção, aos julgamentos em que o acusado não foi levado devidamente à justiça, conforme a previsão do parágrafo 3º do artigo 20.

---

<sup>31</sup> Ver nota 30.

<sup>32</sup> Os artigos 6º, 7º e 8º do Estatuto de Roma delimitam os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, respectivamente.

### 2.2.1.4 O caso não é de suficiente gravidade

A quarta situação de inadmissibilidade é descrita na alínea (d) e diferencia-se das anteriores por não se vincular a existência de uma investigação ou procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição sobre o caso. Esse critério de admissibilidade, baseado na gravidade, aplica-se a todos os casos submetidos à avaliação de admissibilidade do TPI. Assim sendo, um caso cuja gravidade não seja considerada suficiente, não será admitido pelo TPI. É importante ressaltar que, nessa situação, a gravidade enquanto requisito de admissibilidade não se confunde com a própria delimitação da jurisdição do TPI. Esta, delimitada no Artigo 5º do Estatuto de Roma, se dá sobre os “crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto”, ou seja, o crime de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O critério de admissibilidade diz respeito à avaliação da gravidade dos casos em que esses crimes foram cometidos (KLEFFNER, 2008, p. 125-126).

### 2.2.2 Conceituação de Falta de Vontade e Incapacidade no Estatuto de Roma

Os parágrafos segundo e terceiro do artigo 17 são dedicados à conceituação de *falta de vontade* e *incapacidade* <sup>33</sup> estatal, respectivamente, enquanto elementos de exceção à inadmissibilidade de

---

<sup>33</sup> A noção de incapacidade aplicada no âmbito do Tribunal Penal Internacional se diferencia daquela aplicada no Direito Civil brasileiro. Segundo Maria Helena Diniz, no Direito Civil brasileiro, por incapacidade entende-se “a restrição legal ao exercício dos atos da vida civil, devendo sempre ser encarada estritamente, considerando-se o princípio de que ‘a capacidade é a regra e a incapacidade a exceção’”. E que, “o instituto da incapacidade visa proteger os que são portadores de uma deficiência jurídica apreciável, graduando a forma de proteção que para os absolutamente incapazes (CC, art. 3º) assume a feição de representação, uma vez que são completamente privados de agir juridicamente, e para os relativamente incapazes (CC, art. 4º) o aspecto de assistência, já que têm o poder de atuar na vida civil, desde que autorizados.”. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 170-171. Já no âmbito do Tribunal Penal Internacional no que diz respeito aos requisitos de admissibilidade de um caso, a noção de incapacidade é utilizada para designar a situação de um Estado que não consegue, por diversos motivos, lidar com casos que envolvem os graves crimes internacionais que se inserem na jurisdição do TPI.

um caso, conforme as alíneas (a) e (b) do parágrafo primeiro do mesmo artigo.

### 2.2.2.1 Falta de Vontade de agir por parte de um Estado

O parágrafo segundo do artigo 17 apresenta os critérios objetivos para a análise da existência ou não de vontade por parte de um Estado de agir em determinado caso. Nesse sentido, são apresentadas três situações que caracterizam a falta de vontade de um Estado, o julgamento estar sendo ou ter sido conduzido com o propósito de subtrair a pessoa em causa à sua responsabilidade criminal por crimes da competência do Tribunal; uma demora injustificada no processamento, que se mostre incompatível com a intenção de fazer responder a pessoa em causa perante a justiça; e o processo não ter sido ou não estar sendo conduzido de maneira independente ou imparcial.

O objetivo de subtrair a pessoa em causa à sua responsabilidade criminal, conforme apresentado na alínea (a) do parágrafo segundo, pode ser identificado tanto na fase de inquérito quando após o início do procedimento criminal, ou até mesmo após seu término. Assim sendo, não basta que o Estado atue de alguma forma em relação ao caso, mas que sua atuação não tenha como objetivo proteger o acusado em relação ao exercício da justiça, seja ela nacional ou internacional. Kleffner (2008, p. 136-137) identifica alguns elementos que podem ser tomados como indicativos de que um Estado está atuando com o propósito de subtrair uma pessoa à sua responsabilidade criminal, sejam eles: a perda de evidências por parte da corte que está julgando o caso, a desconsideração de evidências por parte do juiz, um superior toma ciência de que seu subordinado cometeu algum crime internacional e, mesmo após investigações, não remete o caso às autoridades competentes, apenas busca sua transferência ou substituição. O autor destaca ainda que a subtração de uma pessoa à sua responsabilidade criminal por parte de um Estado pode relacionar-se com interesses políticos do próprio Estado, constituindo-se como um meio para um fim, sendo este vinculado ao interesse nacional <sup>34</sup>. Nesse sentido, a proteção

---

<sup>34</sup> Pode-se fazer uma relação com a previsão de *delação premiada*, existente na legislação brasileira. Delação premiada “(...) significa a possibilidade de se reduzir a pena do criminoso que entregar o(s) comparsa(s). É o ‘dedurismo’ oficializado, que, apesar de moralmente criticável, deve ser incentivado em face do aumento contínuo do crime organizado. É um mal necessário, pois trata-se da forma mais eficaz de se quebrar a espinha dorsal das quadrilhas, permitindo

do líder de um movimento insurgente em troca de sua colaboração em um processo de paz, pode ser um exemplo. Apesar da existência de uma motivação, seja qual for sua natureza, existindo o objetivo de subtrair o acusado à justiça, a atuação do TPI torna-se possível (KLEFFNER, 2008, p. 137; El ZEIDY, 2008, p. 170-171).

A segunda possibilidade de caracterização da falta de vontade de um Estado se dá quando ocorrem demoras injustificadas <sup>35</sup>, que se mostram incompatíveis com a intenção de fazer responder a pessoa em causa perante a justiça, conforme a alínea (b) do parágrafo segundo do artigo 17. Um atraso pode ser caracterizado tanto quando procedimento se dá de forma lente quanto quando o procedimento está totalmente parado (STIGEN, 2008, p. 288-289). É interessante ressaltar que não basta a existência de uma demora nos procedimentos, é preciso que essa demora seja injustificada e, ainda, que essa demora injustificada seja incompatível com a intenção de fazer responder a pessoa em causa perante a justiça. Destaca-se também que a verificação da existência de demora injustificada pode se dar em qualquer fase do procedimento, desde o inquérito até o julgamento.

Benzing (2003, p. 611-612) afirma que “sempre que um atraso é causado pelo respeito aos padrões de direito internacional, isso não pode ser usado contra o Estado conduzindo os procedimentos” <sup>36</sup>. Um atraso decorrente do respeito aos padrões de direitos humanos, portanto, não se caracterizaria como “injustificado”, bem como um atraso causado pela complexidade do caso. O autor complementa sua observação, afirmando que, por outro lado, “um atraso é injustificado quando não há nenhuma circunstância específica que justifique tal atraso, tal qual uma investigação particularmente complexa” <sup>37</sup>. Assim sendo, Benzing demonstra que podem haver atrasos justificados e que é preciso que essa diferença seja verificada cuidadosamente.

---

que um de seus membros possa se arrepender, entregando a atividade dos demais e proporcionando ao Estado resultados positivos no combate à criminalidade.” (NUCCI apud MENDES, 2012).

<sup>35</sup> Para uma análise do acesso à justiça em tempo razoável como um direito humano, ver a obra “O Direito Humano de Acesso à Justiça no Brasil”, de Danielle Annoni.

<sup>36</sup> No original, em inglês, “[w]hensoever a delay is caused by the adherence to human rights standards, this cannot be held against the state conducting these proceedings”.

<sup>37</sup> No original, em inglês, “a delay is unjustified where no specific circumstances are given which would explain the delay, such as a particularly complex investigation”.

Kleffner (2008, p. 143-145) ressalta a necessidade que a demora injustificada seja também incompatível com o objetivo de levar o acusado à justiça. Nesse sentido, o autor propõe exemplos em que a demora injustificada pode ser compatível com tal objetivo, uma vez que seja causada por motivos diversos, como a existência de instabilidade interna ou conflito armado no país, que gere insegurança para os envolvidos na investigação e no procedimento criminal do caso. Assim sendo, é necessário que exista vínculo entre os três elementos indicados na alínea (b), parágrafo segundo do artigo 17, que ocorra demora, que a mesma seja injustificada e que essa demora injustificada seja incompatível com a intenção de fazer responder a pessoa em causa perante a justiça.

A terceira situação que caracteriza a falta de vontade de um Estado, descrita na alínea (c) do parágrafo segundo, é composta de dois elementos. Em primeiro lugar, “o processo não ter sido ou não estar sendo conduzido de maneira independente ou imparcial” e, complementarmente, que a maneira de condução do mesmo “seja incompatível com a intenção de levar a pessoa em causa perante a justiça”. A partir da primeira parte do texto, é possível afirmar que o desrespeito à independência ou à imparcialidade da corte seja identificado tanto durante o julgamento quanto após seu fim – situação que pode ser remetida ao texto da alínea (b), parágrafo terceiro, artigo 20 do Estatuto de Roma, conforme comentado anteriormente. A primeira parte do texto apresenta ainda os conceitos de *independência* e *imparcialidade*, ainda que o Estatuto de Roma não os defina em seu texto<sup>38</sup>.

A independência pode ser considerada como a independência do poder judiciário em relação tanto aos poderes executivo e legislativo quanto às partes envolvidas em um caso (STIGEN, 2008, p. 300-301; KLEFFNER, 2008, p. 146). A existência dessa independência pode ser avaliada por diversos critérios, entre eles a maneira de indicação dos membros de uma corte, a existência de garantias contra pressões externas e até mesmo se o órgão judicial aparenta independência (BENZING, 2003, p. 612; STIGEN, 2008, p. 306; KLEFFNER, 2008, p. 146). Por outro lado, a falta de independência pode ser verificada em situações como, por exemplo, membros do judiciário que sofrem ameaças em decorrência de sua função, não existindo garantias contra

---

<sup>38</sup> Frente a falta de definição de tais conceitos, alguns autores buscam sua significado na jurisprudência das cortes de direitos humanos, como a Corte Europeia de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

ameaças externas, ou quando a jurisdição de uma corte deve ser exercida de acordo com decisões do poder executivo, descaracterizando a independência entre os poderes (KLEFFNER, 2008, p. 146).

A imparcialidade de um órgão judicial pode ser avaliada pela garantia de inexistência de preconceito pessoal dos juízes, ou seja, que seja garantido que os juízes não serão motivados por questões pessoais, sejam elas de natureza política, religiosa, ou outras, no julgamento dos casos (BENZING, 2003, p. 612; KLEFFNER, 2008, p. 147). Contudo, para Stigen (2008, p. 306) imparcialidade não é sinônimo de neutralidade, ou seja, a norma não é neutra, uma vez que condena a conduta em questão, porém a aplicação da norma deve ser realizada de forma imparcial pelos juízes.

A constatação de que o processo não esteja sendo ou não tenha sido conduzido de maneira independente ou imparcial precisa, ainda, estar conectada com a intenção de não levar a pessoa em causa perante a justiça, para caracterizar a falta de vontade de um Estado. De forma semelhante ao apresentado na alínea (b) do mesmo parágrafo, é preciso demonstrar que além da inexistência de imparcialidade e independência, o procedimento seja incompatível com a intenção de levar a pessoa em causa perante a justiça.

#### 2.2.2.2 Incapacidade de um Estado para agir

O parágrafo terceiro do artigo 17 apresenta, por fim, a caracterização de *incapacidade* de um Estado de agir em determinado caso. Assim sendo, considera-se que há incapacidade “se o Estado, por colapso total ou substancial da respectiva administração da justiça ou por indisponibilidade desta, não estará em condições de fazer comparecer o acusado, de reunir os meios de prova e depoimentos necessários ou não estará, por outros motivos, em condições de concluir o processo”. Destaca-se a existência de duas condições para a incapacidade do Estado de agir: o colapso total ou substancial da respectiva administração da justiça ou a indisponibilidade da mesma.

O colapso da administração da justiça pode ser *total* ou *substancial*. Considera-se que o colapso é total quando ocorre uma desintegração total do sistema judiciário nacional (KLEFFNER, 2008, p. 154; STIGEN, 2008, p. 315) ou quando as autoridades perdem controle de seu território, perdendo também controle sobre a administração da justiça (BENZING, 2003, p. 614). Pode-se questionar se, em uma situação de total colapso da administração da justiça, é possível que mesmo os passos iniciais de um inquérito ou de um procedimento



criminal sejam realizados. Caso não o sejam, sua ausência caracterizaria a inatividade do Estado, tornando o caso admissível, sem necessidade do exame de admissibilidade <sup>39</sup> (KLEFFNER, 2008, p. 154).

O Estatuto de Roma não apresenta em seu texto uma fórmula para mensurar um colapso *substancial*. Este é interpretado por diversos autores como mais do que um colapso parcial. Benzing (2003, p. 614), entende que ocorre um colapso substancial quando as autoridades estatais, ainda que não estando completamente disfuncionais, não são capazes de garantir a realização do inquérito e do procedimento criminal necessário para levar à justiça os responsáveis por crimes internacionais. Nesse sentido, Kleffner (2008, p. 155) indica que um colapso substancial pode ocorrer no que diz respeito ao controle de parte do território, perdido, por exemplo, durante um conflito armado com um grupo rebelde que passa a controlar o dito território, impedindo a administração da justiça. O colapso substancial pode ocorrer também em relação a um determinado órgão que compõe a administração da justiça, por exemplo, a polícia é capaz de fazer comparecer o acusado, porém o sistema judiciário não é capaz de julgá-lo. Stigen (2008, p. 315-316) indica ainda que ao avaliar a existência de um colapso substancial deve-se mensurar mais o impacto do que a extensão do colapso, uma vez que, devido a complexidade envolvida na investigação e no procedimento criminal em relação a crimes internacionais, um colapso não tão extenso, porém substancial, pode tornar o sistema judiciário em questão incapaz.

A segunda condição que caracteriza a incapacidade de um Estado é a indisponibilidade da administração da justiça. O termo também não é definido no texto do Estatuto, contudo diversos autores apresentam a interpretação que ocorre indisponibilidade da administração da justiça quando o sistema judiciário nacional existe e opera normalmente, porém, não tem capacidade para lidar com o caso especificamente. Nesse sentido, a causa dessa incapacidade pode ser de diversas naturezas, por exemplo, a sobrecarga do sistema judiciário nacional; o fato do sistema ser frágil e incapaz de garantir a segurança dos envolvidos no procedimento, como juízes, vítimas e o próprio

---

<sup>39</sup> Poderia se excluir alguns elementos do teste de admissibilidade no que diz respeito a existência de procedimentos a nível nacional a respeito do caso em questão, porém, mantém-se a necessidade de avaliação da gravidade do caso. Um caso que não seja considerado grave o suficiente para justificar a intervenção do TPI não será admissível, independentemente da ausência de procedimentos nacionais.

acusado; e até mesmo a existência de uma lacuna na jurisdição <sup>40</sup> do Estado para lidar com o caso específico (EL ZEIDY, 2008, p. 227-228; KLEFFNER, 2008, p. 155-158; BENZING, 2003, p. 614; STIGEN, 2008, 329-330).

Não havendo uma definição no Estatuto do conceito de *indisponibilidade*, diversos autores discorrem sobre as possíveis situações em que sua ocorrência pode ser declarada, surge assim a questão da caracterização dos crimes internacionais enquanto crimes ordinários no âmbito nacional. Alguns autores argumentam que, caso essa situação ocorra, o Estado deve ser declarado incapaz, uma vez que sua legislação interna não é adequada para lidar com crimes internacionais. Ao julgar um acusado de crimes internacionais pela conduta descrita enquanto crime ordinário, o Estado estaria descaracterizando a gravidade do crime cometido. Sendo esse julgamento realizado sem o propósito de subtrair o acusado à justiça e de forma independente e imparcial, mesmo que o caso tenha suficiente gravidade para justificar a intervenção do TPI, este não poderá fazê-lo, uma vez que o caso não pode ser admitido, conforme os artigos 17 e 20 do Tratado de Roma. A grande preocupação demonstrada pelos defensores dessa abordagem é que as penas não correspondam à gravidade do ato criminoso. A solução proposta é, portanto, que os Estados busquem adequar sua legislação nacional no que diz respeito aos crimes internacionais, tornando-se, então, capazes, e disponíveis, para lidar com os casos que lhe forem apresentados (KLEFFNER, 2003, p. 94-99).

Em sentido semelhante, outros autores acreditam que, levando em consideração o disposto no parágrafo terceiro do artigo 20 do Estatuto de Roma, o TPI prevê o julgamento da conduta, não do crime, conforme definido em seu tratado constitutivo. Assim sendo, não haveria problemas caso o julgamento ocorresse dessa forma. Contudo, em casos em que a conduta penalizada no âmbito nacional não apresentar nenhuma correspondência com as condutas criminalizadas pelo Estatuto de Roma em seus artigos 6º, 7º e 8º, o Estado poderá ser considerado incapaz <sup>41</sup>. De forma semelhante, quando houver uma

---

<sup>40</sup> Nessa situação uma lacuna de jurisdição poderia ser decorrente da inexistência de legislação adequada que criminalize a conduta em questão.

<sup>41</sup> Como ocorreu no caso de Thomas Lubanga Dyilo na situação da República Democrática do Congo. Lubanga foi julgado pelo TPI pelo crime de guerra, em conflito que não tem caráter internacional, de recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou em grupos, ou utilizá-los para participar

descaracterização grosseira da conduta conforme descrita no Estatuto de Roma, e a sentença imposta não for adequada à gravidade do crime, também o Estado poderá ser considerado incapaz. A primeira situação permite a interpretação de que o Estado não realizou nenhuma ação em relação ao caso, tornando-o admissível para o TPI. A segunda situação, de forma semelhante, pode caracterizar a incompatibilidade com o objetivo de levar o acusado perante a justiça (BENZING, 2003, p. 614-617).

O Estatuto de Roma não prevê nenhuma obrigação de que os Estados implementem seu direito material, porém há autores que defendem que essa intenção está implícita no tratado (KLEFFNER, 2003, p. 91-92). Assim sendo, alguns elementos presentes no Estatuto podem ser destacados.

O parágrafo 6 do Preâmbulo do Estatuto ressalta “o dever de cada Estado exercer a respectiva jurisdição penal sobre os responsáveis por crimes internacionais”. Portanto, os Estados tem um papel fundamental na aplicação do Direito Penal Internacional; não somente eles desfrutam da primazia para exercer o julgamento, mas tem o *dever* de levar os suspeitos à justiça. Benzing entende que, ao ressaltar o dever estatal de punir os culpados por crimes internacionais, o Estatuto de Roma utiliza o princípio da complementaridade como uma forma de restrição à soberania estatal, uma vez que os Estados não mais podem optar pela impunidade. De acordo com o princípio da complementaridade, se estes não agirem, o TPI o fará (BENZING, 2003, p. 600).

Para os redatores do Estatuto de Roma é preciso ainda que os Estados criem mecanismos internos de combate à impunidade, conforme o parágrafo 4 do Preâmbulo, o qual afirma que “os crimes de maior gravidade, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, não devem ficar impunes e que a sua repressão deve ser efetivamente assegurada através da adoção de medidas em nível nacional e do reforço da cooperação internacional”. Não há obrigatoriedade de que esses mecanismos sejam a adequação da legislação nacional em relação ao direito material do Estatuto, porém, há indícios de que diversos Estados tem adotado essa postura. Após a ratificação do Estatuto de Roma, diversos Estados decretaram novas legislações, inserindo as definições

---

ativamente nas hostilidades, conforme o artigo 8, §2, e, vii, do Estatuto de Roma. Mesmo havendo um caso doméstico contra Lubanga no Congo, a acusação feita contra Lubanga no TPI foi relativa a condutas não contempladas na acusação doméstica congoleza, tornando o caso admissível para o TPI.

dos crimes, conforme o Estatuto, em sua legislação nacional. Esses Estados não somente estarão mais preparados para lidar com casos que envolvam crimes internacionais, mas também se tornam mais ativos no combate à impunidade no cenário internacional (NERLICH, 2009, p. 347). Kirsch acredita que esse reforço por parte dos Estados das suas legislações internas ocorrerá “pela simples razão de que não quererão ver-se repreendidos pela Corte porque não querem patrocinar procedimentos verdadeiros ou são incapazes de fazê-lo” (KIRSCH, 2004, p. 28).

Estando os Estados mais preparados para lidar, nacionalmente, com a realização de procedimentos criminais de crimes internacionais, ainda que apenas como uma forma de proteger sua soberania e evitar qualquer forma de intervenção internacional, acredita-se que a atuação do TPI será cada vez menos necessária. Ressalta-se que essa perspectiva é inteiramente coerente com os objetivos do TPI (NERLICH, 2009, p. 347). Sendo um tribunal complementar, é de seu interesse que os Estados, a linha de frente do combate à impunidade, exerçam sua jurisdição (BURKE-WHITE, 2002, p. 75). A eficácia do combate à impunidade não deve ser medida por meio da atuação do TPI isoladamente, mas da atuação conjunta de todas as instâncias judiciais relevantes, sejam elas nacionais ou internacionais <sup>42</sup>.

O princípio da complementaridade, indicado no Preâmbulo e no artigo 1º do Estatuto, caracteriza a relação entre o TPI e os Estados no que diz respeito à investigação e julgamento dos acusados dos mais graves crimes internacionais. O caráter complementar do TPI fica evidente quando as questões de admissibilidade, dispostas no artigo 17, são analisadas. Nesse sentido, fica claro o papel que o Estatuto prevê para o TPI: atuar somente quando o Estado que tenha jurisdição sobre o caso não for capaz de fazê-lo, seja por falta de vontade, seja por incapacidade de seu sistema judiciário nacional.

---

<sup>42</sup> Nesse sentido destaca-se a declaração do primeiro Procurador do TPI, Luis Moreno Ocampo, na cerimônia de tomada de posse do cargo em 2003, “The effectiveness of the International Criminal Court should not be measured by the number of cases that reach it. On the contrary, complementarity implies that the absence of trials before this Court, as a consequence of the regular functioning of national institutions, would be a major success.”.

## 2.3 COMPLEMENTARIDADE POSITIVA

Frente ao panorama apresentado pelo Estatuto de Roma, delineou-se a forma de atuação proposta para o TPI. Contudo, após a entrada em vigor do Estatuto e o início do funcionamento do Tribunal, em especial dos trabalhos do Gabinete do Procurador, uma outra percepção do conceito de complementaridade foi delineada. A criação da *complementaridade positiva* foi iniciada no âmbito da atuação do Procurador do TPI, o qual propôs, desde 2006, o incentivo aos procedimentos nacionais. Partindo dessa perspectiva, a complementaridade recebeu cada vez mais destaque, tornando-se uma segunda abordagem da ideia mais geral de complementaridade no âmbito das atividades do TPI.

A análise da complementaridade positiva passa, em primeiro lugar, pela descrição de suas origens e pela identificação das transformações pelas quais esse conceito passou para se consolidar na percepção atual. Nesse sentido, em um segundo momento, a análise se volta para as delimitações conceituais da complementaridade positiva, identificando sua definição e objetivos, bem como suas bases jurídicas no Estatuto de Roma. Por fim, serão destacadas algumas possíveis formas de atuação com base na complementaridade positiva, identificadas tanto no âmbito do próprio TPI quanto em análises acadêmicas.

### 2.3.1 Origem da Complementaridade Positiva

Em 2003 foi produzido um relatório informal denominado “O Princípio da Complementaridade na Prática”<sup>43</sup>, elaborado por um grupo de especialistas. Nesse relatório, apresenta-se uma análise do conceito de complementaridade e as aplicações práticas da complementaridade no desenvolvimento das atividades do Gabinete do Procurador do TPI. Nesse sentido, foram identificadas duas dimensões da complementaridade, embasadas nos conceitos de *vigilância* e *parceria*<sup>44</sup>, sendo a primeira representada pelo teste de admissibilidade de um caso pelo TPI, conforme o artigo 17 do Estatuto de Roma, e a segunda referente a perspectiva da atuação no sentido de encorajar esforços nacionais para o julgamento de crimes internacionais (PISANI, 2012, p.

---

<sup>43</sup> Tradução livre do título original, em inglês, “The Principle of Complementarity in Practice”.

<sup>44</sup> Tradução livre do original, em inglês, “vigilance” e “partnership”.

201). Identificou-se, assim, a possibilidade que o Procurador, ao desenvolver suas funções, adotasse uma abordagem positiva, construtiva e cooperativa com os Estados, no sentido de incentivo à realização de procedimentos nacionais, garantindo que a atuação do TPI ocorreria somente em casos excepcionais (PISANI, 2012, p. 225). Assim sendo, propôs-se que ao atuar desta forma, o objetivo não é que as jurisdições nacional e internacional sejam concorrentes, mas sim que sejam instituições que podem trabalhar em conjunto para atingir o objetivo geral de combate à impunidade (PISANI, 2012, p. 202). Caracterizou-se, portanto, o início da mudança de percepção da complementaridade unicamente enquanto resposta à possibilidade de concorrência entre as jurisdições para a percepção da possibilidade do estabelecimento de formas de cooperação entre elas, visando o objetivo comum de combate à impunidade (STAHN, 2008, p. 102).

No Relatório sobre a Estratégia do Procurador de 2006 <sup>45</sup>, percebe-se a apropriação, pelo Procurador, da perspectiva positiva sugerida pelo Relatório de 2003. Nesse sentido, o Procurador faz a primeira referência a uma “abordagem positiva à complementaridade” <sup>46</sup>. Baseando-se na responsabilidade primária dos Estados na responsabilização <sup>47</sup> por crimes internacionais <sup>48</sup>, o Procurador reforça seu compromisso no sentido de encorajar a realização de procedimentos nacionais, mantendo a intervenção do TPI em caráter eventual (STAHN, 2008, p. 95; PISANI, 2012, p. 206). Observa-se, contudo, que em 2010, quando da publicação do segundo documento sobre a Estratégia do Procurador <sup>49</sup>, o próprio Procurador aborda a questão da complementaridade positiva de forma distinta. Não a considera mais apenas como uma abordagem positiva ou apenas um princípio orientador para a atuação do Gabinete do Procurador, mas sim como uma dimensão distinta do conceito de complementaridade, diferente daquela que diz respeito à admissibilidade de casos para o TPI (PISANI, 2012, p. 207).

---

<sup>45</sup> Tradução livre do original, em inglês, “Report on Prosecutorial Strategy”.

<sup>46</sup> Tradução livre do original, em inglês, “positive approach to complementarity”.

<sup>47</sup> O termo “responsabilização” é utilizado como a tradução de “accountability”, do inglês.

<sup>48</sup> Conforme a previsão do Preâmbulo do Estatuto de Roma, “Relembrando que é dever de cada Estado exercer a respectiva jurisdição penal sobre os responsáveis por crimes internacionais”.

<sup>49</sup> Tradução livre do original, em inglês, “Prosecutorial Strategy”.

Tendo sido inicialmente discutida no âmbito da atuação do Procurador do TPI, a complementaridade positiva se torna o objetivo de análise de forma mais ampla no âmbito do Tribunal Penal Internacional. Nesse sentido, na 8ª Sessão da Assembleia dos Estados Parte, foi apresentado o relatório “Fazendo um balanço do princípio da complementaridade: preenchendo a lacuna de impunidade”<sup>50</sup>, elaborado pela Mesa da Assembleia dos Estados Parte do TPI. Nesse relatório discute-se a atual postura do TPI frente a situações em que os Estados que teriam jurisdição sobre os casos não são capazes ou demonstram falta de vontade de processar os acusados de crimes internacionais (ASSEMBLY OF STATES PARTIES, 2010a, §3-12). O relatório ressalta a política do Procurador do TPI de apenas processar os maiores responsáveis pelos mais sérios crimes e indica que, sem a atuação estatal e sem a atuação do TPI, diversos criminosos permaneceriam impunes, criando uma lacuna de impunidade (ASP, 2010a, §13-15). Discute-se também o conceito de complementaridade positiva (ASP, 2010a, §16), segundo o qual todos os órgãos do TPI, não apenas o Gabinete do Promotor, deveriam realizar atividades que contribuíssem para o fortalecimento das instituições judiciárias nacionais, fomentando a diminuição dessa lacuna de impunidade (ASP, 2010a, §42-45), desde que tais ações não gerassem custos ou riscos para o TPI (ASP, 2010a, § 4). Visando catalisar o debate e a atuação no sentido de fortalecer os sistemas judiciários nacionais, propõe-se algumas formas de atuação<sup>51</sup> (ASP, 2010a, §17) e futuras manifestações de outros órgãos do TPI são encorajadas (ASP, 2010a, §54).

As discussões sobre a complementaridade positiva são aprofundadas com os trabalhos realizados na Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, realizada em Kampala, Uganda, em 2010. Ao final da Conferência, foi elaborada uma resolução que reconhece a necessidade de adoção de medidas adicionais à nível nacional para a efetiva realização de procedimentos criminais em relação à crimes internacionais. A resolução encoraja a continuação dos debates (REVIEW CONFERENCE, 2010b, §8-10) e a participação de outros atores além do TPI, visando identificar estratégias para reforçar a capacidade das jurisdições nacionais (RC, 2010b, §3). Nesse sentido, as discussões sobre complementaridade na Conferência de Revisão do

---

<sup>50</sup> Tradução livre do título original, em inglês, “Taking stock of the principle of complementarity: bridging the impunity gap”.

<sup>51</sup> Ver item “2.3.3 Possíveis formas de atuação com base na complementaridade positiva” do presente trabalho.

Estatuto de Roma podem ser consideradas de grande relevância para a efetivação de projetos que tenham como objetivo o fortalecimento da capacidade judiciária nacional, uma vez que atuaram como um catalisador da conscientização da comunidade internacional a respeito das reais dificuldades enfrentadas e das abordagens possíveis (PISANI, 2012, p. 224).

Tendo como base o incentivo previsto na resolução resultante da Conferência de Revisão de 2010, os órgãos do TPI iniciaram a produção anual de relatórios sobre complementaridade, submetidos à Assembleia dos Estados Parte. Nesses relatórios, cada órgão identifica, em linhas gerais, as atividades realizadas com base no princípio da complementaridade e na complementaridade positiva. Ao fim de suas sessões anuais, a Assembleia tem elaborado resoluções específicas sobre o tema da complementaridade, destacando os esforços e atividades realizados e sugerindo encaminhamentos futuros.

### **2.3.2 Definição de Complementaridade Positiva**

Após analisar a origem da complementaridade positiva, a qual surge a partir da própria atuação do TPI e da percepção das dificuldades a serem enfrentadas ao aplicar o princípio da complementaridade, pode-se apresentar as discussões mais atuais a respeito da definição conceitual e objetivos ligados à complementaridade positiva, bem como indicar o que se identificou como possíveis bases jurídicas da complementaridade positiva no Estatuto de Roma.

Frente à discussão iniciada após a adoção de uma abordagem positiva à complementaridade pelo Gabinete do Procurador e da identificação da complementaridade positiva como uma segunda definição do conceito de complementaridade, diversos autores passaram a debater o tema.

Burke-White (2008b), por exemplo, conclui que a complementaridade, enquanto critério de admissibilidade, é identificada como *complementaridade passiva* e não é suficiente para atingir os objetivos propostos pelo Estatuto de Roma, em especial do combate à impunidade. Nesse sentido, uma forma possível para realizar esses objetivos seria por meio da *complementaridade proativa*, entendida como uma maior participação do TPI na assistência aos sistemas



judiciários nacionais <sup>52</sup> (BURKE-WHITE, 2008b, p. 54-56). Nesse sentido, a complementaridade proativa seria uma estratégia para encorajar os Estados a lidar com os casos em âmbito nacional, ao invés de tornar a intervenção do TPI necessária, colaborando para a efetivação do objetivo principal de combate à impunidade. A intenção da complementaridade proativa é, portanto, promover o exercício da jurisdição nacional sobre crimes internacionais (BURKE-WHITE, 2008b, p. 68).

Stahn (2008), inserindo-se no debate, analisa a definição apresentada por Burke-White (2008b), concluindo que, apesar do termo complementaridade proativa destacar algumas das características da complementaridade positiva, como o efetivo encorajamento a procedimentos nacionais, não podem ser considerados como sinônimos, uma vez que a ideia de proatividade não abarca todos os elementos inerentes a proposta da complementaridade positiva (STAHN, 2008, p. 103). Nesse sentido, Stahn (2008, p. 104) propõe a definição de complementaridade positiva da seguinte forma,

A característica essencial da complementaridade ‘positiva’ parece ser sua abordagem gerencial em relação à alocação do fórum de justiça. O Estatuto [de Roma] é baseado no pressuposto geral que o Tribunal [o TPI] e as jurisdições domésticas compartilham uma responsabilidade comum. A complementaridade ‘positiva’ organiza essa relação. Ela serve como um dispositivo para assegurar investigações e procedimentos criminais efetivos. Ela delinea estratégias de gerenciamento e duração de investigações e procedimentos criminais. Além disso, aloca responsabilidades com base em certos princípios organizacionais (vantagens comparativas, cooperação reversa). É, em última análise, projetada para criar um nível mais alto de responsabilização por meio da interação entre o Tribunal e as jurisdições domésticas. <sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> No texto original, em inglês, os termos utilizados são *proactive complementarity* e *passive complementarity*.

<sup>53</sup> Tradução livre do original, em inglês, “The essential feature of ‘positive’ complementarity appears to be its managerial approach towards the allocation of the forum of justice. The Statute is based on the general assumption that the Court and domestic jurisdictions share a common responsibility. ‘Positive’

Diferente da definição de Burke-White, Stahn destaca que a complementaridade positiva diz respeito não apenas a realização da atividade, mas principalmente ao gerenciamento, pelo TPI, da necessidade de adoção de tais atividades e da condução das mesmas. Stahn destaca também que o encorajamento para a realização de procedimentos domésticos não é o objetivo final que embasa a complementaridade positiva, mas sim uma ferramenta que pode auxiliar na maximização do impacto da atuação do TPI, bem como na garantia de que o TPI continue atuando como uma jurisdição complementar à nacional (STAHN, 2008, p. 109).

Em paralelo ao debate acadêmico, no âmbito do TPI as discussões sobre a complementaridade positiva extrapolam as atividades do Gabinete do Procurador, tomando uma dimensão institucional, cujo reflexo está na adoção do relatório “Fazendo um balanço do princípio da complementaridade: preenchendo a lacuna de impunidade”, apresentado na 8ª Sessão da Assembleia dos Estados Parte em 2010. Nesse relatório é apresentada uma definição da complementaridade positiva (ASP, 2010a, §16), qual seja

[...] complementaridade positiva se refere a todas as atividades/ações pelas quais jurisdições nacionais são fortalecidas e habilitadas para conduzir, genuinamente, investigações e julgamentos nacionais de crimes incluídos no Estatuto de Roma, sem envolver o Tribunal [o TPI] em construção de capacidade, apoio financeiro e assistência técnica, mas em vez disso deixando essas ações e atividades para os Estados, para que se auxiliem mutuamente de forma voluntária.<sup>54</sup>

---

complementarity organizes this relationship. It serves as a device to ensure effective investigations and prosecutions. It delineates strategies for the management and timing of investigations and prosecutions. Moreover, it allocates responsibilities on the basis of certain organizing principles (comparative advantages, reverse cooperation). It is ultimately designed to create a higher level of accountability through interaction between the Court and domestic jurisdictions.”.

<sup>54</sup> Tradução livre do original, em inglês, “positive complementarity refers to all activities/actions whereby national jurisdictions are strengthened and enabled to conduct genuine national investigations and trials of crimes included in the Rome Statute, without involving the Court in capacity building, financial

Os dois elementos de destaque dessa definição são a identificação da complementaridade positiva com atividades focadas no fortalecimento dos sistemas judiciários nacionais e a afirmação de que tais atividades, mesmo sendo do interesse do TPI, não devem acarretar nenhum ônus para o mesmo. No relatório destaca-se que o objetivo último do Estatuto de Roma é o combate à impunidade e que o desenvolvimento de ações para o fortalecimento das jurisdições nacionais deve ser incentivado, uma vez que permitiria que os Estados cumprissem com sua obrigação de atuação primária em relação à crimes do interesse de toda a comunidade internacional (ASP, 2010a, §12).

De forma geral, pode-se avaliar que, na interpretação institucional apresentada no relatório “Fazendo um balanço do princípio da complementaridade”, a complementaridade positiva abarca tanto o incentivo para a realização de procedimentos nacionais e de atividades que permitam o fortalecimento do sistema judiciário nacional quanto o papel de gerenciamento dessas atividades e da promoção do diálogo entre os atores que possam, efetivamente, colocá-las em prática.

Além da definição conceitual, outra abordagem é a dos fundamentos legais da complementaridade positiva. Nesse sentido, diversos autores buscaram no Estatuto de Roma elementos que fundamentem a adoção dessa segunda definição da complementaridade. Foram identificados três elementos no texto estatutário que podem ser interpretados como a base jurídica da complementaridade positiva, o artigo 17, que define os critérios de admissibilidade; o Capítulo IX, que versa sobre a cooperação internacional e auxílio judiciário; e a definição dos poderes do Procurador.

O artigo 17 do Estatuto de Roma pode ser destacado como uma das bases jurídicas da complementaridade positiva pois, ao delimitar os critérios de admissibilidade, não impede que o Procurador incentive os procedimentos nacionais e, idealmente, torne o caso inadmissível para o TPI (BURKE-WHITE, 2008a, p. 65). Na aplicação do princípio da complementaridade enquanto critério de admissibilidade, portanto, a complementaridade positiva pode ser aplicada no sentido de incentivar procedimentos nacionais e atingir o objetivo de combate à impunidade por meio da sustentabilidade dos procedimentos nacionais (STAHN, 2008, p. 108).

O Capítulo IX do Estatuto de Roma, que versa sobre a cooperação internacional e auxílio judiciário, é também identificado como uma das bases jurídicas da complementaridade positiva, em especial no que diz respeito a chamada *cooperação reversa*<sup>55</sup>, ou seja, a possibilidade que o TPI coopere com as jurisdições nacionais (STAHN, 2008, p. 107). Nesse sentido, a previsão estatutária de que o TPI não apenas desfrute da cooperação estatal, mas também forneça assistência para os Estados e a delimitação das formas pelas quais tal cooperação pode ocorrer, conforme a previsão do artigo 93, §10, do Estatuto de Roma<sup>56</sup>, podem ser consideradas a segunda base legal da complementaridade positiva. Ao cooperar com Estados por meio do compartilhamento de informações e resultados obtidos pelo TPI, a jurisdição internacional estaria agindo no sentido de permitir a realização de procedimentos nacionais, em conformidade, portanto, com a complementaridade positiva.

O terceiro elemento que pode ser identificado como componente da base jurídica da complementaridade positiva no Estatuto de Roma é a definição dos poderes do Procurador, em especial a previsão da discricionariedade do Procurador. Essa previsão permite que, ao identificar situações nas quais o TPI poderia intervir, o Procurador possa optar pela forma de atuação que considera mais adequada a cada caso, ou seja, pode concluir que é preciso que o TPI exerça jurisdição sobre a situação ou que o incentivo a realização de

---

<sup>55</sup> Tradução livre do original, em inglês, “reverse cooperation”.

<sup>56</sup> “10. a) Mediante pedido, o Tribunal cooperará com um Estado Parte e prestar-lhe-á auxílio na condução de um inquérito ou julgamento relacionado com fatos que constituam um crime da jurisdição do Tribunal ou que constituam um crime grave à luz do direito interno do Estado requerente.

b) i) O auxílio previsto na alínea a) deve compreender, a saber:

a. A transmissão de depoimentos, documentos e outros elementos de prova recolhidos no decurso do inquérito ou do julgamento conduzidos pelo Tribunal; e

b. O interrogatório de qualquer pessoa detida por ordem do Tribunal;

ii) No caso previsto na alínea b), i), a;

a. A transmissão dos documentos e de outros elementos de prova obtidos com o auxílio de um Estado necessita do consentimento desse Estado;

b. A transmissão de depoimentos, documentos e outros elementos de prova fornecidos quer por uma testemunha, quer por um perito, será feita em conformidade com o disposto no artigo 68.

c) O Tribunal poderá, em conformidade com as condições enunciadas neste número, deferir um pedido de auxílio formulado por um Estado que não seja parte no presente Estatuto.”.

procedimentos nacionais, com base na complementaridade positiva, é a resposta mais adequada (STAHN, 2008, p. 106; BURKE-WHITE, 2008a, p. 67).

A identificação das bases jurídicas da complementaridade positiva reforça a perspectiva dual da sua natureza, ou seja, encontrou-se, no Estatuto de Roma, bases tanto para a elaboração e realização de atividades visando incentivar procedimento nacionais quanto para a atuação do TPI no sentido de gerenciar essas atividades, promovendo o diálogo entre os atores que podem, efetivamente, desenvolver as atividades em questão.

### **2.3.3 Possíveis formas de atuação com base na complementaridade positiva**

Tendo delimitado a origem e o escopo conceitual da complementaridade positiva, é possível indicar algumas das possíveis formas de atuação nesse sentido.

No relatório “Fazendo um balanço do princípio da complementaridade: preenchendo a lacuna de impunidade” são apresentadas algumas formas possíveis de atuação fundamentada na complementaridade positiva, visando fortalecer os sistemas judiciários nacionais. Nesse sentido, a primeira categoria de atividades são as de *assistência legislativa*<sup>57</sup>, as quais incluem o auxílio para elaboração e redação de um quadro legislativo adequado para responder às obrigações impostas pelo Estatuto de Roma, bem como na identificação e superação de barreiras nacionais à implementação de tal legislação (ASP, 2010a, 2010, §17, (a)).

A segunda categoria de atividades possíveis é a de *assistência técnica e construção de capacidade* dos sistemas judiciários nacionais, que envolvem o treinamento da polícia, investigadores, procuradores, juízes e diversos outros profissionais envolvidos no sistema judiciário. Tal assistência pode se dar também por meio da disponibilização de juízes e procuradores para auxiliar na operação de cortes nacionais. Uma outra forma é no sentido do exercício de cooperação em procedimentos existentes (ASP, 2010a, §17, (b)).

A terceira forma de assistência identificada no relatório se dá na forma de construção de *estrutura física*, como por exemplo, penitenciárias e tribunais, garantindo a possibilidade de existência e sustentabilidade do próprio sistema judiciário (ASP, 2010a, §17, (c)).

---

<sup>57</sup> Tradução livre do original, em inglês, “legislative assistance”.

Destaca-se ainda que muitas vezes é preciso uma abordagem que preveja a assistência em diversos âmbitos, combinando atividades dispersas entre essas categorias para uma assistência mais eficaz e que produza resultados duradouros no Estado que a recebe (ASP, 2010a, §18).

Além das possibilidades de atividades identificadas pelo TPI, diversos autores apresentam outras perspectivas de atuação. Nesse sentido, Pisani (2012, p. 205) destaca a posição privilegiada do Gabinete do Procurador, uma vez que está em contato direto com Estados, para identificar necessidades e dificuldades e atuar como um intermediário entre o Estado afetado e outros atores que possam desenvolver atividades específicas para as questões nacionais. Burke-White (2008b, p. 95-96) indica que a criação de uma rede de atores que poderiam atuar na construção de capacidade judiciária nacional é uma tarefa a ser realizada por todos os órgãos do TPI, não apenas o Gabinete do Procurador.

Outra possibilidade de atuação do Gabinete do Procurador é com base nas previsões de cooperação descritas no Capítulo IX do Estatuto de Roma, em especial no artigo 93, §10. Nesse sentido, o Procurador poderia identificar situações em que fosse possível e interessante cooperar com o Estado, fornecendo informações que permitissem a realização de procedimentos nacionais <sup>58</sup> (STAHN, 2008, p. 107).

Burke-White (2008a), ao analisar a complementaridade positiva da perspectiva da atuação do Gabinete do Procurador, conclui que para que a atuação obtenha resultados concretos e duradouros, não é possível a criação de um modelo único, aplicável a todos os casos. É preciso que as dificuldades e barreiras inerentes a cada situação sejam identificadas e avaliadas, propondo, portanto, estratégias coerentes caso a caso. Sendo assim, identificam-se três situações nas quais o Procurador poderia atuar com base na complementaridade positiva, quando o Estado não tem vontade de agir, quando o Estado é incapaz de agir e quando o Estado é capaz e tem vontade de agir na maior parte dos casos, mas se demonstra incapaz ou sem vontade de atuar em relação a um caso ou a um suspeito específico, deixando-o a cargo do TPI (BURKE-WHITE, 2008a, p. 62). Em linhas gerais, propõe-se que, em resposta a falta de vontade o Procurador busque o diálogo e a ameaça de intervenção internacional

---

<sup>58</sup> Caracterizando o que se denominou anteriormente como *cooperação reversa*, segundo a qual é a instituição internacional que coopera com o Estado em suas atividades.

como estratégias de superar as dificuldades nacionais (BURKE-WHITE, 2008a, p. 70-74, BURKE-WHITE, 2008b, p. 87-91). Quando for percebido que o Estado não tem capacidade para atuar, que se adote formas mais efetivas de fortalecimento do sistema judiciário nacional, como a realização de treinamento e capacitação de pessoal, acesso à informação, desde assistência a investigações até a disseminação dos padrões internacionais de justiça (BURKE-WHITE, 2008a, p. 74-81, BURKE-WHITE, 2008b, p. 92-101). Quanto à possibilidade de divisão de tarefas quando há incapacidade ou falta de vontade para atuar em relação a um caso específico <sup>59</sup>, é preciso avaliar os riscos para o TPI e estabelecer limites claros, evitando a criação de lacunas de jurisdição que possibilitem a impunidade (BURKE-WHITE, 2008a, p. 81-84, BURKE-WHITE, 2008b, p. 101-105).

Observa-se que todas as atividades propostas encontram fundamento jurídico nas bases legais identificadas anteriormente e que são pensadas dentro do escopo de atuação previsto na definição conceitual. Cabe lembrar a ressalva do próprio TPI que sua natureza não é a de uma agência de desenvolvimento e que, portanto, seu envolvimento em qualquer destas atividades não deve gerar ônus para o Tribunal, devendo ser realizadas pelos Estados e por outros atores (ASP, 2010a, §4).

A complementaridade positiva foi se desenvolvendo ao lado da teoria da responsabilidade de proteger e da necessidade de criação de tribunais mistos, respondendo a novas necessidades que surgiram no cenário internacional. Esse contexto, somado aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, inaugura uma fase reformista das Nações Unidas, ao tempo em que demonstra as fragilidades e limitações do sistema onusiano.

No próximo capítulo tratar-se-á dos tribunais mistos existentes, apresentando o contexto histórico da situação que levou a sua criação, suas principais características e a discussão da existência ou não de um modelo de tribunal misto.

---

<sup>59</sup> Analisando as definições trazidas pelo texto do Estatuto de Roma sobre a definição de falta de vontade e incapacidade, a situação na qual o Estado demonstra incapacidade em relação a um caso específico pode ser incluída no conceito de indisponibilidade da administração da justiça.

### 3 TRIBUNAIS MISTOS

Após a criação dos tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para Ruanda, na década de 1990, e do Tribunal Penal Internacional, cuja atuação se inicia em 2002, surge um terceiro tipo de tribunal penal no cenário internacional: os tribunais mistos. Caracterizados pela mistura de elementos nacionais e internacionais, essas jurisdições foram criadas no sentido de aproveitar o melhor oferecido pelas jurisdições puramente internacionais<sup>60</sup>, em especial as garantias de respeito ao devido processo legal e a adoção de padrões internacionais de justiça, e pelas jurisdições nacionais<sup>61</sup>, com destaque para a proximidade da comunidade afetada, facilitando o acesso à vítimas, evidência e aos próprios acusados. Nesse sentido, as jurisdições penais mistas podem ser pensadas como uma combinação do melhor de cada modelo.

As diversas análises sobre esse novo modelo de tribunal penal no cenário internacional indicam que há uma multiplicidade de possibilidades terminológicas para referir-se a ele. Nesse sentido, observou-se que diversos autores empregam termos distintos, entre eles, “cortes/tribunais híbridos”, “cortes/tribunais mistos”, “cortes/tribunais internacionalizados”, “cortes/tribunais semi-internacionalizados”, “cortes/tribunais domésticos internacionalizados”, entre outros

---

<sup>60</sup> Segundo Lima (2012, p. 19), os tribunais puramente internacionais são “denominados ‘puros’ na medida em que revelam um processo de construção internacional[...] uma composição exclusiva de juízes internacionais, aplicação de regras procedimentais e substanciais de Direito Internacional Penal, e possuir sua sede em um território diverso do Estado no qual se cometeram os crimes. Parte-se, portanto, de elementos essenciais capazes de harmonizá-los em um modelo comum. No processo de construção e mesmo nas atividades desenvolvidas por esses Tribunais, inexistente a composição de elementos nacionais, daí denominá-los puramente internacionais.”. No âmbito do presente trabalho, consideram-se tribunais penais puramente internacionais os tribunais militares do pós-Segunda Guerra Mundial, os tribunais *ad hoc* e o Tribunal Penal Internacional. Adota-se essa definição para diferenciá-los dos tribunais mistos, em cuja composição existem, além dos elementos internacionais, elementos nacionais.

<sup>61</sup> Por jurisdições puramente nacionais, entende-se as cortes que compõe o sistema judiciário nacional de cada Estado. Adota-se essa definição para diferenciá-los dos tribunais mistos, em cuja composição existem, além dos elementos nacionais, elementos internacionais.



(NOUWEN, 2006, p. 192) <sup>62</sup>. Assim sendo, é preciso optar por alguma das diversas terminologias possíveis.

A partir da análise das instituições existentes, pode-se observar que, em todos os casos apresentados, ocorre uma mistura entre componentes nacionais e internacionais, em especial no que diz respeito à participação tanto de pessoal nacional quanto internacional. Nesse sentido, o termo *misto*, utilizado para indicar a coexistência de elementos de naturezas distintas <sup>63</sup>, ou seja, a presença de elementos de origem interna e internacional na constituição dos tribunais em questão, parece ser o mais adequado.

Em paralelo, pode-se esboçar uma segunda abordagem terminológica para esta questão. Partindo da forma de criação dos tribunais, de sua natureza e de sua relação com as jurisdições nacionais, Williams propõe que os tribunais mistos sejam separados em duas categorias distintas, os tribunais internacionalizados e os tribunais híbridos.

Os tribunais criados por meio de legislação nacional e que são parte do judiciário nacional são os *tribunais internacionalizados* <sup>64</sup>. Os tribunais criados no Timor Leste, Kosovo, Bósnia e Camboja podem ser enquadrados neste conceito, uma vez que a participação internacional foi inserida no sistema judiciário já existente, mesmo que em uma câmara isolada, como nos casos do Camboja e da Bósnia (WILLIAMS, 2012, p. 250).

Já os *tribunais híbridos* <sup>65</sup> são aqueles que se aproximam mais do modelo de tribunal puramente internacional. Estes tribunais, como o para Serra Leoa e o para o Líbano, atuam de forma independente do Estado afetado e do órgão internacional que os criou. Sua criação se dá

---

<sup>62</sup> Os termos, em inglês, são “hybrid courts/tribunals”, “mixed courts/tribunals”, “internationalized courts/tribunals”, “semi-internationalized courts/tribunals”, “internationalized domestic courts/ internationalized domestic tribunals”.

<sup>63</sup> Conforme o Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa, *misto* é o “que resulta da mistura de dois ou mais elementos diversos” (p. 932).

<sup>64</sup> *Internacionalização* adotada não no sentido estrito de “tornar internacional” (AULETE, 2011, p. 807), ou seja, não no sentido de tornar a corte doméstica uma corte puramente internacional, mas de inserção de um elemento internacional em uma instituição até então puramente nacional.

<sup>65</sup> Conforme o Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa, *híbrido* é a “mistura de elementos ou espécies diferentes” (p. 742). Assim sendo, um tribunal híbrido é a instituição que resulta da mistura de elementos de natureza nacional e internacional.

por acordo internacional ou por resolução do Conselho de Segurança e é o fato de serem constituídos também por elementos de origem nacional, seja pessoal seja da norma aplicável, que os distingue de jurisdições puramente internacionais (WILLIAMS, 2012, p. 250).

Avalia-se que a opção pela internacionalização do sistema judiciário doméstico, ou seja, a criação de tribunais internacionalizados, seja mais frequente pois permite um respeito mais amplo à soberania nacional. A criação de um tribunal híbrido representa, de certa forma, que em determinada situação havia necessidade de intervenção internacional mais incisiva.

Considera-se, portanto que todas as instituições supracitadas são tribunais *mistos*, uma vez que apresentam uma combinação de elementos nacionais e internacionais. Destas, a Corte Especial para Serra Leoa e o Tribunal Especial para o Líbano são *tribunais híbridos*, já que não se vinculam a nenhum órgão nacional ou internacional e se aproximam mais do modelo internacional. As demais, ou seja, os Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste, o Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo, a Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia-Herzegovina e as Câmaras Extraordinárias do Camboja nas Cortes do Camboja, são *tribunais internacionalizados*, vinculados ao sistema judiciário doméstico, porém que apresentam elementos internacionais em sua constituição e funcionamento.

A criação dos tribunais mistos é uma resposta diferente às graves violações internacionais que tem como objetivo não apenas a punição dos responsáveis por crimes internacionais, mas também a inserção do sistema judiciário nacional no processo de julgamento. Nesse sentido, podem ser destacadas duas possíveis vantagens na sua atuação. Em primeiro lugar, essa alternativa às cortes puramente internacionais poderia promover o fortalecimento das estruturas judiciárias nacionais com a adoção dos parâmetros internacionais nos julgamentos (LIMA, 2012, p. 19), e a capacitação do pessoal nacional por meio da experiência fornecida pelo trabalho lado a lado com pessoal internacional (CASSESE, 2003, p. 237). Em segundo lugar, a inserção do judiciário nacional nos julgamentos de perpetradores de graves crimes, junto a participação internacional, pode fortalecer o sentido de legitimidade aos julgamentos, além de permitir uma maior proximidade da população com o processo, o que pode auxiliar na reconstrução nacional (MÉGRET, 2005; NOUWEN, 2006, p. 198). A grande desvantagem, percebida por Pocar (2004, p. 307) e discutida por Higonnet (2006) é a possibilidade de que esses tribunais, sendo instituições distintas e independentes, entre si e de outras jurisdições

nacionais ou internacionais, produzam jurisprudência não-uniforme, levando à fragmentação do direito penal internacional e à descaracterização dos crimes internacionais, que poderiam ser interpretados de forma distinta por cada jurisdição.

Os casos mais comumente citados são: Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste, o Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo, a Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia-Herzegovina, a Corte Especial para Serra Leoa, as Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja e o Tribunal Especial para o Líbano.

Cada caso apresenta diversas especificidades, desde sua forma de criação, composição, norma aplicável e vinculação com o sistema judiciário nacional. Essa característica é decorrente do que se entende como a própria natureza desses tribunais: sua criação é em função das necessidades específicas de cada caso e, assim sendo, são estruturados para respondê-las.

Diversos autores debatem a questão da definição do conceito de tribunal misto. Nesse âmbito de discussão, alguns elementos característicos recebem grande destaque, entre eles, a participação de pessoal nacional e internacional e a aplicação de normas de origem mista, ou seja, tanto nacional quanto internacional. Além desses, outros elementos são também citados, tais quais a base jurídica dos tribunais, a localização do tribunal, o exercício de função judicial penal, seu caráter temporário ou *ad hoc*, a participação da comunidade internacional, em especial na figura das Nações Unidas, e a forma de financiamento.

Inicialmente o enfoque de análise será sobre o contexto de criação dos tribunais, visando compreender as situações que deram origem às violações em questão, bem como a forma pela qual se consolidou a assistência internacional em cada caso. Tendo delineado alguns elementos centrais de cada tribunal segue-se uma discussão terminológica envolvendo os termos *misto*, *híbrido* e *internacionalizado*, visando esclarecer a qual tipo de mecanismo se faz referência quando do uso destes termos. Por fim, tendo delimitado o contexto e a terminologia empregada, apresenta-se uma discussão a respeito da existência ou não de uma definição única para as intuições em questão, analisando os elementos indicados como característicos destes tribunais.

### 3.1 TRIBUNAIS MISTOS EXISTENTES

Em um primeiro momento será apresentada a contextualização da criação dos tribunais existentes, indicando tanto a situação nacional, de conflito armado e/ou de graves violações de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, quanto a forma de inserção do auxílio internacional. De forma geral, a existência de tribunais híbridos e internacionalizados é identificada nos casos do Timor Leste, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Serra Leoa, Camboja e Líbano. Há outras situações que alguns autores consideram que se inserem no modelo de tribunal misto, como por exemplo o caso do Iraque, que, devido à mudanças em seu Estatuto dificilmente pode ser inserido nesse modelo.

#### 3.1.1 Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste

Ex-colônia portuguesa no sudeste asiático, o Timor Leste <sup>66</sup> tem sua única fronteira terrestre com a Indonésia. Após sua independência como colônia portuguesa em 1974, o território, que ocupa a porção oriental da ilha de Timor, foi invadido pela Indonésia. Essa invasão provocou um grande número de mortes e atos de violência. Tendo sido anexado como uma província indonésia, o Timor Leste passa por um plebiscito em 1999 e, visando acompanhar esse processo e garantir sua conformidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (United Nations Mission on East Timor, UNAMET) por meio da Resolução 1246, de 11 de junho de 1999 <sup>67</sup>. Expressiva maioria dos leste-timorenses votaram pela independência em relação à Indonésia, porém, em resposta a vontade popular, milícias indonésias promoveram diversos atos de violência, inclusive contra o pessoal das Nações Unidas que supervisionava o plebiscito.

---

<sup>66</sup> Ver Anexo A – Mapa do Timor Leste (Regiões).

<sup>67</sup> “1. Decides to establish until 31 August 1999 the United Nations Mission in East Timor (UNAMET) to organize and conduct a popular consultation, scheduled for 8 August 1999, on the basis of a direct, secret and universal ballot, in order to ascertain whether the East Timorese people accept the proposed constitutional framework providing for a special autonomy for East Timor within the unitary Republic of Indonesia or reject the proposed special autonomy for East Timor, leading to East Timor’s separation from Indonesia, in accordance with the General Agreement and to enable the Secretary-General to discharge his responsibility under paragraph 3 of the Security Agreement;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1246 - Adopted by the Security Council at its 4013th meeting, on 11 June 1999.*

Diante desse panorama, o Conselho de Segurança, com a autorização da Indonésia, cria, por meio da Resolução 1264 de 15 de setembro de 1999, a Força Internacional no Timor Leste (International Force for East Timor, INTERFET) <sup>68</sup> para garantir a segurança da UNAMET. Em outubro do mesmo ano, o Conselho de Segurança estabelece a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste (United Nations Transitional Administration in East Timor, UNTAET), por meio da Resolução 1272, de 25 de outubro <sup>69</sup>. Essa administração transitória da ONU deveria administrar o país até a

---

<sup>68</sup> “1. Condemns all acts of violence in East Timor, calls for their immediate end and demands that those responsible for such acts be brought to justice;

2. Emphasizes the urgent need for coordinated humanitarian assistance and the importance of allowing full, safe and unimpeded access by humanitarian organizations and calls upon all parties to cooperate with such organizations so as to ensure the protection of civilians at risk, the safe return of refugees and displaced persons and the effective delivery of humanitarian aid;

3. Authorizes the establishment of a multinational force under a unified command structure, pursuant to the request of the Government of Indonesia conveyed to the Secretary-General on 12 September 1999, with the following tasks: to restore peace and security in East Timor, to protect and support UNAMET in carrying out its tasks and, within force capabilities, to facilitate humanitarian assistance operations, and authorizes the States participating in the multinational force to take all necessary measures to fulfil this mandate;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1264 - Adopted by the Security Council at its 4045<sup>th</sup> meeting, on 15 September 1999.*

<sup>69</sup> “1. Decides to establish, in accordance with the report of the Secretary-General, a United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), which will be endowed with overall responsibility for the administration of East Timor and will be empowered to exercise all legislative and executive authority, including the administration of justice;

2. Decides also that the mandate of UNTAET shall consist of the following elements:

(a) To provide security and maintain law and order throughout the territory of East Timor;

(b) To establish an effective administration;

(c) To assist in the development of civil and social services;

(d) To ensure the coordination and delivery of humanitarian assistance, rehabilitation and development assistance;

(e) To support capacity-building for self-government;

(f) To assist in the establishment of conditions for sustainable development;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1272 - Adopted by the Security Council at its 4057<sup>th</sup> meeting, on 25 October 1999.*

efetivação da independência prevista pelo plebiscito e a formação de um governo nacional<sup>70</sup>.

Dentre outras ações, a UNTAET deveria auxiliar na reconstrução da estrutura judiciária leste-timorense. Nessa perspectiva, por meio do Regulamento 2000/15, a UNTAET criou os Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste<sup>71</sup>, inseridos dentro da estrutura judiciária estatal. Os Painéis devem ser compostos de três juízes, dois internacionais e um nacional, podendo ser cinco juízes, três internacionais e dois nacionais, dependendo da importância ou gravidade do caso (UNITED NATIONS TRANSITIONAL ADMINISTRATION IN EAST TIMOR, 2000, section 22).

Os Painéis tem jurisdição exclusiva para lidar com crimes graves previstos no Regulamento 2000/15, quais sejam, os crimes de assassinato e ofensas sexuais conforme o Código Penal do Timor Leste, e os crimes internacionais de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, crimes de tortura (UNTAET, 2000, section 2).

Em maio de 2002, encerrou-se o mandato da UNTAET e a responsabilidade pelas atividades dos Painéis Especiais foi transferida para o Departamento de Justiça timorense. No entanto, a Missão das Nações Unidas de Apoio ao Timor Leste (United Nations Mission of Support in East Timor, UNMISSET), sucessora da UNTAET, assumiu a responsabilidade pelo financiamento e supervisão das atividades dos Painéis Especiais (WILLIAMS, 2012, p. 97). Em 2005 o Conselho de Segurança encerra as atividades de assistência internacional no Timor Leste, gerando uma série de dificuldades. Sem a participação de pessoal internacional, era necessário que se fizesse uma adequação na legislação, tornando possível que casos, até então sob a jurisdição exclusiva dos painéis mistos, pudessem ser julgados por painéis exclusivamente nacionais. Percebeu-se também a incapacidade do judiciário timorense para dar continuidade aos processos sem auxílio internacional (WILLIAMS, 2012, p. 98).

Frente a esse panorama, o Secretário Geral das Nações Unidas inicia um diálogo com o Conselho de Segurança, buscando alternativas para que o processo de responsabilização iniciado no Timor Leste pudesse ser continuado. Em 2006, por meio da Resolução 1704 de 25 de

---

<sup>70</sup> Destaca-se que o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, que atuou como o administrador de transição do Timor Leste foi o brasileiro Sérgio Viera de Mello.

<sup>71</sup> No original, em inglês, “Special Panels for Serious Crimes in East Timor”.

agosto <sup>72</sup>, o Conselho de Segurança autorizou a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (United Nations Mission in Timor Leste, UNMIT), sendo um de seus componentes a Equipe de Investigação de Crimes Graves (Serious Crimes Investigation Team, STIC). Diferente de sua antecessora, o papel da UNMIT é no sentido de auxiliar o Procurador Geral do Timor Leste a concluir os casos mais relevantes de violações de direitos humanos (WILLIAMS, 2012, p. 99) <sup>73</sup>.

Em paralelo, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e alguns Estados desenvolveram um projeto para fortalecer o sistema judiciário timorense <sup>74</sup>. De forma semelhante aos painéis mistos criados pela UNTAET, com auxílio internacional, em

---

<sup>72</sup> “1. *Decides* to establish a follow-on mission in Timor-Leste, the United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT), for an initial period of six months, with the intention to renew for further periods, and *further decides* that UNMIT will consist of an appropriate civilian component, including up to 1,608 police personnel, and an initial component of up to 34 military liaison and staff officers;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1704 - Adopted by the Security Council at its 5516<sup>th</sup> meeting, on 25 August 2006*. Grifos no original.

<sup>73</sup> O mandato da UNMIT encerrou-se em dezembro de 2012.

<sup>74</sup> Em 2005 uma equipe de quatro brasileiros foi enviada para o Timor Leste. Antônio Carlos Osório Nunes, promotor público de Taubaté, no interior de São Paulo, Dora Aparecida Martins de Moraes, juíza de São Paulo, Orlando Vianna Jr., defensor público do Rio de Janeiro, e Vânia Renault Bechara Gomes, também defensora pública do Rio de Janeiro foram enviados por meio de acordo entre a Agência Brasileira de Cooperação e o PNUD do Timor Leste. No período de um ano em que ficam no Timor Leste, a equipe deveria, além de trabalhar lado a lado com os colegas timorenses, dar aulas para juízes, promotores e defensores no Centro de Formação Jurídica do país, bem como debater questões como a importância do Sistema Judiciário com os profissionais locais. Informação disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=419>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

Em 2013, líderes de instituições judiciárias do Timor Leste e representantes do Programa de Justiça do PNUD (UNDP's Justice System Programme) se reuniram para elaborar o plano de ação, a ser implantado entre 2013 e 2018, da assistência do PNUD no desenvolvimento do sistema judiciário nacional. Informação disponível em: <[http://www.tl.undp.org/content/timor\\_leste/en/home/presscenter/articles/2013/10/01/government-leaders-and-undp-discuss-new-programme-to-strengthen-justice-system/](http://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home/presscenter/articles/2013/10/01/government-leaders-and-undp-discuss-new-programme-to-strengthen-justice-system/)>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

especial de Portugal e do Brasil <sup>75</sup>, foram estabelecidos em 2010 e 2011 novos painéis mistos para o julgamento de crimes graves.

### 3.1.2 Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo

Província autônoma da Sérvia, o Kosovo <sup>76</sup> teve sua autonomia até 1990, quando esta foi revogada pelo governo central sérvio. Semelhante ao caso do Timor Leste em relação a Indonésia, o Kosovo encontrava-se em uma situação de conflito contra a dominação da Sérvia. Frente à tomada de grandes proporções do conflito, ocorreu uma intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), após a qual se estabeleceu um plano de paz. Criou-se, então, a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo, UNMIK), por meio da Resolução 1244, de 10 de junho de 1999 <sup>77</sup>, do Conselho de Segurança.

---

<sup>75</sup> Em 2001, o juiz brasileiro Marcelo Dolzany da Costa, da Justiça Federal em Minas Gerais, foi enviado para o Timor Leste, atuando como presidente do Painel Especial para Crimes Graves. Informação disponível em: <[http://www.ajufe.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=608:noticias\\_antigas\\_543&catid=40:noticias](http://www.ajufe.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=608:noticias_antigas_543&catid=40:noticias)>. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

Em 2008 o juiz brasileiro José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, foi enviado para atuar no Timor Leste. Informação disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-02-13/brasileiro-e-indicado-pela-onu-para-atuar-como-juiz-internacional-no-timor-leste>>. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

Em 2012 o juiz Joemilson Donizetti Lopes, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, foi selecionado para integrar um projeto das Nações Unidas com o objetivo de fortalecimento da Justiça no Timor Leste, atuando como assessor jurídico das país autoridade leste timorenses. Informação disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/juiz-de-uberlandia-viaja-para-integrar-comissao-brasileira-em-projeto-da-onu/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

<sup>76</sup> Ver Anexo B – Mapa da região do Kosovo.

<sup>77</sup> “10. Authorizes the Secretary-General, with the assistance of relevant international organizations, to establish an international civil presence in Kosovo in order to provide an interim administration for Kosovo under which the people of Kosovo can enjoy substantial autonomy within the Federal Republic of Yugoslavia, and which will provide transitional administration while establishing and overseeing the development of provisional democratic selfgoverning institutions to ensure conditions for a peaceful and normal life for all inhabitants of Kosovo;



Contudo, diferentemente do Timor Leste, o Kosovo não havia conseguido a independência total da Sérvia, apenas uma ampla autonomia e, de forma similar ao Timor, coube à missão da ONU administrar o território até a constituição de um governo local (LIMA, 2012, p. 186-192).

Uma das ações da administração da ONU foi reconstrução do sistema judiciário kosovar <sup>78</sup>, visando o bom funcionamento e em

---

11. Decides that the main responsibilities of the international civil presence will include:

- (a) Promoting the establishment, pending a final settlement, of substantial autonomy and self-government in Kosovo, taking full account of annex 2 and of the Rambouillet accords (S/1999/648);
- (b) Performing basic civilian administrative functions where and as long as required;
- (c) Organizing and overseeing the development of provisional institutions for democratic and autonomous self-government pending a political settlement, including the holding of elections;
- (d) Transferring, as these institutions are established, its administrative responsibilities while overseeing and supporting the consolidation of Kosovo's local provisional institutions and other peacebuilding activities;
- (e) Facilitating a political process designed to determine Kosovo's future status, taking into account the Rambouillet accords (S/1999/648);
- (f) In a final stage, overseeing the transfer of authority from Kosovo's provisional institutions to institutions established under a political settlement;
- (g) Supporting the reconstruction of key infrastructure and other economic reconstruction;
- (h) Supporting, in coordination with international humanitarian organizations, humanitarian and disaster relief aid;
- (i) Maintaining civil law and order, including establishing local police forces and meanwhile through the deployment of international police personnel to serve in Kosovo;
- (j) Protecting and promoting human rights;
- (k) Assuring the safe and unimpeded return of all refugees and displaced persons to their homes in Kosovo;". *Resolution 1244- Adopted by the Security Council at its 4011th meeting, on 10 June 1999.*

<sup>78</sup> No Regulamento 1999/1, que define a autoridade da administração interina no Kosovo, indicou-se que a legislação aplicável no Kosovo continuaria sendo a legislação iugoslava, vigente antes de 24 de março de 1999, desde que não conflitantes com padrões de direito humanos internacionalmente reconhecidos e com os regulamentos da UNMIK. Os juízes kosovares se recusaram a aplicar tal legislação, pois a consideravam um instrumento da dominação sérvia sobre o Kosovo. Sendo assim, a UNMIK emitiu o Regulamento 2000/24, que altera a legislação aplicável para aquela vigente no Kosovo em 22 de março de 1989,

decorrência da pouca experiência do pessoal local, a administração da ONU inseriu, por meio do Regulamento 2000/6 a participação de juízes e promotores internacionais na corte do distrito de Mitrovica. Por meio do Regulamento 2000/34, amplia-se a participação de juízes e promotores internacionais em todas as cortes do território do Kosovo, criando o chamado Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo<sup>79</sup>. O Regulamento 2000/64 amplia a possibilidade de inserção do pessoal internacional para qualquer instância da estrutura judicial, permitindo que qualquer uma delas receba pessoal internacional, tanto juízes quanto promotores (LIMA, 2012, p. 192-196)<sup>80</sup>.

Ao final da administração da ONU, não havia definição se o Kosovo continuaria a fazer parte da Sérvia ou se tornaria independente. Em 2007, um enviado da ONU elaborou um relatório sobre a situação, concluindo que a Sérvia e o Kosovo não conseguiriam chegar a um acordo e sugerindo que a independência kosovar, supervisionada pela comunidade internacional, seria a única opção viável (WILLIAMS, 2012, p. 88). Em fevereiro de 2008 o Kosovo declara, unilateralmente, sua independência, ação reconhecida em 2010 pela Corte Internacional de Justiça, em um parecer consultivo, como de acordo com o direito internacional<sup>81</sup> (WILLIAMS, 2012, p. 88-89).

Após a independência kosovar, a responsabilidade pela administração do Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo foi transferida para a Missão da União Europeia para Promover o Estado de Direito no Kosovo (European Union Rule of Law Mission, EULEX). Diferente da UNMIK, a EULEX não tem como objetivo a administração do território, mas o fornecimento de assistência técnica e aconselhamento para as autoridades no Kosovo (WILLIAMS, 2012, p. 89).

---

anteriormente a invasão sérvia, desde que não conflite com os regulamentos da UNMIK e com padrões de direito humanos internacionalmente reconhecidos.

<sup>79</sup> No original, em inglês, “International Judges and Prosecutors Programme in Kosovo”.

<sup>80</sup> Havia uma proposta da UNMIK para que se criasse uma Câmara especial para crimes de guerra e crimes étnicos no Kosovo (Kosovo War and Ethnic Crimes Court – KWECC), porém devido a previsões do alto custo para estabelecer e manter tal câmara o projeto não foi consolidado.

<sup>81</sup> A Corte Internacional de Justiça exerce duas funções, a contenciosa e a consultiva. Destaca-se que um parecer consultivo, emitido com base na função consultiva, não é um ato jurisdicional, ou seja, não é obrigatório uma vez que não é uma decisão, mas sim uma opinião da Corte (DINH; DAILLIER; PELLET, 2003, p. 926-929).

### 3.1.3 Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia-Herzegovina

A Bósnia-Herzegovina surge no cenário internacional como Estado independente no início da década de 1990, após sua independência da Iugoslávia, cujo governo central era dominado pela Sérvia. Seguindo a independência da Eslovênia, Croácia e Macedônia, em relação à Iugoslávia, em 1991, a declaração de independência da Bósnia não foi bem aceita pelas autoridades centrais iugoslavas. Iniciou-se então um violento conflito entre bósnios, sérvios e croatas no território da Bósnia. Os croatas tentavam ampliar seu domínio sobre territórios próximos à fronteira, visando a expansão da Croácia. Os sérvios, seja aqueles que residiam no território da Bósnia, quanto os ligados ao governo central iugoslavo, buscavam manter o controle sobre o território. Os bósnios buscavam manter o controle do território e defender-se tanto de croatas quanto de sérvios. Nesse conflito praticou-se a chamada *limpeza étnica*, ou seja, ações destinadas contra a população civil bósnia que visava o extermínio dessa etnia. Ações como o estupro em massa das mulheres bósnias e o extermínio da população masculina marcaram esse conflito. Destaca-se o episódio de Srebrenica em 1995, onde mais de 8.000 meninos e homens bósnios foram assassinados pelos sérvios.

Com a criação do Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia em 1994, enquanto o conflito na Bósnia ainda estava ocorrendo, a Bósnia passa a conviver com uma jurisdição internacional. Após a elaboração de uma estratégia de conclusão das atividades desse mecanismo judicial internacional, conforme as Resoluções 1503, de 28 de agosto de 2003, e 1966, de 22 de dezembro de 2010, sentiu-se a necessidade de fortalecer o sistema judiciário nacional dos Estados afetados, para que uma importante parte da estratégia de conclusão pudesse ser concretizada: a transferência de casos do TPII para as cortes domésticas (LIMA, 2012, p. 151).

Assim sendo, em 09 de março de 2005, a Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia-Herzegovina <sup>82</sup> foi instituída no Tribunal Estatal da Bósnia-Herzegovina, possibilitando a transferência de casos. Sua previsão inicial indicava a presença de pessoal internacional por um período de cinco anos. Em um primeiro momento, haveria a maioria de juízes internacionais, proporção esta modificada em 2008, quando passou a existir maioria de pessoal nacional. Apesar da previsão para o

---

<sup>82</sup> No original, em inglês, “War Crimes Chamber for Bosnia and Herzegovina”.

encerramento da participação do pessoal internacional em 2009, optou-se pela extensão até o final de 2012 (WILLIAMS, 2012, p. 107). Mesmo após o final da participação do pessoal internacional, a Câmara de Crimes de Guerra continuará a existir, mantendo-se como parte integrante do sistema jurídico estatal (NOUWEN, 2006, p.198).

### 3.1.4 Corte Especial para Serra Leoa

Desde o início da década de 1990, com o processo de redemocratização, Serra Leoa <sup>83</sup> enfrenta uma grave crise interna, caracterizada por ações violentas e instabilidade governamental. Em 1998, o Conselho de Segurança da ONU estabelece a Resolução 1181 de 13 de julho, criando a Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (United Nations Observer Mission in Sierra Leone, UNOMSIL) <sup>84</sup>, a qual no ano seguinte viria a ser substituída pela Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (United Nations Mission in Sierra Leone, UNAMSIL), criada pela Resolução 1270 de 22 de outubro de 1999 <sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Ver Anexo D – Mapa de Serra Leoa.

<sup>84</sup> “6. Decides to establish UNOMSIL for an initial period of six months until 13 January 1999, and further decides that it shall include up to 70 military observers as well as a small medical unit, with the necessary equipment and civilian support staff, with the following mandate:

(a) To monitor the military and security situation in the country as a whole, as security conditions permit, and to provide the Special Representative of the Secretary-General with regular information thereon in particular with a view to determining when conditions are sufficiently secure to allow subsequent deployments of military observers beyond the first phase described in paragraph 7 below;

(b) To monitor the disarmament and demobilization of former combatants concentrated in secure areas of the country, including monitoring of the role of ECOMOG in the provision of security and in the collection and destruction of arms in those secure areas;

(c) To assist in monitoring respect for international humanitarian law, including at disarmament and demobilization sites, where security conditions permit;

(d) To monitor the voluntary disarmament and demobilization of members of the Civil Defence Forces (CDF), as security conditions permit;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1181- Adopted by the Security Council at its 3902nd meeting, on 13 July 1998.*

<sup>85</sup> “8. Decides to establish the United Nations Mission in Sierra Leone (UNAMSIL) with immediate effect for an initial period of six months and with the following mandate:

Em 2000, o presidente de Serra Leoa, Ahmad Kabbah, enviou um comunicado ao Secretário Geral da ONU, solicitando a implantação de um tribunal, nos moldes dos tribunais *ad hoc* da década de 1990, para julgar os crimes cometidos na guerra civil. A resposta internacional é diferente da esperada, sendo proposto não um tribunal puramente internacional, como os que haviam sido instalados para Ruanda e para a ex-Iugoslávia, mas uma instituição composta tanto por juízes internacionais quanto nacionais, com sede em Freetown, capital de Serra Leoa.

A Corte Especial para Serra Leoa <sup>86</sup> foi criada por meio de um acordo entre o Governo de Serra Leoa e a ONU, celebrado em 16 de janeiro de 2002, constituindo-se em um órgão que não integra o sistema judiciário nacional e que também não é um órgão subsidiário das Nações Unidas. Esta corte tem em sua composição maioria de pessoal internacional, sendo que suas câmaras de primeira instância são compostas por três juízes, um nacional e dois internacionais, e a câmara de apelação, por sua vez, conta com cinco juízes, dos quais dois nacionais e três internacionais (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, 2002, art. 12; LIMA, 2012, p. 147).

- 
- (a) To cooperate with the Government of Sierra Leone and the other parties to the Peace Agreement in the implementation of the Agreement;
  - (b) To assist the Government of Sierra Leone in the implementation of the disarmament, demobilization and reintegration plan;
  - (c) To that end, to establish a presence at key locations throughout the territory of Sierra Leone, including at disarmament/reception centres and demobilization centres;
  - (d) To ensure the security and freedom of movement of United Nations personnel;
  - (e) To monitor adherence to the ceasefire in accordance with the ceasefire agreement of 18 May 1999 (S/1999/585, annex) through the structures provided for therein;
  - (f) To encourage the parties to create confidence-building mechanisms and support their functioning;
  - (g) To facilitate the delivery of humanitarian assistance;
  - (h) To support the operations of United Nations civilian officials, including the Special Representative of the Secretary-General and his staff, human rights officers and civil affairs officers;
  - (i) To provide support, as requested, to the elections, which are to be held in accordance with the present constitution of Sierra Leone;". SECURITY COUNCIL. *Resolution 1270 - Adopted by the Security Council at its 4054<sup>th</sup> meeting. on 22 October 1999.*

<sup>86</sup> No original, em inglês, "Special Court for Sierra Leone".

O Estatuto também prevê os crimes que estão sob jurisdição da Corte Especial, dentre eles, crimes relativos ao abuso de meninas menores de idade e destruição injustificada de bens, previstos na legislação nacional de Serra Leoa, e crimes contra a humanidade e outras violações do direito internacional humanitário, conforme diversos instrumentos de direito internacional (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, 2002, arts. 2-5). Ressalta-se que, havendo concorrência de jurisdição com as cortes nacionais de Serra Leoa, a Corte Especial tem primazia <sup>87</sup>.

Todo o pessoal nacional e internacional sendo indicado ainda em 2002, a Corte Especial inicia seus trabalhos em 2003 e o primeiro julgamento foi iniciado em 2004. Foram indiciados treze acusados, dentre os quais, três falecidos, nove condenados e um foragido (WILLIAMS, 2012, p. 71-72). Dentre os indiciados por esse tribunal está o ex-presidente liberiano Charles Taylor, considerado culpado por crimes contra a humanidade e outras violações de direito internacional humanitário, condenado a 50 anos de prisão. Apesar da sede da Corte Especial ser em Serra Leoa, optou-se pela realização do julgamento de Taylor na Haia <sup>88</sup>, por questões de segurança (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 2006; WILLIAMS, 2012, p. 72).

Em 2008 surgiu a preocupação com o encerramento das atividades da Corte Especial para Serra Leoa. Após uma conferência, realizada em Freetown, um consultor elaborou o Relatório sobre as Funções Residuais e Opções de Instituições Residuais da Corte Especial para Serra Leoa <sup>89</sup>. Após um período de negociações, em agosto de 2010 a ONU e o governo de Serra Leoa assinaram um Acordo sobre o Estabelecimento de uma Corte Especial Residual para Serra Leoa <sup>90</sup>,

---

<sup>87</sup> Diferente dos tribunais *ad hoc*, que tem primazia sobre as cortes nacionais de todos os Estados Membros da ONU em decorrência da sua criação por meio de resoluções do Conselho de Segurança com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a primazia da Corte Especial para Serra Leoa se aplica somente em relação às cortes nacionais de Serra Leoa, não gerando, portanto, obrigações para cortes nacionais de terceiros Estados.

<sup>88</sup> A previsão inicial era que o julgamento de Charles Taylor ocorresse na sede do Tribunal Penal Internacional na Haia, porém optou-se, finalmente, pela realização do julgamento na sede do Tribunal Especial para o Líbano, também na Haia.

<sup>89</sup> Tradução livre do original, em inglês, “Report on Residual Functions and Residual Institution Options of the Special Court for Sierra Leone”.

<sup>90</sup> Tradução livre do original, em inglês, “Agreement on the Establishment of a Residual Special Court for Sierra Leone”.

ratificado pelo Parlamento nacional em dezembro de 2011 (DONLON, 2013, p. 861).

Esse mecanismo residual não existirá paralelamente à Corte Especial, passando a funcionar assim que as atividades da Corte forem encerradas (DONLON, 2013, p. 865). As atividades do mecanismo residual envolvem a manutenção de arquivos, supervisão da execução das sentenças, proteção à testemunhas, bem como a realização do julgamento de Johnny Paul Koroma, o único indiciado que permanece foragido, caso possível (DONLON, 2013, p. 862-863). Destaca-se que a Corte Especial para Serra Leoa é o primeiro dos tribunais híbridos e internacionalizados a completar suas atividades e realizar a transição para um mecanismo residual<sup>91</sup> (DONLON, 2013, p. 874).

### **3.1.5 Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja**

Após sua independência em 1953, quando deixou de ser um protetorado francês, o Camboja<sup>92</sup> tornou-se uma monarquia constitucional. Em 1975, o grupo comunista liderado por Pol Pot, denominado Khmer Vermelho assume o poder. Durante esse governo foram cometidos crimes contra a humanidade e genocídio, gerando aproximadamente 1,7 milhões de mortos. Em constante atrito com seu vizinho Vietnã, o governo do Khmer Vermelho também promoveu guerra de agressão contra ele, o que levou, em 1979, a invasão do Camboja pelo Vietnã, dando fim ao regime de Pol Pot. Em decorrência dessa invasão o Camboja é inserido no conflito entre as potências da Guerra Fria, prolongando seu conflito interno (LIMA, 2012, p. 161-163).

Em 1989 são iniciados esforços para o reestabelecimento da paz, que levam, em 1991, ao estabelecimento de um acordo de paz que levou à criação da Autoridade Transitória da Organização das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) por meio da Resolução 745 de 28 de

---

<sup>91</sup> Esse processo de transição é distinto daquele enfrentado pelo TPII e TPIR para o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais, criado por meio de resolução do Conselho de Segurança. Sendo a primeira experiência de transição de um tribunal híbrido para um mecanismo residual, os resultados desse processo devem ser avaliados, buscando identificar dificuldades e êxitos, auxiliando na elaboração de estratégia de conclusão das atividades de outros tribunais mistos.

<sup>92</sup> Ver Anexo E – Mapa do Camboja.

fevereiro de 1992 <sup>93</sup>. A UNTAC foi a primeira experiência da ONU na administração de um território independente e em 1993 promoveu eleições, por meio das quais o Camboja tornou-se uma monarquia parlamentarista (LIMA, 2012, p. 163-164).

Em 1997 o governo cambojano envia uma carta ao Secretário Geral da ONU solicitando auxílio internacional, na forma de um tribunal internacional, para julgar os grandes criminosos do governo do Khmer Vermelho, uma vez que o sistema judiciário nacional não apresentava as condições necessárias para tal. Essa possibilidade foi negociada e, após a prisão de Pol Pot, recebia apoio dos Estados Unidos. Porém, com a morte de Pol Pot em 1998 e devido ao fato de diversos antigos membros do Khmer Vermelho ocuparem cargos no novo governo, a criação de um tribunal internacional não foi levada adiante. Em 1999 o governo cambojano envia uma segunda carta ao Secretário Geral da ONU modificando sua solicitação de auxílio: agora a intenção era criar um tribunal nacional que contasse com apoio internacional. Um relatório elaborado para a ONU por um grupo de especialistas avaliou que a melhor opção para a situação do Camboja era a criação de um tribunal puramente internacional, em decorrência de preocupações com a independência e imparcialidade do sistema judiciário cambojano. Contudo, optou-se por seguir a solicitação do Camboja e após negociações a ONU e o governo nacional chegaram a um acordo. Em 2002, após a proclamação de uma lei nacional cambojana no ano anterior, a ONU retira seu apoio à proposta, “alegando que o modelo não garantia a independência, imparcialidade e objetividade dos julgamentos” (LIMA, 2012, p. 165), uma vez que a lei nacional divergia do acordo com a ONU. Novas negociações levaram a um novo acordo em julho de 2003, assinado entre o governo do Camboja e a ONU. Esse acordo, ratificado e promulgado pelo Camboja em 2004, entrou em vigor em 24 de abril de 2005, criando as Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja <sup>94</sup>, inseridas no sistema judiciário nacional.

As câmaras de julgamento de primeira instância são compostas de cinco juízes, sendo três nacionais e dois internacionais. A câmara da Corte Suprema, por sua vez, é composta por sete juízes, sendo quatro

---

<sup>93</sup> “2. *Decides that the United Nations Transitional Authority in Cambodia shall be established under its authority in accordance with the above-mentioned report for a period not to exceed eighteen months;*”. Grifo no original. SECURITY COUNCIL. *Resolution 745 - Adopted by the Security Council at its 3057th meeting, on 28 February 1992.*

<sup>94</sup> No original, em inglês, “Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia”.



nacionais e três internacionais (CAMBODIA, 2004, art. 9), caracterizando uma predominância de pessoal nacional. Contudo, visando a garantia da independência e imparcialidade das decisões da corte, criou-se uma regra de “super-maioria”<sup>95</sup>, ou seja, já que não havia maioria de pessoal internacional, segundo essa regra, é preciso que pelo menos um dos juízes internacionais seja favorável à decisão para que ela seja aprovada (CAMBODIA, 2004, Art. 14; NOUWEN, 2006, p. 204).

As Câmaras Extraordinárias tem competência para julgar os principais líderes da Kampuchea Democrática e os principais responsáveis por crimes previstos na legislação nacional, quais sejam, homicídio, tortura e perseguição religiosa (CAMBODIA, 2004, art. 3), e crimes internacionais, como o crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, graves violações às Convenções de Genebra de 1949, destruição de bens culturais e crimes contra pessoas internacionalmente protegidas (CAMBODIA, 2004, arts. 4-8).

### 3.1.6 Tribunal Especial para o Líbano

O Tribunal Especial para o Líbano<sup>96</sup>, muitas vezes referido como Tribunal do Hariri, foi criado em resposta a uma complexa situação enfrentada pelo Líbano<sup>97</sup>. Em 14 de fevereiro de 2005 um atentado terrorista matou, dentre outras pessoas, o então primeiro ministro libanês Rafiq Hariri. Em resposta a essa ação criminosa, a ONU, por meio da Resolução 1595, de 07 de abril do mesmo ano, cria a Comissão Internacional Independente de Investigação das Nações Unidas (United Nations International Independent Investigation Commission, UNIIIC)<sup>98</sup>.

No final de 2005, frente a um quadro de instabilidade interna, o governo libanês solicita ao Secretário Geral da ONU auxílio para julgar não somente os responsáveis pelo ataque contra Hariri, mas também os responsáveis por atentados terroristas cometidos desde outubro de 2004.

<sup>95</sup> Tradução livre do termo, em inglês, “super-majority”.

<sup>96</sup> No original, em inglês, “Special Tribunal for Lebanon”.

<sup>97</sup> Ver Anexo F – Mapa do Líbano.

<sup>98</sup> “1. *Decides*, consistent with the above-mentioned letter from the Chargé d’affaires a.i. of Lebanon, to establish an international independent investigation Commission (“the Commission”) based in Lebanon to assist the Lebanese authorities in their investigation of all aspects of this terrorist act, including to help identify its perpetrators, sponsors, organizers and accomplices;”. SECURITY COUNCIL. *Resolution 1595 - Adopted by the Security Council at its 5160th meeting, on 7 April 2005.*

Segue-se uma série de negociações que resultam em um acordo para a instalação de um tribunal. Porém, devido a questões políticas o Líbano não foi capaz de aprovar os mecanismos internos para a efetivação do acordo com a ONU <sup>99</sup>. O Conselho de Segurança, por meio da Resolução 1757 de 10 de junho de 2007, cria, então, o Tribunal Especial para o Líbano. É interessante ressaltar que, segundo Lima, esse tribunal “não se vincula ao sistema judiciário libanês, tampouco é considerado órgão subsidiário da Organização das Nações Unidas” (LIMA, 2012, p. 174).

A composição das câmaras do tribunal é mista: quando há três juízes, um é libanês e os outros dois internacionais, quando há cinco juízes, dois são nacionais e três internacionais (SECURITY COUNCIL, 2007, art. 8). A competência material do Tribunal Especial é limitada ao crime de terrorismo, conforme previsão na legislação libanesa (SECURITY COUNCIL, 2007, art. 2).

O Tribunal Especial iniciou suas atividades em 2009, após a transferência do material reunido pela Comissão de Investigação. Uma vez que se assume que o perpetrador do crime de terrorismo tenha sido morto na explosão, o foco das investigações fica sobre outros envolvidos que tenham ordenado ou planejado os ataques (WILLIAMS, 2012, p. 77).

### 3.2 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DOS TRIBUNAIS MISTOS EXISTENTES

Conforme indicado anteriormente, não há uma definição amplamente aceita para os conceitos de tribunal misto, híbrido ou internacionalizado. Diversos autores participam do debate acerca dessa definição, não atingindo, por enquanto, uma definição universal. Dentre as diversas análises que se debruçam sobre as jurisdições mistas, três claramente se preocupam com a tentativa de definição conceitual.

---

<sup>99</sup> Apesar de ter sido assinado pelo governo libanês, o acordo precisava da aprovação do Parlamento nacional para ser ratificado. O Parlamento, composto principalmente por opositores do governo não aprova o acordo, inviabilizando a criação do tribunal que seria estabelecido quando o acordo com a ONU entrasse em vigor.

Condorelli e Boutruche (2004, p. 428-429) identificam três elementos comuns dos tribunais mistos <sup>100</sup>, (1) o exercício de uma função judicial; (2) o fato de serem caracterizados por um elemento puramente internacional combinado com um elemento nacional; e (3) sua natureza *ad hoc*. Os autores indicam que estes são três elementos comuns entre os tribunais existentes, porém não sugerem diretamente que esses elementos sejam obrigatórios para que uma jurisdição seja considerada híbrida ou internacionalizada.

Nouwen (2006, p. 203-213) identifica dois elementos que seriam definidores dos tribunais mistos <sup>101</sup>, (1) a composição mista do pessoal; e (2) a composição mista da norma aplicável. Além desses dois elementos definidores, a autora destaca ainda a existência de outros elementos que caracterizam os tribunais mistos, sem, no entanto, serem obrigatórios. São eles, (1) localização do tribunal; (2) envolvimento da ONU; (3) natureza *ad hoc*; (4) inexistência de obrigação para a cooperação de terceiros Estados; e (5) forma de financiamento.

A terceira análise buscando a definição do conceito é a de Williams (2012, p. 201-253), a qual, de forma semelhante, identifica alguns elementos característicos e definidores dos tribunais híbridos e internacionalizados. Nesse sentido são considerados elementos comuns entre os tribunais existentes, (1) o exercício de função judicial penal; (2) sua natureza temporária ou transitória; (3) a previsão de assistência financeira internacional; e (4) o envolvimento da comunidade internacional, seja na figura das Nações Unidas ou de outros atores internacionais. Além dessas quatro características comuns, Williams indica que os tribunais mistos apresentam também dois elementos definidores, (1) a participação, ou pelo menos a possibilidade de participação, de juízes internacionais em conjunto com juízes nacionais; e (2) a combinação de elementos nacionais e internacionais na norma aplicável, mais especificamente no que diz respeito à jurisdição material do tribunal.

Com base nos elementos delineados como característicos dos tribunais mistos, passa-se a uma análise sobre cada um deles.

---

<sup>100</sup> Ressalte-se que os autores utilizam originalmente o termo “internacionalizado (internationalized)”, porém no mesmo sentido que aqui se utiliza o termo “misto”.

<sup>101</sup> Ressalte-se que a autora utiliza originalmente o termo “híbrido (hybrid)”, porém no mesmo sentido que aqui se utiliza o termo “misto”.

### 3.2.1 Exercício de Função Judicial Penal

Tanto Condorelli e Boutruche (2004, p. 428) quanto Williams (2012, p. 202) identificam o exercício de função judicial penal como um elemento caracterizador dos tribunais híbridos e internacionalizados.

Primeiramente, destaca-se que por exercer uma função judicial penal, os juízes atuantes são considerados juízes criminais e, portanto, “são juízes que, no contexto internacional, devem operar em conformidade com uma série de regras, princípios e padrões internacionais, os quais regulam a função judicial.” (CONDORELLI; BOUTRUCHE, 2004, p. 428) <sup>102</sup>.

Outra consequência dessa característica é a distinção entre os tribunais mistos e outros mecanismos criados e operados com participação internacional, mas que não exercem função judicial penal, por exemplo, comissões de verdade e reconciliação. Contudo, não distingue os tribunais mistos de jurisdições nacionais ou internacionais que também exercem essa função.

### 3.2.2 Caráter temporário ou *ad hoc*

Como indicado anteriormente, cada tribunal misto tem características próprias, já que foram criados em resposta a situações distintas. Nesse sentido, corrobora-se o entendimento de que a natureza desses tribunais é *ad hoc*, ou seja, que foram criados para situações específicas (NOUWEN, 2006, p. 211). Contudo a questão que parece ser divergente é a respeito da duração do tribunal. Por um lado, Condorelli e Boutruche acreditam que uma decorrência natural do fato de esses tribunais serem *ad hoc* é que, uma vez cumprido seu objetivo, desaparecerão (CONDORELLI; BOUTRUCHE, 2004, p. 429). Por outro lado, Nouwen e Williams acreditam que essa percepção é aplicável somente nos casos em que o tribunal tem um mandato específico, como nos casos de Serra Leoa, Líbano e Camboja. Em outros casos, porém, a jurisdição criada foi planejada para continuar em funcionamento sendo extinto apenas o componente internacional, como nos casos do Kosovo e Bósnia (NOUWEN, 2006, p. 211; WILLIAMS, 2012, p. 202-203).

---

<sup>102</sup> Tradução livre do original em inglês. “[...] they are judges who within the international context must operate in compliance with a series of international rules, principles, and Standards, which govern the judicial function”.

Ainda que seja uma característica comum a todos os tribunais híbridos e internacionalizados, permite distingui-los apenas de instituições permanentes, como o TPI e as cortes nacionais. Essa natureza *ad hoc* também pode ser identificada em outras jurisdições internacionais, como o TPII e TPIR (WILLIAMS, 2012, p. 203). Assim sendo, o caráter temporário ou de transição não é um elemento definidor dos tribunais mistos.

### 3.2.3 Participação Conjunta de Pessoal Nacional e Internacional

A análise da participação de pessoal internacional em conjunto com pessoal nacional em geral suscita duas questões, primeiramente, se é obrigatório que ocorra participação de pessoal nacional e internacional, e, em segundo lugar, se é preciso que haja predominância nacional ou internacional nos tribunais.

Todos os tribunais mistos preveem a participação de pessoal nacional e internacional na função de juízes e, em alguns casos, também para a promotoria e secretaria. A participação de pessoal internacional para o exercício de funções além da de juiz não é considerada como uma característica definidora de um tribunal misto, sendo percebido como uma base muito limitada para que se possa fazer tal caracterização (NOUWEN, 2006, p. 206; WILLIAMS, 2012, p. 206).

Em paralelo, a participação de juízes internacionais em conjunto com juízes nacionais é percebida como um elemento definidor de tribunais híbridos e internacionalizados. A presença de juízes nacionais distingue claramente os tribunais mistos dos tribunais *ad hoc* e do TPI, jurisdições penais puramente internacionais. E a presença de juízes internacionais os diferencia das cortes puramente nacionais. Essa combinação de pessoal nacional e internacional é, portanto, uma característica particular dos tribunais híbridos e internacionalizados. Existem autores que acreditam que basta a possibilidade de que essa combinação nacional/internacional ocorra para que determinado tribunal possa ser considerado como misto (WILLIAMS, 2012, p. 205). Porém, a perspectiva mais amplamente aceita é a de que os juízes nacionais e internacionais precisam, efetivamente, trabalhar lado a lado para caracterizar a existência de um tribunal híbrido ou internacionalizado (NOUWEN, 2006, p. 204-206; CONDORELLI; BOUTRUCHE, 2004, p. 429).

Tendo estabelecido que é preciso a participação de pessoal internacional, pelo menos de juízes internacionais em conjunto com

juízes nacionais, passa-se a segunda questão, qual seja, se há necessidade que um dos elementos seja majoritário.

Ao debater a questão da necessidade de existência de maioria de pessoal nacional ou internacional para a caracterização de um tribunal como misto, Nouwen (2006, p. 204-206) analisa o conjunto dos tribunais, levando em consideração suas especificidades, e identifica dois extremos, de um lado, os tribunais mais próximos do polo internacional, ou seja, os que tem maioria de juízes internacionais, e, do outro lado, os tribunais mais próximos do nacional, que tem maioria de juízes nacionais.

No polo mais internacional, identifica-se a Corte Especial para Serra Leoa, cujas câmaras de primeira instância são compostas por três juízes, um nacional e dois internacionais, e a câmara de apelação, por cinco juízes, dos quais dois nacionais e três internacionais (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, art. 12). Além disso, no que diz respeito ao restante do pessoal do tribunal, como a promotoria e a secretaria, há também a previsão que a maioria seja internacional (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, art. 15 e 16), ainda que esse fator não seja determinante na definição do tribunal como híbrido.

No polo mais nacional, coloca-se as Câmaras Extraordinárias do Camboja. As câmaras de julgamento em primeira instância são compostas de cinco juízes, sendo três nacionais e dois internacionais. A câmara da Corte Suprema, por sua vez, é composta por sete juízes, sendo quatro nacionais e três internacionais (CAMBODIA, 2004, art. 9). Foi criada uma regra de “super-maioria”<sup>103</sup>, segundo a qual é preciso que pelo menos um dos juízes internacionais vote a favor para que uma decisão seja aprovada (CAMBODIA, 2004, art. 14; NOUWEN, 2006, p. 204). Criou-se também a previsão de que haveria dois procuradores, um cambojano e um internacional, trabalhando lado a lado (CAMBODIA, 2004, art. 16). Apesar de tentativas para balancear os elementos nacionais e internacionais, respondendo às preocupações a respeito da independência e imparcialidade do sistema judiciário cambojano, ocorre ainda a existência de maioria de juízes nacionais.

No caso do Kosovo, como a participação de juízes e promotores internacionais se dá caso a caso, não existe previsão de que em determinada situação haja maioria de juízes nacionais ou internacionais, ambas sendo possíveis (NOUWEN, 2006, p. 205).

---

<sup>103</sup> Tradução livre do termo, em inglês, “super-majority”.

Nos casos do Timor Leste e da Bósnia, há a previsão de maioria de juízes internacionais. Destaca-se que no caso da Bósnia, desde sua criação, existe o planejamento para que a participação internacional fosse progressivamente reduzida. Assim, inicialmente o tribunal era composto por maioria internacional; em 2008, alterou-se para maioria nacional; e, finalmente, se tornaria exclusivamente nacional com a substituição de todo o pessoal internacional (WILLIAMS, 2012, p. 107).

Por fim, no Tribunal Especial para o Líbano, além de um juiz de instrução internacional, a câmara de primeira instância é composta por três juízes, sendo um nacional e dois internacionais, e a câmara de apelação, composta por cinco juízes, sendo dois nacionais e três internacionais (SECURITY COUNCIL, 2007, art. 8). Neste caso observa-se também a presença de maioria de juízes internacionais.

A partir dos casos existentes, pode-se perceber que não é necessário que haja nem maioria de juízes internacionais nem de juízes nacionais, sendo as duas situações possíveis. A proporção de cada elemento foi pensada caso a caso, refletindo, por um lado, as necessidades específicas da situação, e, por outro lado, o poder de barganha de cada uma das partes nos respectivos processos de negociação. Assim sendo, em casos nos quais o Estado dispunha de mais capacidade de negociação, buscou resguardar sua soberania estatal, mantendo a maioria de juízes nacionais, como no caso do Camboja. Por outro lado, em casos como Serra Leoa, o interesse internacional sobrepujou a soberania nacional, criando uma corte com a maioria do pessoal internacional.

### **3.2.4 Localização do tribunal**

Conforme observado anteriormente, com exceção do Tribunal Especial para o Líbano, cuja sede é na Haia, todos os tribunais mistos tem sua sede no Estado onde ocorram os crimes sob sua jurisdição. Esse não é, porém, um requisito obrigatório para que um tribunal seja caracterizado como misto. A prática dos próprios tribunais demonstra que questões ligadas à segurança podem justificar a alocação do tribunal em outro lugar. Nesse sentido, destaca-se a situação enfrentada pela Corte Especial para Serra Leoa, cuja sede é em Freetown, capital nacional de Serra Leoa, mas que, por questões de segurança, realizou o julgamento de Charles Taylor na Haia (NOUWEN, 2006, p. 209). Destaca-se também o estabelecimento do Tribunal Especial para o Líbano inteiramente na Haia, uma vez que a proximidade com a situação

oferecia riscos à segurança e ao desenvolvimento dos procedimentos (WILLIAMS, 2012, p. 206).

### **3.2.5 Envolvimento da Comunidade Internacional na criação e funcionamento do tribunal**

Conforme indicado anteriormente, a participação de juízes internacionais é um elemento necessário para que um tribunal seja caracterizado como híbrido ou internacionalizado. A questão sobre o envolvimento da comunidade internacional é justamente a identificação do ator internacional que participa no processo de criação, envia o pessoal internacional necessário e auxilia, direta ou indiretamente, no financiamento do tribunal misto. Em todos os tribunais mistos existentes ocorre envolvimento da ONU, no Timor Leste e Kosovo os tribunais internacionalizados foram criados pela administração da ONU, cujos poderes foram conferidos por meio de resoluções do Conselho de Segurança. O Tribunal Especial para o Líbano foi criado por meio de resolução do Conselho de Segurança após o acordo negociado entre o governo nacional e a ONU não ter sido aprovado internamente. A Corte Especial para Serra Leoa foi criada por meio de um acordo entre a ONU e o governo nacional. As Câmaras Extraordinárias do Camboja foram criadas por meio de lei nacional, baseada em um acordo do governo nacional com a ONU. Talvez o vínculo mais frágil seja da Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia, criada pelo governo nacional para poder receber casos do TPII, atividade que faz parte da estratégia de conclusão das atividades da jurisdição internacional, disposta em uma resolução do Conselho de Segurança.

Apesar desse quadro, ocorreu uma alteração na percepção a respeito da relevância do papel da ONU como parte internacional na criação e operação de um tribunal misto. Inicialmente argumentava-se que a participação onusiana era um elemento definidor de um tribunal misto, uma vez que os objetivos desse tribunal, o combate à impunidade e a reconstrução estatal, eram também objetivos da ONU (CONDORELLI; BOUTRUCHE, 2004, p. 429). Porém, análises mais recentes concluem que esses não são objetivos exclusivos da ONU e que podem ser visados também por outros atores. Nesse sentido, outras organizações internacionais e até mesmo grupos de Estados podem atuar como o elemento internacional na mistura nacional/internacional característica de um tribunal misto (NOUWEN, 2006, p. 211; WILLIAMS, 2012, p. 208).



A participação das Nações Unidas também não pode ser considerada como elemento definidor de tribunais mistos uma vez que esse critério não os distingue de outras instituições, com elementos internacionais, que recebem auxílio da ONU. Nesse sentido, destaca-se os tribunais *ad hoc*, órgãos subsidiários do Conselho de Segurança. Além disso, as Nações Unidas foram parte do processo de estabelecimento de diversos mecanismos extrajudiciais e fornece extensa assistência técnica e financeira à diversos Estados. Em nenhuma dessas situações considera-se que tenha sido criado um tribunal misto. Então, ainda que atualmente o envolvimento da ONU seja um elemento comum entre os tribunais existentes, por si só não cria um tribunal híbrido ou internacionalizado nem permite distingui-los de outros tipos de instituições.

Após essa modificação na percepção da participação onusiana, passou-se, então, ao entendimento de que é preciso que haja participação internacional, porém que tal participação não precisa se dar na figura das Nações Unidas, podendo, em situações futuras, ocorrer por meio da participação de um outro organismo internacional ou mesmo de um grupo de Estados (NOUWEN, 2006, p. 211; WILLIAMS, 2012, p. 249).

### **3.2.6 Formas de Financiamento**

O elemento comum entre os tribunais mistos no que diz respeito ao seu financiamento é que não existe qualquer obrigatoriedade para que Estados ou organizações internacionais colaborem diretamente para seu financiamento. Assim sendo, destaca-se que cada tribunal depende de um tipo diferente de financiamento para manter-se em funcionamento. Os tribunais internacionalizados no do Kosovo e Timor Leste, criados pela administração interina da ONU, eram parcialmente financiados pelo orçamento das respectivas administrações da ONU no território e parcialmente pelo orçamento nacional desses Estados. As Câmaras Extraordinárias do Camboja são financiadas em parte pelo governo nacional e em parte por doadores internacionais. A Corte Especial para Serra Leoa é financiada exclusivamente por contribuições internacionais voluntárias. A Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia e o Tribunal Especial para o Líbano também são financiadas em parte pelos respectivos Estados e em parte por contribuições internacionais (NOUWEN, 2006, p. 212; LIMA, 2012, p. 125-209).

Não há uniformidade entre os próprios tribunais mistos, com exceção de que em todos os casos há algum tipo de financiamento internacional. Porém, somente o fato de que há assistência financeira

internacional não basta para caracterizar um tribunal como híbrido ou internacionalizado, ou qualquer forma de assistência financeira internacional bastaria para “internacionalizar” instituições nacionais (WILLIAMS, 2012, p. 212).

### **3.2.7 Base Jurídica**

Como indicado anteriormente, os tribunais mistos existentes foram criados por diferentes instrumentos legais. Nesse sentido, os tribunais internacionalizados no Timor Leste e Kosovo foram criados pela administração da ONU nesses territórios, exercendo poderes conferidos pelo Conselho de Segurança à UNTAET e UNMIK, respectivamente. A Corte Especial para Serra Leoa foi criada por meio de acordo entre a ONU e o governo nacional. Essa mesma estratégia foi prevista para o Tribunal Especial para o Líbano, porém ao surgirem dificuldade internas com o governo libanês, o tribunal foi criado por meio de resolução do Conselho de Segurança. As Câmaras Extraordinárias do Camboja foram criadas por meio de lei nacional, baseada em um acordo do governo cambojano com a ONU. A Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia foi criada pelo governo nacional em resposta à estratégia de conclusão do TPII; delimitada em uma resolução do Conselho de Segurança.

Não há, portanto, um único método ou instrumento legal a ser utilizado para a criação de tribunais híbridos e internacionalizados. Assim sendo, tal característica não é um elemento comum entre os tribunais existentes, não podendo ser considerada como elemento definidor de tribunais mistos.

### **3.2.8 Norma Aplicável**

Tendo analisado diversos elementos característicos dos tribunais mistos existentes, passa-se então ao debate a respeito das normas aplicáveis por essas instituições. O entendimento mais comum nos estudos sobre tribunais mistos é que a norma aplicável por esses tribunais consiste de uma combinação de elementos da legislação nacional e de previsões do direito internacional (NOUWEN, 2006, 206). Destaca-se que, de forma semelhante a outros elementos descritos anteriormente, cada caso apresenta especificidades visando a adequação do tribunal à situação em questão. Nesse sentido, destaca-se que há tribunais que aplicam tanto normas nacionais quanto normas internacionais e outros que aplicam apenas normas nacionais.

No primeiro grupo estão os tribunais de Camboja, Serra Leoa e Timor Leste. Nesses três casos, observa-se que os tribunais tem competência para julgar crimes previstos diretamente no direito internacional bem como crimes previstos na legislação nacional.

Sendo a base jurídica das Câmaras Extraordinárias do Camboja uma lei nacional, esta estabelece a competência material do tribunal internacionalizado. Nesse sentido, a lei prevê que as Câmaras terão competência para julgar três crimes previstos no Código Penal do Camboja de 1956, homicídio, tortura e perseguição religiosa (CAMBODIA, 2004, art. 3). No que diz respeito à norma internacional, as Câmaras Extraordinárias têm competência pra julgar o crime de genocídio, conforme a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948 (CAMBODIA, 2004, art. 4); crimes contra a humanidade (CAMBODIA, 2004, art. 5); graves violações às Convenções de Genebra de 1949 (CAMBODIA, 2004, art. 6); destruição de bens culturais, conforme a Convenção da Haia para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado de 1954 (CAMBODIA, 2004, art. 7); e crimes contra pessoas internacionalmente protegidas, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 (CAMBODIA, 2004, art. 8).

O Estatuto da Corte Especial para Serra Leoa, da mesma forma, indica a competência do tribunal no que diz respeito à crimes previstos na legislação nacional, tais quais crimes relativos ao abuso de meninas menores de idade e destruição injustificada de bens (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, 2002, art. 5), e crimes previstos no direito internacional, quais sejam, crimes contra a humanidade (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, 2002, art. 2); violações ao Artigo 3 comum às Convenções de Genebra e ao Segundo Protocolo Adicional (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, 2002, art. 3); e outras violações de direito internacional humanitário (STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, 2002, art. 4).

O Regulamento 2000/15 da UNTATET, que estabeleceu os Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste prevê que estes teriam jurisdição sobre os crimes de assassinato (UNTATET, 2000, section 8) e ofensas sexuais (UNTATET, 2000, section 9) previstos no Código Penal do Timor Leste. Prevê também que os Painéis teriam jurisdição sobre o crime de genocídio (UNTATET, 2000, section 4), crimes contra a humanidade (UNTATET, 2000, section 5), crimes de guerra (UNTATET, 2000, section 6) e o crime de tortura (UNTATET, 2000, section 7).

Por outro lado, no segundo grupo estão os tribunais no Kosovo, Bósnia e Líbano, cuja jurisdição é apenas sobre crimes previstos nos respectivos ordenamentos jurídicos, embora as normas domésticas tenham incorporado crimes internacionais.

No Kosovo o direito penal internacional é aplicado indiretamente, uma vez que já havia sido incorporado à legislação nacional. Não há uma limitação clara das normas aplicáveis pelo tribunal internacionalizado, uma vez que o Programa de Juízes e Promotores Internacionais prevê que os juízes internacionais possam ser inseridos em qualquer tipo de caso, sendo o critério para tal inserção a necessidade de assegurar a independência e imparcialidade do judiciário (UNMIK, 2000c, section 1; WILLIAMS, 2012, p. 87; NOUWEN, 2006, p. 207).

Criada dentro do sistema judiciário nacional, a Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia aplica as previsões do Código Penal bósnio, o qual inclui crimes internacionais, como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de genocídio (WILLIAMS, 2012, p. 108).

O Estatuto do Tribunal Especial para o Líbano limita a jurisdição material do tribunal apenas ao crime de terrorismo e prevê que a norma aplicável seja a legislação libanesa (SECURITY COUNCIL, 2007, art. 2), exclusivamente.

Analisando o quadro dos tribunais mistos existentes, Nouwen (2006, p. 208) conclui que,

melhor do que argumentar que uma característica definidora dos tribunais híbridos é que eles aplicam normas internacionais e normas nacionais, como grande parte da literatura afirma, é provavelmente mais adequado afirmar que eles tem jurisdição sobre crimes internacionais (quer incorporados na legislação nacional ou diretamente) e crimes previstos na legislação nacional.<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> Tradução livre do original, em inglês, “Therefore, rather than arguing that a defining characteristic of hybrid courts is that they apply both international law and domestic law, as most of the literature does, it is probably more apt to say that they have jurisdiction over both international crimes (whether first incorporated into domestic law or directly) and crimes under domestic law”. Destaca-se que a autora utiliza originalmente o termo “híbrido (hybrid)”, porém no mesmo sentido que aqui se utiliza o termo “misto”.

De forma semelhante, Williams (2012, p. 234-235) argumenta que, mais do que a existência da combinação de normas internacionais e nacionais na formação da norma aplicável pelos tribunais mistos,

o elemento ‘internacional’ da jurisdição substantiva de um tribunal é satisfeito pela inclusão dos graves crimes internacionais (genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra) ou pela inclusão de jurisdição, ainda que pela legislação nacional, a respeito de um incidente que tenha consequências para a paz e segurança internacional. Mesmo que a conduta em questão não seja, em si mesma, um crime internacional, ainda é um crime de relevância internacional.<sup>105</sup>

Assim sendo, no que diz respeito à norma aplicável pelos tribunais híbridos e internacionalizados, não se pode considerar que precise ser composta por elementos nacionais e internacionais uma vez que a análise dos casos existentes demonstra que tais elementos não podem ser identificados em todos os tribunais. O elemento comum e que pode ser considerado como uma característica definidora dos tribunais mistos é o exercício de jurisdição sobre pelo menos um crime internacional ou de relevância internacional, ou seja, um crime que tenha consequências relevantes para a paz e segurança internacional. É a existência de competência sobre esses crimes que justifica a intervenção internacional em uma situação que, de outra maneira, poderia ser considerada apenas de interesse nacional do Estado afetado, não justificando a necessidade de auxílio internacional (WILLIAMS, 2012, p. 234).

### 3.3 TRIBUNAL MISTO: DEFINIÇÃO EM CONSTRUÇÃO

Conforme a análise da prática dos tribunais, percebe-se que há diferenças entre os tribunais híbridos e os internacionalizados. Porém,

---

<sup>105</sup> Tradução livre do original, em inglês, “[...] the ‘international’ element of a tribunal’s substantive jurisdiction is satisfied by the inclusion of the core crimes (genocide, crimes against humanity and war crimes) or by the inclusion of jurisdiction, even under domestic law, in respect of an incident that has consequences for international peace and security. Even though the conduct in question may not constitute an international crimes per se, it is still a crimes of international concern”.

essa mesma análise permite identificar elementos comuns a todos os tribunais inseridos no conjunto mais amplo de *tribunais mistos*. Dentre esses elementos comuns, destacou-se a existência de características comuns e características definidoras desse tipo de instituição.

As características comuns incluem o exercício de função judicial penal, que sua natureza seja temporária ou transitória ou que a natureza do elemento internacional seja temporária, a previsão de assistência financeira internacional, ainda que de maneira distinta para cada tribunal, e o envolvimento da comunidade internacional, seja na figura das Nações Unidas ou de outros atores internacionais.

Como características definidoras, indica-se a participação conjunta de juízes nacionais e internacionais e que o tribunal tenha competência para julgar crimes internacionais ou, pelo menos, crimes de relevância internacional, que tenham consequência sobre a paz e a segurança internacional.

O entendimento geral, mesmo após a identificação dos elementos comuns e dos elementos definidores, é que a presença de todo o conjunto dessas características seja a melhor forma de caracterizar a existência de um tribunal misto (WILLIAMS, 2012, p. 248-249).

Ainda que não exista uma conceituação explícita nem universalmente aceita de tribunais mistos, a identificação desses elementos sugere possíveis contornos caso essa definição seja estabelecida futuramente. Porém, ressalta-se que a própria heterogeneidade existente entre os tribunais mistos é percebida como positiva, uma vez que cada tribunal foi desenhado para responder às necessidades específicas de cada caso. Nesse sentido, Nouwen (2006, p. 214) afirma que

as características comuns não definidoras e as características nas quais eles diferem entre si são cruciais para o limite que os tribunais híbridos podem atingir as expectativas de combinar o melhor e evitar o pior de julgamentos puramente domésticos ou puramente internacionais.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Tradução livre do original, em inglês, “[...] the non-defining common features and the characteristics in which they differ among themselves are crucial for the extent to which hybrid courts can fulfil the expectation of combining the best and avoiding the worst of purely domestic and purely international trials”. Destaca-se que a autora utiliza originalmente o termo “híbrido (hybrid)”, porém no mesmo sentido que aqui se utiliza o termo “misto”.

Assim sendo, mais do que buscar um modelo universal de tribunal misto, a discussão a respeito da definição dos mesmos parece ter como objetivo a definição de limites conceituais. Em paralelo, a análise da prática desses tribunais permite identificar, por meio de tentativa e erro, estratégias que devem ser evitadas ou adotadas em caso de criação de novos tribunais híbridos ou internacionalizados, considerando os desafios e objetivos envolvidos, caso a caso.

A importância dos tribunais mistos centra-se mais em reflexos para a cultura jurídica nacional do que em termos de seu impacto no desenvolvimento de jurisprudência internacional. Um tribunal misto, ao ser implementado em determinado Estado visando a responsabilização por graves crimes, pode proporcionar o fortalecimento do sistema judiciário nacional. Nesse sentido destaca-se a possibilidade de capacitação dos quadros de funcionários nacionais por meio do trabalho em conjunto com os funcionários internacionais, promovendo a troca de experiências. O envolvimento do pessoal internacional em atividades além daquelas ligadas diretamente ao julgamentos, como promoção de cursos e palestras visando o treinamento de pessoal nacional pode ser uma outras forma de aprofundar ainda mais as possibilidades de troca de informações e conhecimento a respeito dos graves crimes e, em especial, da forma pela qual a justiça internacional tem lidado com essas situações. Destaca-se que ao se estabelecer um tribunal misto o objetivo de inserção de pessoal internacional não é a mera substituição do pessoal nacional, percebido como pouco ou não capacitado, por pessoal internacional, mas sim inserir um elemento que auxilie no processo de reconstrução ou fortalecimento do sistema judiciário nacional, auxiliando no julgamento de casos complexos, por um lado, e, por outro lado, promovendo a capacitação dos funcionários nacionais.

Outra parte das propostas de fortalecimento do sistema judiciário nacional dos Estados em questão diz respeito a adequação da legislação nacional para lidar com a situação que se apresenta. Assim sendo, pode-se falar em reforma de legislação nacional no sentido de criminalizar condutas conforme as previsões internacionais, ou seja, inserir a definição dos crimes internacionais, como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, na legislação nacional, permitindo a julgamento dos responsáveis com base nesses tipos penais. Pode-se falar também na adoção de padrões processuais e garantias reconhecidos internacionalmente, respeitando o devido processo legal e os direitos humanos – da vítima, do acusado, das testemunhas.

Ressalte-se que a adoção de padrões internacionais de justiça não deve ser pensada apenas no âmbito do sistema judiciário, mas também na disseminação desses valores para toda a população. Entende-se que a reconstrução de um Estado após graves conflitos envolve não somente o reestabelecimento das estruturas governamentais e judiciárias, mas também a confiança da população no seu funcionamento de forma independente e imparcial. Esse processo envolve ainda a conscientização da população sobre direitos humanos e acesso à justiça. Assim sendo, a reconstrução institucional por um lado e a promoção, para a população afetada, da educação em direitos humanos, por outro lado, cria estruturas capazes de lidar, tanto pelos meios judiciários quanto por outros, com a situação do presente e de evitar situações semelhantes no futuro.





## **4 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E OS TRIBUNAIS MISTOS**

A recente prática da criação de tribunais híbridos e internacionalizados gerou a questão do relacionamento dessas novas instituições com as jurisdições internacionais já existentes, em especial com o Tribunal Penal Internacional. Uma das primeiras questões levantadas diz respeito à possibilidade de existência de concorrência de jurisdição entre os tribunais mistos e o TPI no âmbito internacional. A análise dos tribunais híbridos e internacionalizados existentes permite responder, ainda que em parte, essa questão, fazendo-se necessária também a análise das características e consequências da forma de criação de cada tribunal para indicar novas possibilidades para essa relação.

A elaboração da complementaridade positiva pelo TPI enseja a atuação mais ativa desse tribunal internacional no fortalecimento dos sistemas judiciários nacionais, visando aumentar a capacidade nacional, ou seja, tornar os Estados aptos a atuar judicialmente, satisfazendo os requisitos expostos no artigo 17 do Estatuto de Roma. Nesse sentido, pode-se questionar também o tipo de atuação que o TPI pode ter em relação à criação e ao funcionamento de novos tribunais mistos com base na complementaridade positiva.

Inicialmente serão retomados alguns elementos já indicados dos tribunais híbridos e internacionalizados existentes, verificando se estes e o TPI são jurisdições concorrentes ou não. Na sequência, a questão da complementaridade positiva será aplicada aos tribunais mistos. Propõe-se então a análise das possibilidades de atuação do TPI na criação e funcionamento de novos tribunais mistos, ressaltando os elementos comuns que fundamentam tanto a complementaridade positiva no âmbito do TPI quanto a criação dos mecanismos mistos, em perspectiva mais geral.

### **4.1 TRIBUNAIS MISTOS E O PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE**

O princípio da complementaridade indica a forma de relação existente entre o TPI e as jurisdições nacionais, qual seja, que o TPI deve agir somente em caso de falta de vontade ou incapacidade do sistema judiciário nacional. A criação de mecanismos mistos, ou seja, que contem elementos nacionais e internacionais, gerou questões a respeito da relação dessas novas instituições com o já existente tribunal

internacional. Para abordar essa questão, primeiro serão analisados os casos existentes para, na sequência, indicar outras situações possíveis.

#### **4.1.1 Jurisdição e lacunas jurisdicionais do TPI**

Conforme as disposições do Estatuto de Roma, a jurisdição do TPI é restringida de várias formas, refletindo as dificuldades das negociações do Estatuto na Conferência de Roma de 1998 (COLITTI, 2004, p. 420-421; WILLIAMS, 2012, p. 46). Essas restrições podem ser melhor observadas quando se analisa as competências do tribunal.

O artigo 5º do Estatuto de Roma delimita a competência material do TPI em relação aos crimes de genocídio, conforme definido no artigo 6º; crimes contra a humanidade, conforme definição no artigo 7º; crimes de guerra, conforme definição no artigo 8º; e crime de agressão, cuja definição foi deixada em aberto pela Conferência de Roma de 1998, sendo completada pela Conferência de Revisão de Kampala de 2010, mas cuja aprovação para posterior entrada em vigor ainda está pendente. Nesse sentido, o próprio texto do Estatuto de Roma indica que a competência do TPI é restrita “aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto” (art. 5º, §1).

A competência temporal do TPI é definida no artigo 11, o qual prevê duas situações. No parágrafo primeiro, define-se que o TPI somente terá jurisdição relativa a crimes ocorridos após a entrada em vigor do Estatuto, o que ocorreu em 1º de julho de 2002. Portanto, nenhum crime anterior a esta data pode ser apreciado pelo Tribunal. O parágrafo segundo prevê que se um Estado tornar-se Parte do Estatuto após sua entrada em vigor, “o Tribunal só poderá exercer a sua competência em relação a crimes cometidos depois da entrada em vigor do presente Estatuto relativamente a este Estado” (art. 11, §2). Diferente de outros tribunais penais internacionais, o TPI foi criado visando o respeito ao princípio da irretroatividade da lei, apresentado no artigo 24 do Estatuto de Roma, buscando afastar-se das críticas feitas contra modelos anteriores (LIMA; BRINA, 2006, p. 145).

A competência pessoal do TPI, conforme o Estatuto de Roma, restringe-se às “pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional” (art. 1º). O artigo 25 do Estatuto acrescenta que “o Tribunal será competente para julgar as pessoas físicas”. Além da restrição da jurisdição às pessoas físicas e, dentre estas, os responsáveis pelos crimes de maior gravidade, destaca-se outras restrições. Conforme o previsto no artigo 26, o TPI tem jurisdição para julgar apenas as pessoas que já tivessem completado 18 anos quando o crime tenha sido

alegadamente cometido. Outra restrição é estabelecida com base no disposto no artigo 12 do Estatuto. Nesse sentido, o TPI apenas tem competência para julgar pessoas nacionais dos Estados membros do Estatuto de Roma ou pessoas, nacionais de outros Estados, que tenham cometido o crime alegado no território de um Estado-parte.

O artigo 12, por fim, define a competência territorial do TPI. Nesse sentido, o Tribunal pode exercer jurisdição sobre crimes cometidos no território de um Estado-parte, inclusive se este for o Estado de matrícula de navios ou aeronaves onde tenham sido cometidos crimes (art. 12, §2, a). O TPI pode também exercer jurisdição sobre crimes cometidos em território de Estado não-parte desde que o acusado seja nacional de um Estado parte (art. 12, §2, b).

Há outras previsões para exercício de jurisdição em casos envolvendo Estados não-parte do Estatuto de Roma. Conforme o art. 12, §3, o TPI pode exercer jurisdição se o Estado afetado aceitar a competência do Tribunal em relação ao crime em questão, sem, contudo, tornar-se parte do Estatuto de Roma. A segunda previsão, disposta no art. 13, prevê que o TPI terá competência sobre casos quando os mesmos forem objeto de denúncia pelo Conselho de Segurança (COLITTI, 2004, p. 421).

Percebe-se, portanto, que o escopo de atuação do TPI é limitado pela definição de suas competências. Assim sendo, de forma geral, o TPI não tem jurisdição sobre crimes que não estão inseridos em sua competência material, crimes cometidos anteriormente à sua entrada em vigor, crimes cometidos no território ou por nacionais de Estados que não sejam parte do Estatuto de Roma. Estes são os elementos identificados como as lacunas jurisdicionais do TPI (COLITTI, 2004, p. 419-425; WILLIAMS, 2012, p. 46-49).

Tendo considerado as competências do TPI, as quais possibilitam seu exercício de jurisdição, passa-se a análise da relação entre o TPI e os tribunais híbridos e internacionalizados existentes, visando identificar a existência ou não de concorrência de jurisdição.

Conforme o Regulamento 2000/15 da UNTAET, os Painéis Especiais para Graves Crimes no Timor Leste tem competência para julgar os crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, tortura, assassinato, ofensas sexuais, sendo os dois últimos previstos na legislação nacional. No que diz respeito à competência temporal, há uma diferenciação. A respeito dos crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e tortura, o tribunal internacionalizado não tem limitações temporais, desde que cometidos no território do Timor Leste, ou por um nacional do Timor Leste, ou que

a vítima seja nacional do Timor Leste (section 2, 2.2). Já em relação aos crimes de assassinato e ofensas sexuais, o tribunal somente tem jurisdição sobre os atos cometidos entre 1º de janeiro de 1999 e 25 de outubro de 1999.

O Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo foi consolidado de forma distinta de outros tribunais mistos. Conforme indicado anteriormente, o Regulamento 2000/64 da UNMIK prevê que o critério para a inserção de pessoal internacional é a necessidade de assegurar a independência e imparcialidade do judiciário e ocorre caso a caso (section 1). A competência do mecanismo internacionalizado no Kosovo é definida também de forma distinta. Uma vez que a participação de pessoal internacional pode ocorrer em todo o sistema judiciário, pode-se entender que a competência do tribunal internacionalizado nesse caso não enfrenta limitações temporais (WILLIAMS, 2012, p. 87). Da mesma forma, a competência material também não sofre limitações, ainda que, inicialmente, a participação de pessoal internacional tenha sido direcionada para casos de graves crimes internacionais, como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, e depois, tenha sido focada em casos considerados delicados, envolvendo violência inter-étnica, terrorismo e corrupção (WILLIAMS, 2012, p. 87; LIMA, 2012, p. 201).

De acordo com a legislação nacional bósnia criou-se uma câmara para lidar especificamente com crimes de guerra, respondendo a estratégia de conclusão das atividades do TPII. Temendo a possibilidade de desrespeito aos princípios de independência e imparcialidade, inseriu-se o elemento internacional na Câmara de Crimes de Guerra, que tem competência sobre crimes previstos no Código penal bósnio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, cometidos no território da Bósnia durante o conflito de independência (WILLIAMS, 2012, p. 106-108; LIMA, 2012, p. 152-153).

O Estatuto da Corte Especial para Serra Leoa delimita que esta tem competência para julgar as pessoas que tenham maior responsabilidade por crimes cometidos no território de Serra Leoa a partir de 30 de novembro de 1996, não especificando um limite final (art. 1). Nos artigos 2 a 5, indica-se os crimes que compõe a jurisdição material deste tribunal híbrido, quais sejam, crimes relativos ao abuso de meninas menores de idade e destruição injustificada de bens, conforme previstos na legislação nacional, crimes contra a humanidade, violações ao Artigo 3 comum às Convenções de Genebra e ao Segundo Protocolo Adicional e outras violações de direito internacional humanitário.

A competência das Câmaras Extraordinárias do Camboja é indicada na lei nacional cambojana que as criou. Nesse sentido, a competência pessoal é direcionada aos líderes do Khmer Vermelho e aos principais responsáveis pelas violações cometidas entre 17 de abril de 1975 e 6 de janeiro de 1979 (art. 1). A competência material, indicada nos artigos de 2 a 8, é sobre os crimes de homicídio, tortura e perseguição religiosa, todos os três conforme a legislação nacional, e os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, graves violações às Convenções de Genebra de 1949, destruição de bens culturais e crimes contra pessoas internacionalmente protegidas.

O Tribunal Especial para o Líbano, conforme seu Estatuto, tem jurisdição sobre o ataque terrorista do dia 14 de fevereiro de 2005, o qual resultou na morte do ex-primeiro ministro libanês Rafiq Hariri. Essa jurisdição pode ser estendida para ataques similares ocorridos entre 1º de outubro de 2004 e 12 de dezembro de 2005, caso o tribunal considere que esses outros ataques tenham relação com o ataque contra Hariri. A competência material do tribunal, conforme disposto no artigo 2 de seu Estatuto, se dá apenas sobre crimes de terrorismo, previstos na legislação nacional libanesa.

Tendo analisado as competências do TPI e dos tribunais mistos existentes, pode-se verificar que os casos de Timor Leste, Kosovo, Bósnia, Serra Leoa e Camboja estão fora da jurisdição temporal do TPI, portanto nesses casos não há concorrência de jurisdição entre os tribunais híbridos e internacionalizados e o tribunal internacional. No mesmo sentido, o caso do Líbano não poderia ser apreciado pelo TPI, mesmo este já tendo entrado em vigor, uma vez que o crime de terrorismo, objeto específico do tribunal híbrido, está fora da competência material do TPI. Conclui-se, portanto, que no caso de tribunais híbridos e internacionalizados já existentes, não há concorrência de jurisdição em nenhuma das situações, uma vez que o TPI não teria competência para exercer jurisdição. É nesse sentido que alguns autores afirmam que os tribunais mistos surgiram, inicialmente, como respostas às lacunas de jurisdição do TPI (COLITTI, 2004, p. 417) e, ao invés de serem identificados como jurisdições concorrentes, podem ser percebidos como complementares, uma vez que atuam onde o TPI estava impossibilitado (WILLIAMS, 2012, p. 399). Essa percepção é, porém, distinta daquela baseada no princípio da complementaridade, o qual regula a relação do TPI com as jurisdições nacionais. Uma vez que não há concorrência de jurisdição entre o TPI e os mecanismos mistos existentes, não há necessidade de analisar a questão da aplicabilidade do princípio da complementaridade nesses casos.

#### 4.1.2 Possibilidade de jurisdições concorrentes?

Apesar da percepção inicial que os tribunais mistos foram criados como complementos às lacunas jurisdicionais do TPI, diversos autores identificaram a tendência de continuação da criação de tribunais híbridos e internacionalizados, em especial dos últimos, uma vez que interferem menos na soberania nacional (WILLIAMS, 2012, p. 251). Nesse sentido, a previsão para o futuro é da convivência entre os mecanismos mistos e as jurisdições puramente internacionais (COLITTI, 2004, p. 425-426). Assim sendo, novos tribunais híbridos ou internacionalizados tem mais possibilidade de serem criados para lidar com situações nas quais o TPI também pudesse exercer jurisdição. Nesses casos, diferente do que ocorre com os tribunais mistos já criados, ocorreria jurisdição concorrente.

O artigo 17 do Estatuto de Roma não faz referência à sua aplicação em relação à tribunais híbridos e internacionalizados, referindo-se apenas aos procedimentos puramente nacionais. Assim sendo, pode-se questionar se o princípio da complementaridade é aplicável somente às cortes domésticas, não considerando mecanismos judiciais que apresentem natureza mista (WILLIAMS, 2012, p. 401). Para abordar tal questão, Williams indica que é necessário levar em consideração as diferentes bases legais possíveis para novos tribunais híbridos e internacionalizados.

Previamente à análise, destacam-se duas questões relevantes. Em primeiro lugar, que a existência de um tribunal misto não necessariamente impede que o TPI exerça jurisdição sobre determinada situação, podendo ser acordado, por exemplo, uma divisão de tarefas, deixando os acusados mais importantes a cargo do TPI e os acusados de mais baixo nível para serem julgados pelo tribunal misto (COLITTI, 2004, p. 426) <sup>107</sup>. Em segundo lugar, mesmo que a atuação do tribunal híbrido ou internacionalizado impeça o exercício de jurisdição do TPI, isso não precisa ser considerado de forma negativa. Tendo sido criados com o objetivo de aproximar a efetivação da justiça da população afetada e de fortalecer o sistema judiciário nacional, os tribunais mistos são consistentes com o princípio da complementaridade, o qual enfatiza a importância da realização de procedimentos criminais no nível

---

<sup>107</sup> De forma semelhante ao que ocorre entre o TPII e a Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia e o Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo.

nacional. O fato de, em um primeiro momento, o Estado afetado precisar de assistência internacional para atingir esses objetivos não deveria interferir a percepção mais ampla que embasa o princípio da complementaridade (WILLIAMS, 2012, p. 402).

Com base nos tribunais mistos existentes, identificou-se a diferenciação entre tribunais internacionalizados e tribunais híbridos, destacando-se suas bases jurídicas distintas e, em especial, sua relação com o sistema judiciário nacional. De acordo com essa diferenciação indicada anteriormente, primeiramente serão consideradas as possibilidades de concorrência de jurisdição e aplicação do princípio da complementaridade entre tribunais internacionalizados e o TPI, para na sequência, apresentar a mesma análise a respeito dos tribunais híbridos.

No caso de concorrência de jurisdição entre o TPI e um tribunal internacionalizado, o princípio da complementaridade deveria ser aplicável. Nesse sentido, sendo o tribunal internacionalizado considerado equivalente a uma corte nacional, sua atuação conforme as previsões do artigo 17 do Estatuto de Roma tornarão o caso inadmissível para o TPI, já que correspondem a realização de procedimento por uma corte nacional. Por outro lado, caso demonstre falta de vontade ou incapacidade, da mesma forma que com uma jurisdição nacional, o TPI poderá atuar.

A falta de vontade poderia ser caracterizada, por exemplo, em uma situação na qual um tribunal internacionalizado seja criado com o objetivo de superar dificuldades existentes, como preocupações a respeito da capacidade e habilidade do sistema judicial nacional para conduzir julgamentos de acordo com padrões internacionais, inclusive o cumprimento dos requisitos de independência e imparcialidade. Nesse sentido, quando a atuação do elemento internacional não for suficiente para superar essas dificuldades, deve-se manter a possibilidade de intervenção pelo TPI (WILLIAMS, 2012, p. 403), conforme a previsão no artigo 17, §2, c, do Estatuto de Roma. É pouco provável que as outras previsões que caracterizariam falta de vontade se comprovem em relação ao um tribunal internacionalizado, uma vez que o Estado recebeu assistência internacional. De forma similar, mesmo que os tribunais internacionalizados enfrentem a questão dos atrasos em procedimentos, esses geralmente não são inconsistentes com a intenção de levar a pessoa à justiça (WILLIAMS, 2012, p. 403).

Em relação à incapacidade, poderia ocorrer uma situação em que o tribunal internacionalizado fosse declarado indisponível, por exemplo, se mantivesse uma lei nacional de anistia. Estando caracterizada a indisponibilidade da jurisdição primária, o TPI poderia



admitir o caso e, não tendo as mesmas limitações, seria capaz de exercer sua jurisdição em tal situação.

Percebe-se, portanto, que mesmo em caso de concorrência de jurisdição entre o TPI e um tribunal internacionalizado, a possibilidade de atuação do tribunal internacional não é automaticamente excluída, pelo contrário. No caso de ocorrer tal situação, o tribunal internacionalizado, sendo considerado equivalente a uma corte nacional, atuaria como a jurisdição preferencial, mantendo-se o TPI como jurisdição complementar. O princípio da complementaridade seria aplicável ao tribunal internacionalizado da mesma forma que a uma corte nacional.

No caso de concorrência de jurisdição entre o TPI e um tribunal híbrido pode-se identificar duas possibilidades, distintas entre si pela forma de criação do mecanismo híbrido, ou seja, a criação com base em um tratado ou a criação pelo Conselho de Segurança.

Em situações nas quais o tribunal híbrido foi estabelecido por um acordo entre o Estado territorial e as Nações Unidas, ele opera com base na delegação da jurisdição territorial estatal (WILLIAMS, 2012, p. 404). Considerando-se que provavelmente o Estado, nesse caso, é parte do Estatuto de Roma, ocorreria uma dupla delegação da competência judicial do Estado, a primeira para o TPI e a segunda quando da criação do tribunal híbrido. Entende-se, portanto, que a criação da segunda delegação, por meio do tratado, não desvincula o Estado de suas obrigações previamente estabelecidas em relação ao TPI. Assim sendo, considera-se que, uma vez que sua atuação é baseada na delegação de competências do Estado em questão, o tribunal híbrido também deva ser considerado equivalente a uma corte nacional para os efeitos do artigo 17 do Estatuto de Roma, ou seja, entende-se que o princípio da complementaridade seja aplicável aos tribunais híbridos criados por tratado (WILLIAMS, 2012, p. 404).

Considera-se que os riscos de que se comprove falta de vontade ou incapacidade por parte de um tribunal híbrido seja ainda menor do que em relação a um tribunal internacionalizado, já que se caracteriza por um maior envolvimento internacional. Ainda que a possibilidade de que um tribunal híbrido torne um caso admissível para o TPI em decorrência de falta de vontade ou incapacidade, é interessante que se mantenha a possibilidade de exercício de jurisdição pelo TPI (WILLIAMS, 2012, p. 405).

Uma outra situação possível, ainda em relação aos tribunais híbridos estabelecidos por tratado, é caso a atuação do TPI tenha sido iniciada com base em uma denúncia pelo Conselho de Segurança. Esta

deve ser feita com base em uma resolução adotada pelo Conselho de Segurança atuando com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. É provável que essa resolução preveja a obrigação para que o Estado afetado coopere com o TPI, bem como para que terceiros Estados façam o mesmo. Williams (2012, p. 405) indica que, em tal situação, a previsão do artigo 103 da Carta das Nações Unidas, a obrigação de cooperar com o TPI, criado com base em uma resolução do Conselho de Segurança, prevaleceria sobre quaisquer obrigações previstas no acordo que deu origem ao tribunal híbrido. Pode-se considerar, porém, que essa é uma situação pouco provável e que, antes de se constituir um tribunal híbrido concorrente com o TPI, haveriam negociações visando evitar tal concorrência. Ressalta-se também que no caso de o Estado estar negociando a criação de um tribunal híbrido, isto é, que demonstre interesse e capacidade para lidar com a sua situação é possível imaginar que o Conselho de Segurança se absteria de agir. Assim sendo, mesmo na improvável situação de que um tribunal híbrido seja criado e a situação seja denunciada pelo Conselho de Segurança, o princípio da complementaridade será aplicável (WILLIAMS, 2012, p. 406). A possibilidade de atuação do TPI poderia ser percebida, pelo Estado em questão, como um incentivo para, em primeiro lugar, efetivar a criação do tribunal híbrido, e, em segundo lugar, garantir a realização dos procedimentos perante o tribunal híbrido sem interferências, políticas ou de outra natureza, que dificultassem ou impossibilitassem a efetiva realização da justiça.

Por fim, a possibilidade de ocorrer concorrência de jurisdição entre o TPI e um tribunal híbrido criado pelo Conselho de Segurança atuando com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas será considerada.

Em uma situação na qual um tribunal híbrido tenha sido estabelecido pelo Conselho de Segurança agindo com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o tribunal híbrido não estaria exercendo a jurisdição nacional do Estado, mas sim os poderes do Conselho de Segurança agindo com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Nesse sentido, diferentemente dos tribunais híbridos criados por tratado, os criados pelo Conselho de Segurança não deveriam ser considerado como uma corte nacional para os efeitos da complementaridade (WILLIAMS, 2012, p. 406). Ao invés disso, tanto o TPI quanto o tribunal híbrido iriam exercer jurisdição concorrente.

No entanto, o fato que o tribunal híbrido foi estabelecido pelo Conselho de Segurança agindo com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas pode dar ao tribunal híbrido primazia mesmo sobre o

TPI. Partindo do pressuposto que a resolução do Conselho de Segurança impôs, pelo menos ao Estado afetado, uma obrigação de cooperar com o tribunal híbrido, essa obrigação irá sobrepujar as obrigações do Estado afetado sob o Estatuto de Roma em virtude do artigo 103 da Carta das Nações Unidas. Então, mesmo que o TPI iniciasse uma investigação, o Estado territorial ainda teria que entregar o acusado e cooperar preferencialmente com o tribunal híbrido, não com o TPI. Williams (2012, p. 406-407) vislumbra, portanto, que nessa situação, ocorre a possibilidade de que o Conselho de Segurança efetivamente possa criar um tribunal híbrido com primazia sobre o TPI, em decorrência da natureza mais importante das obrigações que o Conselho de Segurança é capaz de impor aos Estados membros da ONU.

Em termos mais práticos, contudo, haveria outras abordagens possíveis à questão da concorrência de jurisdição. Nesse sentido, o Conselho de Segurança poderia denunciar a situação para o TPI ao invés de estabelecer um tribunal híbrido ou utilizar-se da previsão do artigo 16 de Estatuto de Roma e adiar o início das investigações do TPI, criando a oportunidade para o exercício de jurisdição do tribunal híbrido, sem concorrência. Por outro lado, o promotor do TPI, ao analisar a situação, poderia abster-se do exercício de jurisdição sobre a mesma situação, considerando que a intervenção internacional seja suficiente.

Visando responder ao questionamento inicial da relação entre os tribunais mistos e o TPI, bem como a respeito da aplicabilidade do princípio da complementaridade aos mecanismos híbridos e internacionalizados, conclui-se que a natureza e base legal do tribunal são relevantes, uma vez que permitem identificar, tanto a relação do mecanismo misto com o sistema judiciário nacional quanto identificar a natureza das obrigações internacionais às quais os Estados se vinculam. Assim sendo, entende-se que, em caso de concorrência de jurisdição entre um tribunal misto e o TPI, um tribunal internacionalizado deve ser considerado uma corte doméstica, sendo aplicável o princípio da complementaridade. Uma conclusão similar é alcançada a respeito dos tribunais híbridos estabelecidos por tratado, mesmo quando a situação for denunciada para o TPI pelo Conselho de Segurança. Assim sendo, da mesma forma que em relação a uma jurisdição puramente nacional, o TPI somente poderia intervir quando for comprovada a falta de vontade ou incapacidade do tribunal misto, tornando o caso admissível para o TPI de acordo com o artigo 17 do Estatuto de Roma. Em contraste, para tribunais híbridos estabelecidos por resolução do Conselho de Segurança, sugere-se que o princípio da complementaridade não seria aplicável, e o tribunal híbrido não deve ser considerado como uma corte

doméstica. Então, tanto o tribunal híbrido quanto o TPI teriam jurisdição sobre a situação.

#### 4.2 TRIBUNAIS MISTOS E A COMPLEMENTARIDADE POSITIVA

Tendo surgido como uma política de atuação do Gabinete do Procurador, a complementaridade positiva tornou-se uma dimensão separada do conceito de complementaridade. Diferente da complementaridade como requisito de admissibilidade, não há nenhuma previsão explícita no Estatuto de Roma sobre a complementaridade positiva, ainda que, conforme indicado anteriormente, suas bases jurídicas possam ser identificadas no texto do Estatuto de Roma.

A definição da complementaridade positiva, em sua forma mais recente, envolve a análise da delimitação de seus objetivos. Assim sendo, a complementaridade positiva se refere a atuação dos órgãos do TPI com o objetivo de fortalecer os sistemas judiciários nacionais para que a intervenção do TPI, quando necessária, caracterize-se como complementar aos procedimentos nacionais. Contudo, destaca-se que o incentivo e a capacitação para que sejam realizados procedimentos nacionais é apenas uma estratégia, identificada inicialmente pelo Gabinete do Procurador, para que coletivamente todos os atores envolvidos possam auxiliar no combate à impunidade dos responsáveis por graves crimes de relevância internacional, conforme indicação no preâmbulo do Estatuto de Roma.

De forma semelhante, a atuação dos tribunais híbridos e internacionalizados se pauta nos mesmos objetivos. Nesse sentido, a participação do elemento internacional visa o fortalecimento do sistema judiciário nacional envolvido por meio da capacitação do pessoal nacional ao trabalhar lado a lado com pessoal internacional, adquirindo experiência para lidar com casos de crimes complexos como genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, por exemplo. Conforme indicado anteriormente, o elemento internacional pode estar também presente na norma aplicável, assim sendo, a criação de um tribunal misto pode incentivar a adoção de legislação nacional adequada para lidar com estas situações. Assim como ações baseadas na complementaridade positiva, a criação de tribunais híbridos e internacionalizados também pode ser interpretada como uma estratégia para atingir o objetivo maior, qual seja, o combate à impunidade.

Uma vez que, além do elemento internacional, os tribunais híbridos e internacionalizados são compostos também pelo elemento nacional, esse modelo de jurisdição é mais próximo do sistema

judiciário nacional do que modelos puramente internacionais, como os tribunais *ad hoc*. Frente a este panorama, a criação de tribunais mistos parece ser mais coerente com a efetiva implementação de medidas sustentáveis a longo prazo no nível nacional (BURKE-WHITE, 2008b, p. 97). Identificou-se que a atuação de jurisdições puramente internacionais nos casos da ex- Iugoslávia e de Ruanda, apesar de atingir resultados positivos, fortalecendo a jurisprudência internacional, foi pouco efetiva no que diz respeito à construção de capacidade nacional, sendo essa questão uma das principais críticas feitas a atuação dos tribunais *ad hoc* (BURKE-WHITE, 2008b, p. 96). Reconhecendo o impacto limitado das jurisdições internacionais nas instituições domésticas, a estratégia de conclusão das atividades do TPII e do TPIR foi construída no sentido de alterar este panorama, ainda que apenas ao final das atividades dos tribunais. Com base nessas experiências anteriores, a criação de tribunais mistos parece ser uma abordagem em cujo núcleo já há previsão para superar estas dificuldades.

Tendo identificado o objetivo comum entre a complementaridade positiva, em especial no âmbito do TPI, e os tribunais mistos, bem como a preferência pela criação de mecanismos mistos ao invés de jurisdições puramente internacionais, passa-se então a análise das possibilidades de atuação do TPI, com base na complementaridade positiva, em relação a criação de futuros tribunais mistos.

No relatório “Fazendo um balanço do princípio da complementaridade: preenchendo a lacuna de impunidade”, que marca a institucionalização da complementaridade positiva no âmbito do TPI, destacou-se que qualquer atividade com base na complementaridade positiva não deve gerar ônus para o TPI (ASP, 2010a, §16). Sendo assim, é pouco provável que o TPI atue em determinada situação como a parte internacional no estabelecimento de um tribunal híbrido ou internacionalizado. Ao analisar essa possibilidade, Williams afirma que o estabelecimento de um tribunal misto pelo TPI não está dentro dos limites dos poderes conferidos ao TPI pelo Estatuto de Roma (WILLIAMS, 2012, p. 209).

Não sendo possível a criação de tribunais híbridos e internacionalizados diretamente pelo TPI, é possível identificar possibilidades diversas de atuação.

Em situações nas quais existe possibilidade de atuação do TPI, a negociação para a criação de um tribunal misto pode ser utilizada como ferramenta para incentivar a realização de procedimentos com a participação estatal, se não em totalidade, pelo menos como um dos

atores envolvidos. A atuação do TPI, nessa situação, poderia se dar de formas distintas, tanto na forma de assistência legislativa para a negociação do tribunal a ser estabelecido, quanto na forma de assistência técnica durante as atividades do tribunal (WILLIAMS, 2012, p. 209).

Em termos de assistência legislativa, o TPI poderia atuar em conjunto com outra organização internacional, fornecendo informação e experiências para a elaboração da estrutura do tribunal, bem como para elaborar a previsão relativa a norma a ser aplicada pelo tribunal misto, em especial no que diz respeito à crimes internacionais que sejam da competência do TPI. Ao participar ativamente nesse processo de negociação, o TPI poderia garantir a adequação das previsões aplicáveis pelo tribunal misto a respeito de crimes internacionais, bem como auxiliar na disseminação dos padrões de justiça e direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Considerando a perspectiva que a atuação de tribunais híbridos e internacionalizados tenha um efeito mais profundo e duradouro no sistema judiciário do Estado em questão, ao tomar parte no processo de estabelecimento de um mecanismo misto, o TPI estaria agindo no sentido de fortalecer as instituições nacionais, com base na complementaridade positiva.

Em relação à possibilidade de assistência técnica, esta pode ser desenvolvida tanto pela realização de treinamentos e capacitação do pessoal nacional envolvido nas atividades do tribunal misto, em especial juízes e procuradores, quanto pela disponibilização de pessoal internacional, em especial juízes e procuradores, para atuar diretamente no tribunal híbrido ou internacionalizado. Cabe ressaltar, contudo, que tal forma de atuação não deve gerar ônus para o TPI. Sendo assim, para que esta forma de assistência se realize, o ônus, em especial os custos financeiros, devem ser assumidos por outro ator, seja o próprio Estado ou outra organização internacional, conforme a previsão de financiamento do mecanismo misto. A participação conjunta de pessoal nacional e internacional, bem como o treinamento de pessoal nacional tem como objetivo tornar o sistema judiciário nacional apto a lidar com casos complexos, possibilitando, posteriormente, a realização de procedimentos nacionais de forma autônoma. Nesse sentido, fornecer assistência técnica para tribunais híbridos e internacionalizados é coerente com a complementaridade positiva.

Conforme analisado anteriormente, a existência de um tribunal híbrido ou internacionalizado em uma situação sobre a qual o TPI poderia exercer jurisdição não exclui essa possibilidade. Na maior parte dos casos, o TPI continuaria atuando no sentido de supervisionar os

procedimentos e poderia intervir caso a situação se tornasse admissível, da mesma forma que em relação a procedimento puramente nacionais.

Tendo verificado a compatibilidade entre a complementaridade positiva e a participação do TPI na criação e atuação de tribunais mistos, ressalta-se que a existência de um tribunal híbrido ou internacionalizado não precisa ser interpretada como contraposta a atuação do TPI, ou seja, a coexistência das duas jurisdições é possível. Nesse sentido, a atuação poderia se dar de forma conjunta e coordenada, evitando o surgimento de lacunas de impunidade nos limites do exercício das competências de cada instituição.

Assim a complementaridade enquanto critério de admissibilidade do TPI pode ser utilizada como um critério para delimitar a relação entre o TPI e mecanismos híbridos ou internacionalizados. Nesse sentido, verifica-se que os tribunais mistos existentes foram criados em relação a situações nas quais o TPI não poderia exercer jurisdição. Para que se questione a forma de relacionamento entre as instituições quando houver concorrência de jurisdição, é preciso examinar diferentes possibilidade de cenários, considerando, em especial a base jurídica dos tribunais híbridos e internacionalizados como o elemento definidor da natureza da relação. Indica-se que, de forma geral, a jurisdição do TPI não é excluída simplesmente pela criação de um mecanismo misto e que o tribunal internacional continuaria a aplicar o teste de admissibilidade para tais situações.

Assim também a relação entre o TPI e os tribunais mistos à luz da complementaridade positiva identifica formas de atuação que o TPI poderia adotar, com base na complementaridade positiva, no sentido de incentivar a criação de futuros tribunais híbridos e internacionalizados, como uma das ações que fortaleçam a capacidade nacional.

Portanto, essa abordagem em duas dimensões, da complementaridade como teste de admissibilidade e na forma da complementaridade positiva, sendo que cada dimensão envolve elementos específicos. Porém, ambas fazem parte de um conjunto comum, delineado no Estatuto de Roma, projetado para consolidar três objetivos: assegurar que os crimes de maior gravidade que afetem a comunidade internacional no seu conjunto não fiquem impunes, encorajar o exercício de jurisdição no nível nacional e, finalmente, colocar fim à impunidade e colaborar para a prevenção de tais crimes (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 1998, Preamble).

## 5 CONCLUSÃO

O cenário internacional tem sido o palco, desde o início da década de 1990, do surgimento de diversas jurisdições penais internacionais, como os tribunais *ad hoc* e o Tribunal Penal Internacional. Os primeiros destes mecanismos foram dotados de primazia de jurisdição em relação às cortes nacionais. Contudo, sua atuação demonstrou que essa forma de relação foi mais uma resposta adequada aos interesses da comunidade internacional no sentido de punição dos perpetradores de crimes graves do que o fomento de benefícios para o Estado em questão. Com base nessa percepção, a elaboração do TPI pautou-se em outra lógica, a da atuação complementar da jurisdição internacional em relação às cortes nacionais.

Quando as atividades do TPI se iniciaram, percebeu-se que a realidade enfrentada ocultava dificuldades a nível nacional que precisavam ser superadas. Nesse sentido, o fortalecimento dos sistemas judiciários nacionais e o incentivo à realização de procedimentos nacionais tornou-se uma questão relevante no âmbito do TPI. O princípio da complementaridade, que regula a admissibilidade de casos pelo TPI, passou a ser interpretado de uma segunda forma, a complementaridade positiva.

Paralelamente aos trabalhos do TPI, surge no cenário internacional outro modelo de jurisdição para lidar com situações nas quais foram cometidos crimes graves, os tribunais mistos. Essas novas instituições são construídas com base na mistura de elementos nacionais e internacionais, em especial no que diz respeito à participação de juízes nacionais e internacionais em conjunto e à existência de previsão de jurisdição sobre pelo menos um crime de relevância para toda a comunidade internacional.

Esse novo modelo de jurisdição penal mista pode ser consolidado na forma de tribunais internacionalizados, criados dentro do sistema judiciário estatal, ou de tribunais híbridos, que se aproximam mais do modelo de tribunal internacional, mas deles se diferenciam pela presença da mistura de elementos nacionais e internacionais.

Frente a esse cenário, o questionamento que fundamentou o presente trabalho foi se os tribunais mistos seriam uma resposta possível aos objetivos delineados pela complementaridade positiva, no âmbito do TPI. Tendo identificado a correspondência entre os objetivos de ambos,



sugeriu-se que a questão inicial era respondida positivamente. Para comprovar essa hipótese, fez-se necessária a análise da complementaridade e dos tribunais mistos.

Inicialmente apresentou-se o princípio da complementaridade como critério de admissibilidade, conforme a previsão do artigo 17 do Estatuto de Roma. Identificou-se que, sendo complementar aos Estados, o TPI somente poderia atuar em caso de falta de vontade ou incapacidade do Estado. Passou-se, na sequência à análise da complementaridade positiva, sua origem, definição conceitual e indicação de formas possíveis de atuação. Enquanto o princípio da complementaridade conforme expresso no artigo 17 do Estatuto de Roma indica a forma de relação entre o TPI e os Estados, a complementaridade positiva surge como uma preocupação para que o TPI atue também no sentido de auxiliar no fortalecimento do sistema judiciário nacional, visando a redução da necessidade de atuação do TPI uma vez que os Estados se tornariam capacitados para lidar com situações nas quais tenham sido cometidos crimes de competência do TPI.

Passou-se então à análise dos tribunais mistos. Foram identificados e apresentados os casos existentes, quais sejam, os Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste, o Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo, a Corte Especial para Serra Leoa, Tribunal Especial para o Líbano, Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja e a Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia. Discutiu-se na sequência as características dos mecanismos mistos, tais quais a localização do tribunal, o envolvimento da comunidade internacional, a norma aplicável, a base jurídica e a sua natureza temporária ou *ad hoc*, visando a identificação de elementos definidores desse modelo. Concluiu-se que, apesar de não haver um conceito amplamente aceito, há alguns elementos que podem ser indicados como definidores dos tribunais mistos: a participação de juízes nacionais e internacionais em conjunto e a existência de previsão de jurisdição sobre pelo menos um crime de relevância para toda a comunidade internacional.

Propôs-se, então, a análise dos tribunais híbridos e internacionalizados frente ao teste de admissibilidade do TPI e em relação à complementaridade positiva. Concluiu-se que os tribunais mistos existentes foram criados fora do âmbito de atuação do TPI, uma vez que foram criados visando situações que não são abrangidas por suas competências. Nesse sentido, destaca-se o Tribunal Especial para o Líbano, cujo foco são crimes de terrorismo, excluídos, portanto, da competência material do TPI. Todos os outros casos de tribunais mistos

apresentados foram criados para situações anteriores à entrada em vigor do Estatuto de Roma, e, portanto, não podem ser levados ao TPI pois não se inserem em sua competência temporal. Sugeriu-se também algumas possibilidades caso sejam criados mecanismos mistos cuja competência seja concorrente com a jurisdição do TPI. Em linhas gerais, o que parece ser uma questão de grande relevância é a base jurídica de criação de tal tribunal misto. A forma e o instrumento de criação podem definir a relação que se estabelecerá entre as jurisdições.

Por fim, abordou-se a questão da relação entre o modelo de tribunal misto e a complementaridade positiva. Comprovou-se, com essa análise, que os objetivos de ambos são semelhantes, ou seja, o fortalecimento dos sistemas judiciários nacionais e o combate à impunidade dos responsáveis por graves crimes internacionais. Em decorrência de suas características estatutárias, o TPI não tem competência para criar novos órgãos, ou seja, o TPI não poderia criar diretamente um tribunal misto, porém, poderia participar no processo de criação e auxiliar no funcionamento de tal tribunal. No caso de haver concorrência de jurisdição entre o TPI e o tribunal misto a ser criado é possível, desde o processo de negociação, buscar a resolução de tais questões. Assim sendo, a criação ou o apoio às atividades destes tribunais são coerentes com a complementaridade positiva.

Uma vez que a criação de tribunais híbridos e internacionalizados é um fenômeno contemporâneo no panorama jurídico internacional, futuras análises podem e devem ser feitas. Nesse sentido, destaca-se o monitoramento da criação de futuros tribunais, buscando verificar se existe uma tendência de contínua criação de mecanismos híbridos e internacionalizados, mesmo em situações onde o Tribunal Penal Internacional poderia exercer jurisdição. Caso ocorra a criação de novos tribunais mistos, sejam eles concorrentes ou não com o TPI, é preciso analisar a atuação (ou não) do TPI em sua criação. Em especial, quando houver concorrência de jurisdição, poder-se-á verificar como essa concorrência será resolvida.



## REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Guido. Primacy (of Ad Hoc Tribunals). In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 461-462.

ALFORD, Stuart. Iraqi High Tribunal. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 386-388.

AMBOS, Kai. *Parte Geral do Direito Penal Internacional*. São Paulo: RT, 2008.

AMBOS, Kai; CARVALHO, Salo de (orgs.). *O Direito Penal no Estatuto de Roma: leituras sobre os fundamentos e a aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional*. São Paulo: Lúmen Júris, 2005.

ANNONI, Danielle. *O Direito Humano de Acesso à Justiça no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* [organizador Paulo Geiger]. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

BASSIOUNI, M. Cherif. International Criminal Justice in Historical Perspective: the tension between State's interests and the pursuit of International Justice. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 131-142.

BENZING, Markus. The Complementarity Regime of the International Criminal Court: International Criminal Justice between State Sovereignty and the Fight against Impunity. *Max Planck Yearbook of United Nations Law*, v. 7, 2003, p. 591-632.

BENZING, Markus; BERGSMO, Morten. Some Tentative Remarks on the Relationship Between Internationalized Criminal Jurisdictions and the International Criminal Court. ?. In: ROMANO, Cesare P. R.; NOLLKAEMPER, Andre; KLEFFNER, Jann K. *Internationalized*

*Criminal Courts and Tribunals: Sierra Leone, East Timor, Kosovo, and Cambodia*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2004. p. 407-416.

BERTODANO, Sylvia de. Current Developments in Internationalized Courts. *Journal of International Criminal Justice*, v. 1, n. 1., p. 226-244, abr. 2003.

BEZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. *A justiça penal internacional: sua evolução, seu futuro: de Nuremberg a Haia*. Trad. Luciana Pinto Venâncio. Barueri, SP: Manole, 2004.

BROWN, Bartram S. Primacy or Complementarity: Reconciling the Jurisdiction of National Courts and International Criminal Tribunals. *The Yale Journal of International Law*, v. 23, jan., p. 383-436, 1998.

BURKE-WHITE, William W.. A Community of Courts: Towards a System of International Criminal Law Enforcement. *Michigan Journal of International Law*, Lansing, vol. 24, n. 1, 2002, p. 1-101.

BURKE-WHITE, William W.. Implementing a Policy of Positive Complementarity in the Rome System of Justice. *Criminal Law Forum*, v.19, n. 1, 2008(a), p. 59-85.

BURKE-WHITE, William W.. Proactive Complementarity: The International Criminal Court and National Courts in the Rome System of International Justice. *Harvard International Law Journal*, v. 49, n. 1, 2008(b), p. 53-108.

CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009.

CASSESE, Antonio, DELMAS-MARTY, Mireille (orgs.). *Crimes Internacionais e Jurisdições Internacionais*. Barueri: Manole, 2004.

CASSESE, Antonio. *International Criminal Law*. New York: Oxford University Press Inc, 2013. 3. ed.

CASSESE, Antonio. *International Criminal Law*. Oxford University Press, 2003.

COCKAYNE, James. Extraordinary Chambers of Cambodia. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 322-323.

COCKAYNE, James. The Fraying Shoestring: Rethinking Hybrid War Crimes Tribunals. *Fordham International Law Journal*. vol. 28, 2004, p. 616-680. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/ilj/vol28/iss3/4/>.

COLITTI, Mariacarmen. Geographical and Jurisdictional Reach of the ICC: gaps in the International Criminal Justice System and a role for internationalized bodies. ?. In: ROMANO, Cesare P. R.; NOLLKAEMPER, Andre; KLEFFNER, Jann K. *Internationalized Criminal Courts and Tribunals: Sierra Leone, East Timor, Kosovo, and Cambodia*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2004. p. 417-426.

CONDORELLI, Luigi; BOUTRUCHE, Théo. Internationalized Criminal Courts and Tribunals: are they necessary?. In: ROMANO, Cesare P. R.; NOLLKAEMPER, Andre; KLEFFNER, Jann K. *Internationalized Criminal Courts and Tribunals: Sierra Leone, East Timor, Kosovo, and Cambodia*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2004. p. 427-436.

CÔTÉ, Luc. Special Court for Sierra Leone. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 515-517.

CRYER, Robert . Independence and Impartiality of Tribunals. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 374-375.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2013. 30ed.

DICKINSON, Laura A. The Promise of Hybrid Courts. *American Journal of International Law*, Washington, vol. 97, 2003, p. 295-310. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=481683](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=481683)>.

DONLON, Fidelma. The Transition of Responsibilities from the Special Court to the Residual Special Court for Sierra Leone: challenges and lessons learned for other international tribunals. *Journal of International Criminal Justice*, v. 11, n. 5, 2013, p. 857-874.

EL ZEIDY, Mohamed M.. *The Principle of Complementarity in International Criminal Law: origin, development and practice*. Leiden, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

FRIMAN, Hakan. Rome Diplomatic Conference (1998). In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 493-494.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009. 7ed.

HALL, Christopher Keith. The Fifth Session of the UN Preparatory Committee on the Establishment of an International Criminal Court. *The American Journal of International Law*, v. 92, n. 2, p. 331-339, apr, 1998.

HALL, Christopher Keith. The First Five Sessions of the UN Preparatory Commission for the International Criminal Court. *The American Journal of International Law*, v. 94, n. 4, p. 773-789, oct. 2000.

HALL, Christopher Keith. The First Two Sessions of the UN Preparatory Committee on the Establishment of an ICC. *The American Journal of International Law*, v. 91, n. 1, p. 177-187, jan. 1997.

HALL, Christopher Keith. The Sixth Session of the UN Preparatory Committee on the Establishment of an ICC. *The American Journal of International Law*, v. 92, n. 3, p. 548-556, jul. 1998.

HALL, Christopher Keith. The Third and Fourth Sessions of the UN Preparatory Committee on the Establishment of an ICC. *The American Journal of International Law*, v. 92, n. 1, p. 124-133, jan. 1998.

HIGONNET, Ethel R. Restructuring Hybrid Courts: Local, Empowerment and National Criminal Justice Reform. *Arizona Journal*

of *International & Comparative Law*, Phoenix, v. 23, n. 2, 2006. p. 347-435.

JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. *Direito Internacional Penal: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2009.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. *O Direito Penal Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

JESSBERGER, Florian. International v. National Prosecution of International Crimes. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 208-215.]

JURDI, Nidal Nabil. The Prosecutorial Interpretation of the Complementarity Principle: Does it Really Contribute to Ending Impunity on the National Level?. *International Criminal Law Review*, v.10, n. 1, p. 73-96, 2010.

KIRSCH, Philippe. A Corte Penal Internacional perante a soberania dos Estados. In: CASSESE, Antonio, DELMAS-MARTY, Mireille (orgs.). *Crimes Internacionais e Jurisdições Internacionais*. Trad.: Silvio Antunha. Barueri: Manole, 2004. p. 25-33.

KLEFFNER, Iann K. *Complementarity in the Rome Statute and National Criminal Jurisdictions*. New York: Oxford University Press, 2008.

KLEFFNER, Iann K.. The Impact of Complementarity on National Implementation of Substantive International Criminal Law. *Journal of International Criminal Justice*, v. 1, n. 1, 2003, p. 86-113.

KOWALSKI, Mateus. Um Tribunal Híbrido para a Pirataria na Somália: a construção de capacidade jurisdicional num Estado em colapso. *Relações Internacionais*, n.31, 2011, p. 117-133.

LIJUN, Yang. ICTY. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 357-362.



LIMA, Renata Mantovani de. *Tribunais Híbridos e Justiça Internacional Penal*. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

LIMA, Renata Mantovani de; BRINA, Marina Martins da Costa. *O Tribunal Penal Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

LINTON, Suzannah. East Timor Special Panels. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 307-308.

MÉGRET, Frederic. In Defense of Hybridity: Towards a Representational Theory of International Criminal Justice. *Cornell International Law Journal*, Vol. 38, 2005. 39 p. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1285471](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1285471)>.

MENDES, Marcella Sanguinetti Soares. A delação premiada com o advento na Lei 9.807/99. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11229&revista\\_caderno=3](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11229&revista_caderno=3)>.

MENDEZ, P. K. The new wave of hybrid tribunals: a sophisticated approach to enforcing international humanitarian Law or an idealistic solution with empty promises?. *Criminal Law Forum*, v. 20, n. 1, p. 53-95, mar. 2009.

MØSE, Eric. ICTR. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 354-357.

NERLICH, Volker. ICC (Complementarity). In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 346-348.

NOUWEN, Sarah. Hybrid courts: the hybrid category of a new type of international crimes courts. *Utrecht Law Review*, Utrecht, v.2, n.2, 2006. Disponível em: <<http://www.utrechtlawreview.org/index.php/ulr/article/view/32/32>>.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. *Rule-of-Law Tools for Post-Conflict States*:

maximizing the legacy of hybrid courts. New York ;Geneva: United Nations, 2008.

PISANI, Beatrice. *The System of the International Criminal Court: Complementarity in International Criminal Justice*. 2012. 276 p. PhD in International Studies - School of International Studies, University of Trento.

POCAR, Fausto. Completion or Continuation Strategy?. *Journal of International Criminal Justice*, Oxford, v. 6, n. 4, p. 655-709, set. 2008.

POCAR, Fausto. The Proliferation of International Criminal Courts and Tribunals: A Necessity in the Current International Community. *Journal of International Criminal Justice* 2, 2004. p. 304-308.

RAUB, Lindsey. Positioning hybrid tribunals in International Criminal Justice. *New York University Journal of International Law and Politics*. New York, v. 41, n. 4, p. 1013-1054, 2009.

ROMANO, Cesare P. R. The Proliferation of International Judicial Bodies: the pieces of the puzzle. *New York University Journal of International Law and Politics*, New York, v. 31, n. 4, p. 709-751, 1999.

ROMANO, Cesare P. R.; NOLLKAEMPER, Andre; KLEFFNER, Jann K. *Internationalized Criminal Courts and Tribunals: Sierra Leone, East Timor, Kosovo, and Cambodia*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2004.

SANDS, Philippe. *From Nuremberg to The Hague: the future of International Criminal Justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SHRAGA, Daphna. Mixed or Internationalized Courts. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 424-426.

SLUITER, Göran. Cooperation of States with International Criminal Tribunals. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 187-200.

STAHN, Carsten. Between Harmonization and Fragmentation: new groundwork on ad hoc criminal courts and tribunals. *Leiden Journal of International Law*, v. 19, n 2, p. 567-577, jun. 2006.

STAHN, Carsten. Complementarity: a tale of two notions. *Criminal Law Forum*, v.19, n. 1, 2008, p. 87-113.

STIGEN, Jo. *The Relationship between the International Criminal Court and National Jurisdictions: the principle of complementarity*. Leiden, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

STROMSETH, Jane. Justice on the Ground: Can International Criminal Courts Strengthen Domestic Rule of Law in Post Conflict Societies?. *Hague Journal on the Rule of Law*, v.1, n.1, p. 87-97, mar. 2009.

WERLE, Gerhard. General Principles of International Criminal Law. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 54-62.

WIERDA, Marieke. Special Tribunal for Lebanon. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 519-520.

WILLIAMS, Sarah. *Hybrid and Internationalised Criminal Tribunals: selected jurisdictional issues*. Oxford; Portland: Hart, 2012.

WILLIAMS, Sarah. ICTY and ICTR (completion Strategy). In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 362-363.

ZYBERI, Gentian. Bosnian Special Court. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 258-259.

ZYBERI, Gentian. Kosovo Special Courts. In: CASSESE, Antonio (ed.). *The Oxford Companion to International Criminal Justice*. New York: Oxford University Press, 2009. p. 403-404.

## Documentos

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/10/2 - Report of the Secretariat on complementarity*. 2011a. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP10/ICC-ASP-10-2-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP10/ICC-ASP-10-2-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/10/23 - Report of the Court on complementarity*. 2011b. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP10/ICC-ASP-10-23-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP10/ICC-ASP-10-23-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/10/24 - Report of the Bureau on complementarity*. 2011c. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP10/ICC-ASP-10-24-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP10/ICC-ASP-10-24-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/10/Res.5 - Strengthening the International Criminal Court and the Assembly of States Parties*. 2011d. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP10/Resolutions/ICC-ASP-10-Res.5-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP10/Resolutions/ICC-ASP-10-Res.5-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/11/24 - Report of the Bureau on complementarity*. 2012a. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP11/ICC-ASP-11-24-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP11/ICC-ASP-11-24-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/11/25 - Report of the Secretariat on complementarity*. 2012b. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP11/ICC-ASP-11-25-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP11/ICC-ASP-11-25-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/11/39 - Report of the Court on complementarity*. 2012c. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP11/ICC-ASP-11-39-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP11/ICC-ASP-11-39-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/11/Res.6 – Complementarity*. 2012d. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP11/ICC-ASP-11-Res.6-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP11/ICC-ASP-11-Res.6-ENG.pdf)>.

[cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/ASP11/ICC-ASP-11-Res6-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/ASP11/ICC-ASP-11-Res6-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/11/Res.8 - Strengthening the International Criminal Court and the Assembly of States Parties*. 2012e. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/ASP11/ICC-ASP-11-Res8-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/ASP11/ICC-ASP-11-Res8-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/12/31 - Report of the Bureau on complementarity*. 2013a. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP12/ICC-ASP-12-31-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP12/ICC-ASP-12-31-ENG.pdf)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/12/32 - Report of the Court on complementarity: Completion of ICC activities in a situation country*. 2013b. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP12/ICC-ASP-12-32-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP12/ICC-ASP-12-32-ENG.pdf)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/12/33 - Report of the Secretariat on complementarity*. 2013c. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP12/ICC-ASP-12-33-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP12/ICC-ASP-12-33-ENG.pdf)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/12/Res.4 – Complementarity*. 2013d. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/ASP12/ICC-ASP-12-Res4-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/ASP12/ICC-ASP-12-Res4-ENG.pdf)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/12/Res.8 - Strengthening the International Criminal Court and the Assembly of States Parties*. 2013e. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/ASP12/ICC-ASP-12-Res8-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/ASP12/ICC-ASP-12-Res8-ENG.pdf)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/8/51 - Report of the Bureau on stocktaking: Complementarity - Taking stock of the principle of complementarity: bridging the impunity gap*. 2010a. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP8R/ICC-ASP-8-51-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP8R/ICC-ASP-8-51-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/8/Res.3 - Strengthening the International Criminal Court and the Assembly of States Parties*. 2010b. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/ICC-ASP-8-Res.3-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/ICC-ASP-8-Res.3-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/9/ Res.3. - Strengthening the International Criminal Court and the Assembly of States Parties*. 2010c. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/ICC-ASP-9-Res.3-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/ICC-ASP-9-Res.3-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

ASSEMBLY OF STATES PARTIES. *ICC-ASP/9/26 - Report of the Bureau on complementarity*. 2010d. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/ASP9/ICC-ASP-9-26-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP9/ICC-ASP-9-26-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

BRASIL. *Decreto nº 4.388, de 25 de Setembro de 2002 - Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tpi.htm>>. Consulta em 17 de maio de 2011.

CAMBODIA. *Law on the Establishment of Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia for the Prosecution of Crimes committed during the period of Democratic Kampuchea – with inclusion of amendments as promulgated on 27 October 2004*. 2004. Disponível em: <[http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/KR\\_Law\\_as\\_amended\\_27\\_Oct\\_2004\\_Eng.pdf](http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/KR_Law_as_amended_27_Oct_2004_Eng.pdf)>. Acesso em: 28 de junho de 2013.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. *Memorandum of Understanding regarding Administrative Arrangements between the International Criminal Court and the Special Court for Sierra Leone*. 2006. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/66184EF8-E181-403A-85B8-3D07487D1FF1/140161/ICCPRES030106\\_en.pdf](http://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/66184EF8-E181-403A-85B8-3D07487D1FF1/140161/ICCPRES030106_en.pdf)>. Acesso em: 06 de novembro de 2012.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. *Rome Statute of the International Criminal Court*. 1998. Disponível em: <<http://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/ADD16852-AEE9-4757-ABE7->

[9CDC7CF02886/283503/RomeStatutEng1.pdf](http://www.icc-cpi.int/NR/ronlyres/66A8DCDC-3650-4514-AA62-D229D1128F65/281506/OTPPProsecutorialStrategy20092013.pdf)>. Acesso em: 08 de novembro de 2012.

OFFICE OF THE PROSECUTOR. Prosecutorial Strategy. 2010. Disponível em: <<http://www.icc-cpi.int/NR/ronlyres/66A8DCDC-3650-4514-AA62-D229D1128F65/281506/OTPPProsecutorialStrategy20092013.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2013.

OFFICE OF THE PROSECUTOR. Report on Prosecutorial Strategy. 2006. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/NR/ronlyres/D673DD8C-D427-4547-BC69-2D363E07274B/143708/ProsecutorialStrategy20060914\\_English.pdf](http://www.icc-cpi.int/NR/ronlyres/D673DD8C-D427-4547-BC69-2D363E07274B/143708/ProsecutorialStrategy20060914_English.pdf)>. Acesso em: 11 de março de 2013.

OFFICE OF THE PROSECUTOR. Statement made by Mr. Luis Moreno-Ocampo at the ceremony for the solemn undertaking of the Chief Prosecutor of the ICC. 2003. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/NR/ronlyres/D7572226-264A-4B6B-85E3-2673648B4896/143585/030616\\_moreno\\_ocampo\\_english.pdf](http://www.icc-cpi.int/NR/ronlyres/D7572226-264A-4B6B-85E3-2673648B4896/143585/030616_moreno_ocampo_english.pdf)>. Acesso em: 10 de março de 2013.

REVIEW CONFERENCE. *ICC-RC/11/Annex V(c) - Stocktaking of international criminal justice - Taking stock of the principle of complementarity: bridging the impunity gap (Informal summary by the focal points)*. 2010a. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/RC2010/RC-11-Annex.V.c-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/RC2010/RC-11-Annex.V.c-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

REVIEW CONFERENCE. *ICC-RC/Res.1 – Complementarity*. 2010b. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/Resolutions/RC-Res.1-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/Resolutions/RC-Res.1-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

REVIEW CONFERENCE. *ICC-RC/ST/CM/INF.2 - Focal points' compilation of examples of projects aimed at strengthening domestic jurisdictions to deal with Rome Statute Crimes*. 2010c. Disponível em: <[http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp\\_docs/RC2010/Stocktaking/RC-ST-CM-INF.2-ENG.pdf](http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/RC2010/Stocktaking/RC-ST-CM-INF.2-ENG.pdf)>. Acesso em: 08 de março de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1181- Adopted by the Security Council at its 3902nd meeting, on 13 July 1998*. 1998. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1181\(1998\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1181(1998))>. Acesso em: 30 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1244- Adopted by the Security Council at its 4011th meeting, on 10 June 1999*. 1999a. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1244\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244(1999))>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1246 - Adopted by the Security Council at its 4013th meeting, on 11 June 1999*. 1999b. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1246\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1246(1999))>. Acesso em: 30 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1264 - Adopted by the Security Council at its 4045<sup>th</sup> meeting, on 15 September 1999*. 1999c. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1264\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1264(1999))>. Acesso em 30 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1270 - Adopted by the Security Council at its 4054<sup>th</sup> meeting, on 22 October 1999*. 1999d. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1270\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1270(1999))>. Acesso em 30 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1272 - Adopted by the Security Council at its 4057<sup>th</sup> meeting, on 25 October 1999*. 1999e. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1272\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1272(1999))>. Acesso em 30 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1503 - Adopted by the Security Council at its 4817th meeting, on 28 August 2003*. 2003. Disponível em: <[http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute\\_1503\\_2003\\_en.pdf](http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_1503_2003_en.pdf)>. Acesso em 17 de outubro de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1595 - Adopted by the Security Council at its 5160th meeting, on 7 April 2005*. 2005. Disponível em:



<[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1595\(2005\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1595(2005))>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1704 - Adopted by the Security Council at its 5516<sup>th</sup> meeting, on 25 August 2006*. 2006. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1704\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1704(2006))>. Acesso em 30 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1757 - Adopted by the Security Council at its 5685<sup>th</sup> meeting, on 30 May 2007*. 2007. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1757\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1757(2007))>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 1966 - Adopted by the Security Council at its 6463<sup>rd</sup> meeting, on 22 December 2010*. 2010. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1966\(2010\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1966(2010))>. Acesso em: 17 de outubro de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 745 - Adopted by the Security Council at its 3057<sup>th</sup> meeting, on 28 February 1992*. 1992. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/745\(1992\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/745(1992))>. Acesso em: 28 de julho de 2013.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 827 - Adopted by the Security Council at its 3217<sup>th</sup> meeting, on 25 May 1993*. 1993. Disponível em: <[http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute\\_827\\_1993\\_en.pdf](http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_827_1993_en.pdf)>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 955 - Adopted by the Security Council at its 3453<sup>rd</sup> meeting, on 8 November 1994*. 1994. Disponível em: <[http://www.unict.org/Portals/0/English/Legal/Resolutions/English/955\\_e.pdf](http://www.unict.org/Portals/0/English/Legal/Resolutions/English/955_e.pdf)>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

SECURITY COUNCIL. *Resolution 955 - Adopted by the Security Council at its 3502<sup>nd</sup> meeting, on 22 February 1995*. 1995. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/977\(1995\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/977(1995))>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

STATUTE of the Special Court for Sierra Leone, annexed to the Agreement between the United Nations and the Government of Sierra Leone on the Establishment of the Special Court for Sierra Leone. 2002. Disponível em: <<http://www.sc-sl.org/LinkClick.aspx?fileticket=uClnd1MJEW%3d&tabid=176>>. Acesso em: 16 de agosto de 2013.

UNMIK. *Regulation n° 2000/6 – On the Appointment and Removal from Office of International Judges and International Prosecutors*. 2000a. Disponível em: <[http://www.unmikonline.org/regulations/2000/re2000\\_06.htm](http://www.unmikonline.org/regulations/2000/re2000_06.htm)>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

UNMIK. *Regulation n° 2000/34 – Amending UNMIK Regulation n° 2000/6 – On the Appointment and Removal from Office of International Judges and International Prosecutors*. 2000b. Disponível em: <[http://www.unmikonline.org/regulations/2000/re2000\\_34.htm](http://www.unmikonline.org/regulations/2000/re2000_34.htm)>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

UNMIK. *Regulation n° 2000/64 – On Assignment of International Judges/Prosecutors and/or Change of Venue*. 2000c. Disponível em: <<http://www.unmikonline.org/regulations/2000/reg64-00.htm>>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

UNTAET. *Regulation n° 2000/15 – On the Establishment of Panels with Exclusive Jurisdiction over Serious Criminal Offences*. 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetR/Reg0015E.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

ANEXO A – Mapa do Timor Leste (Regiões)



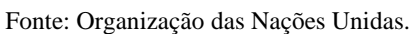
Fonte: Organização das Nações Unidas.

## ANEXO B – Mapa da região do Kosovo



Fonte: Organização das Nações Unidas.

Fonte: Organização das Nações Unidas.





## ANEXO D – Mapa de Serra Leoa



Fonte: Organização das Nações Unidas.

## ANEXO E – Mapa do Camboja



Fonte: Organização das Nações Unidas.

## ANEXO F – Mapa do Líbano



Fonte: Organização das Nações Unidas.